

Guia para Revisores de Texto

Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida

Marta Filipa Gomes Marques Fidalgo

**Trabalho de Projeto de Mestrado
em Consultoria e Revisão Linguística**

Abril de 2014

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística realizado sob a
orientação científica da Professora Doutora Maria Antónia Coutinho

Declaro que este Trabalho de Projeto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, ... de abril de 2014

Declaro que este Trabalho de Projeto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, ... de abril de 2014

Ao meu pai, que permanece sempre presente em mim.

À minha mãe, pelo apoio incondicional em tudo o que faço.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de mais esta etapa do meu percurso académico não teria sido possível sem o contributo de algumas pessoas às quais não quero deixar de expressar a minha gratidão e o meu reconhecimento. Agradeço, por isso:

– à minha orientadora, Professora Doutora Maria Antónia Coutinho, por acreditar na minha proposta de trabalho, pela confiança depositada e pelas observações pertinentes no momento certo;

– às restantes professoras do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, pelos conhecimentos transmitidos durante as aulas;

– à minha cara-metade, pela compreensão e motivação constantes.

GUIA PARA REVISORES DE TEXTO
UMA PROPOSTA PARA O EXERCÍCIO DE UMA PROFISSÃO POUCO (RE)CONHECIDA

MARTA FILIPA GOMES MARQUES FIDALGO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: revisão de textos, revisor, tradução técnica, mediação, interacionismo sociodiscursivo

Este trabalho de projeto pretende estabelecer uma conjugação entre a teoria e a prática, no domínio específico da revisão de textos técnicos traduzidos. A descrição desta atividade, bem como do papel assumido pelo revisor no circuito de produção textual em causa, implica a análise de várias dimensões. Assim, a primeira parte do trabalho consiste numa reflexão que pretende propor um possível enquadramento teórico-linguístico do contexto profissional abordado, focando a interação existente entre o revisor de textos, os respetivos instrumentos de trabalho e os restantes parceiros intervenientes no mesmo circuito. Na segunda parte, o projeto inclui um guia que contempla a abordagem destes aspetos de um ponto de vista prático, com o intuito de auxiliar futuros ou atuais revisores no exercício das suas funções.

GUIDE FOR TEXT REVISERS
A PROPOSAL FOR THE PRACTICE OF A LITTLE ACKNOWLEDGED PROFESSION

MARTA FILIPA GOMES MARQUES FIDALGO

ABSTRACT

KEYWORDS: text revision, reviser, technical translation, mediation, sociodiscursive interactionism

This project aims to combine theory and practice as far as the revision of translated technical texts is concerned. The description of this activity, as well as the one referring to the reviser's role in the chain of textual production, involves a multidimensional analysis. Thus, the first part of this study presents a possible linguistic and theoretical framing of the professional context in question. It focuses on the interaction between the text reviser, his work materials and the remaining partners that intervene in the same chain. The second part of the project includes a guide which approaches the aspects above mentioned, but from a practical point of view. Its purpose is to help future and present revisers to perform their professional duties.

ÍNDICE GERAL

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS.....	i
PARTE 1 – ROTEIRO TEÓRICO.....	1
PARTE 2 – GUIA PRÁTICO (Anexo)	51

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

1. Observações relativas à escolha do formato do trabalho

A ideia que presidiu à elaboração do presente trabalho começou a ganhar forma ainda durante a frequência dos seminários do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, no ano letivo de 2012/2013. Gradualmente foi sendo notório que o domínio da atividade profissional que este projeto pretende agora analisar não era ainda suficientemente conhecido no meio académico. Por esta razão, considerou-se que poderia fazer sentido elaborar um trabalho final que permitisse articular as matérias tratadas no âmbito do mestrado com a divulgação dos condicionalismos inerentes à atividade em questão.

No entanto, uma das primeiras dificuldades sentidas, aquando do esboço de um plano de trabalho, residiu na distinção entre dissertação e trabalho de projeto, e na decisão subsequente sobre qual dos modelos se aplicaria melhor aos objetivos em mente. A reflexão potenciada pela leitura do *Regulamento interno componente não letiva – Trabalho de Projeto*¹ alimentou então a vontade de conciliar os saberes adquiridos ao longo do curso com “um problema prático identificado num domínio da realidade social pertinente à área de especialidade do mestrado”, reforçando a ideia de que o formato de trabalho de projeto se adequaria melhor ao tratamento de um tema que visa um “contexto de aplicação” específico e “potenciais beneficiários” “com necessidades identificadas”. O facto de o modelo adotado exigir igualmente uma sustentação teórica com base em “bibliografia científica e técnica relevante que estabeleça o estado da questão” contribuiu também para suportar a decisão tomada.

Os aspetos a ter em conta em relação ao formato do projeto a concretizar colocaram, contudo, mais desafios. Importa, por isso, assumir desde já as diferenças deliberadas de formatação que o leitor irá encontrar nesta proposta. Se, com efeito, existem normas formais para a apresentação do trabalho final no âmbito do mestrado, a verdade é que o modelo académico disponibilizado não faz qualquer distinção entre um relatório de estágio, um trabalho de projeto ou uma dissertação. Qualquer uma

¹ Este documento está disponível na rede interna da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (doravante apenas FCSH).

das hipóteses escolhidas tem, pois, de seguir exatamente os mesmos parâmetros de apresentação, independentemente de os objetivos das propostas poderem divergir. Por se considerar que esta uniformização integral da diferença não contribuía para a natureza do trabalho a realizar, optou-se por uma solução intermédia, já que o presente projeto é constituído por duas partes – uma de carácter essencialmente teórico, apresentada de acordo com os critérios académicos predefinidos, e outra de cariz mais prático, que não segue escrupulosamente o modelo de formatação fornecido².

Por último, é igualmente relevante esclarecer que muitas das informações que se pretendem transmitir através deste projeto decorrem, em grande medida, de uma prática profissional experimentada na primeira pessoa. Num projeto de âmbito académico há, naturalmente, que ter consciência das limitações de uma proposta procedente da experiência pessoal. Contudo, um percurso profissional de uma década não tem necessariamente de ser ignorado, perante a evidência de que as esferas da investigação, do ensino e da prática profissional carecem ainda de uma partilha mais alargada de conhecimentos com vista a uma maior aproximação entre os três domínios.

2. Observações relevantes para a leitura do trabalho

Numa abordagem que parte intencionalmente da prática para a teoria, o presente trabalho de projeto é composto por dois blocos essenciais. Assim, depois das presentes considerações, o projeto inclui uma primeira parte, intitulada *Roteiro Teórico*, e uma segunda parte, cujo título é *Guia Prático*. A Parte 1 apresenta uma reflexão fundamentada, ao longo da qual as principais informações veiculadas através do guia são analisadas de um ponto de vista teórico. A Parte 2 é necessariamente incluída como anexo por motivos de espaço e corresponde ao guia propriamente dito.

² Uma das diferenças diz respeito à alteração da margem direita da parte prática do projeto, como se verificará mais adiante. Esta segunda parte contém igualmente diversos quadros informativos e explicativos, que infelizmente nem sempre foi possível incluir numa única página, ora por razões de dimensão, ora por restar demasiado espaço em branco na página anterior, caso se tivesse feito essa opção.

Os dois blocos estão, por isso, interligados e complementam-se, mas podem igualmente ser lidos de forma autónoma.

Esta possibilidade foi pensada no sentido de criar um movimento de dialogicidade entre as duas partes que constituem o trabalho. Assim, no *Roteiro Teórico*, o leitor encontrará várias referências que remetem para o anexo, enquanto o *Guia Prático* inclui a indicação de conceitos-chave em caixas de texto, na margem direita das páginas, no sentido de orientar a leitura e facilitar a consulta do instrumento. A ideia subjacente é de que a leitura do(s) texto(s) consista, ela própria, numa prática interativa, refletindo dessa forma o enquadramento teórico da proposta apresentada, conforme se compreenderá mais à frente. A fim de promover o tipo de leitura sugerido, os capítulos de cada uma das partes têm também uma progressão temática análoga, ainda que as estratégias de formulação utilizadas não sejam iguais nos dois blocos. Além disso, cada uma das partes tem também o seu próprio índice.

Tendo em conta que, no domínio da tradução e revisão de textos técnicos, é frequente o uso de termos de origem inglesa durante a comunicação entre os vários profissionais envolvidos num mesmo projeto, optou-se ainda por incluir um breve glossário no final da Parte 2, que visa explicar alguns conceitos que surgirão sublinhados³ ao longo de todo o trabalho e que se enquadram no léxico de especialidade em causa.

³ Em determinados casos, o uso do sublinhado poderia tornar-se demasiado repetitivo. Por este motivo, optou-se por aplicar esta formatação à primeira ocorrência dos termos constantes do glossário em cada uma das subsecções que constituem o presente trabalho no seu todo, assim como a todas as ocorrências dos conceitos em causa utilizadas no próprio glossário.

PARTE 1

ROTEIRO TEÓRICO

"It's harder to see your own mistakes
than for someone else to see them."

Brian Mossop

ÍNDICE – Parte 1

I. INTRODUÇÃO	3
II. ESTRUTURAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
II. 1. A revisão enquanto prática social e dialógica	6
II. 2. O revisor enquanto mediador	8
III. A INVISIBILIDADE DO REVISOR DE TEXTOS	11
III. 1. Profissão: revisor	11
1.1. O revisor e as oportunidades de formação	12
1.2. O revisor e os organismos do Estado	14
III. 2. O revisor e o dever de invisibilidade	16
IV. PERFIL DO REVISOR DE TEXTOS	19
IV. 1. Aptidões e competências gerais	19
IV. 2. Aptidões e competências específicas	23
V. MODALIDADES DE INTERAÇÃO E MEDIAÇÃO	26
V. 1. O revisor e o(s) texto(s)	26
V. 2. O revisor e os instrumentos de trabalho	29
2.1. Os instrumentos de normalização linguística	29
2.2. Os materiais de referência	34
2.3. As ferramentas de tradução assistida por computador e de apoio à revisão	36
V. 3. O revisor e o cliente intermediário	38
V. 4. O revisor e o tradutor	40
V. 5. O revisor e o cliente final	41
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende, em primeiro lugar, contribuir para a visibilidade da profissão de revisor de textos, que atualmente é ainda pouco (re)conhecida, apesar da responsabilidade inerente às funções desempenhadas. Por outro lado, esta proposta assume-se igualmente como um projeto que visa servir de apoio e orientação a (futuros ou atuais) revisores mediante a divulgação de conteúdos *prático-teóricos*, que conduzam não só à reflexão, mas também a uma maior valorização da atividade em causa. É, pois, neste sentido que esta proposta se apresenta como um *guia*, na medida em que o mesmo pode ser encarado como uma “publicação contendo instruções, ensinamentos, conselhos de diversas naturezas” (cf. Houaiss, 2003) destinados a um público específico e que poderão ser úteis para o exercício da profissão, assim como para dar a conhecer alguns dos desafios que se colocam a um revisor de textos no domínio em apreço.

A opção metodológica seguida neste trabalho resulta, assim, da vontade de conciliar os dois objetivos anteriormente expostos, já que, partindo da experiência e dos conhecimentos decorrentes da prática profissional, foi possível identificar lacunas e problemas vários sobre os quais se pretende agora refletir. Consequentemente, o propósito deste guia não é apenas a descrição de problemas linguísticos, mas também a análise do papel assumido pelo revisor de textos num contexto profissional específico. Neste âmbito, o domínio das competências linguísticas é um fator determinante e diferenciador, mas não suficiente. A criação deste instrumento tem, por isso, um intuito essencialmente orientador e informativo, e não um propósito normativo.

A potencial utilidade deste projeto ganhou relevo quando, na primeira fase da investigação, se constatou que existem poucos trabalhos teóricos e/ou empíricos sobre práticas de revisão, escritos por autores portugueses. Além disso, não há sequer consenso relativamente à definição do termo “revisão” (e, consequentemente, do conceito de “revisor”), podendo o mesmo implicar um amplo conjunto de tarefas e ser utilizado em várias áreas de atividade, que vão do domínio editorial ao pedagógico, passando ainda pelo setor da tradução especializada. Esta indefinição terminológica,

contudo, obrigou necessariamente a uma delimitação do âmbito do trabalho que se pretendia elaborar.

Por razões de natureza profissional e pessoal, conforme já foi enunciado, optou-se por centrar o estudo na atividade de revisão no domínio da tradução técnica, isto é, na revisão de textos traduzidos provenientes de áreas mais especializadas, como, por exemplo, a indústria automóvel, a maquinaria e a informática, entre outras. Tradicionalmente, a vertente da tradução técnica é, muitas vezes, relegada para segundo plano, sendo desvalorizada em relação à tradução literária. Mais uma razão, portanto, para integrar o domínio dos textos técnicos num projeto que pretende contrariar a dimensão da invisibilidade. A noção de revisão abordada neste trabalho refere-se, assim, ao ato de rever um texto (não literário) previamente traduzido por uma outra pessoa a partir de uma língua estrangeira, sendo, por isso, uma etapa posterior à própria tradução¹. Trata-se de uma revisão bilingue, já que a mesma implica um processo comparativo entre o texto original (*source text* ou texto de partida) e o texto traduzido (*target text* ou texto de chegada), em que o português europeu se assume como língua de chegada, não só por ser este o âmbito do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística no qual o trabalho de projeto se enquadra, mas também porque o revisor, por princípio, apenas deverá rever textos escritos na sua língua materna, que neste caso é então a variedade europeia da língua portuguesa.

Com base nesta definição de escopo, convém ainda salientar que, neste contexto, o revisor de textos é frequentemente um trabalhador liberal² e é sobretudo a este tipo de profissionais que o guia é dedicado. Assim, por uma questão de rigor terminológico, poder-se-ia afirmar que o presente trabalho pretende abordar e analisar os principais aspetos associados ao trabalho do *revisor independente de textos*

¹ Mossop (2007; 2014) é um dos autores que distingue precisamente a autorrevisão (*self-revision*), feita pelo próprio tradutor antes de entregar um texto, da revisão do texto de outrem (*other-revision*) ou “revisão por terceiros” (IPQ, 2012, p. 14). Trata-se, por isso, de uma etapa independente da tradução, conforme refere também Lorenzo (2002).

² No que diz respeito à relação laboral que um revisor mantém com as organizações ou empresas para as quais trabalha, é possível distinguir dois tipos de regime. Assim, além dos revisores independentes ou *freelancer*, existem também os revisores internos, que têm um vínculo contratual com uma determinada organização e trabalham nas instalações da mesma em regime de exclusividade. No domínio da tradução técnica é mais usual o revisor ser um profissional independente.

técnicos traduzidos para português europeu. No entanto, por se tratar de uma descrição demasiado exaustiva, optou-se por simplificar o uso do conceito e, doravante, sempre que for feita referência ao termo “revisor”, será esta a aceção a ter em conta, ainda que muitos dos tópicos tratados possam igualmente aplicar-se a outros profissionais linguísticos, assim como à atividade de revisão de textos noutras línguas e até noutros domínios.

II. ESTRUTURAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Considerando que as ideias subjacentes a esta proposta de trabalho começaram por decorrer da experiência prática, a necessidade de enquadramento teórico de tais conhecimentos adquire ainda maior importância com vista à fundamentação adequada do projeto em causa. Este segundo capítulo começa, por isso, por explicitar as bases conceptuais que sustentam a reflexão que se pretende apresentar ao longo deste roteiro.

Perante a pluralidade de dimensões a ter conta, é depois apresentada uma análise de alguns factos que podem ajudar a explicar a invisibilidade da profissão de revisor de textos, começando por focar o panorama atualmente vigente em Portugal no que diz respeito às oportunidades de formação disponíveis para quem deseje abraçar este ofício. Seguem-se algumas considerações sobre a relação do revisor com os organismos do Estado e, posteriormente, é feita uma descrição das principais aptidões e competências necessárias ao exercício da profissão. Em seguida, com o intuito de refletir o carácter interativo da atividade de revisão, o trabalho inclui um capítulo cujas secções são dedicadas às modalidades de interação em que a mediação por parte do revisor é necessária. Por último, depois das considerações finais, é então apresentado o *Guia Prático* destinado a revisores de texto.

II. 1. A revisão enquanto prática social e dialógica

Tendo já sido clarificada na Introdução a aceção em que o termo “revisão” é utilizado neste projeto, importa mencionar a dificuldade de abordar a revisão de textos traduzidos de modo isolado, isto é, sem aflorar questões relacionadas com algumas tendências mais recentes na área da tradução, nomeadamente no que diz respeito ao enquadramento da revisão como subdisciplina dos estudos de tradução, desde finais dos anos 90, conforme enunciado por Robert & Van Waes (2014).

Na perspetiva aqui adotada, a revisão pode ser vista simultaneamente como um processo e um produto³ – um processo, porque engloba uma série de

³ Esta abordagem da revisão é, aliás, referida por vários autores, como, por exemplo, Lorenzo (2002), Künzli (2007) e Robert (2008).

procedimentos, técnicas e escolhas ao longo do respetivo período de execução; um produto, porque é sinónimo do próprio texto revisto, sendo, por isso, o resultado do processo que o antecedeu.

Neste sentido, a revisão de textos pode ser encarada como uma prática de linguagem e uma atividade social (cf. Coutinho, 2008a), uma vez que “toda a produção linguística depende da actividade em que se insere” (Coutinho, 2008b, p. 20). Como tal, a revisão, tanto enquanto processo como enquanto produto, está sujeita aos condicionalismos e especificidades que derivam do contexto social de que faz parte, nomeadamente o da produção e consumo de textos técnicos. O revisor surge como elemento central neste circuito, pois é ele quem, numa fase posterior da produção textual, assume a função de conciliar as várias vozes que se cruzam e intervêm na construção de sentido que se estabelece a partir dos e nos próprios textos enquanto objetos de comunicação. De igual modo, a atividade de revisão pode inscrever-se na reflexão “sur le statut de la médiation comme *travail* de la langue et sur la langue.” (Bronckart, 2004, p. 11), por oposição a uma perspetiva mais redutora da revisão apenas como prática de escrita. Assim, aquilo que se pretende propor é uma abordagem mais ampla e uma visão social da revisão de textos.

Tais pressupostos enquadram-se numa corrente da Linguística do Texto que se afigurou igualmente pertinente e adequada aos objetivos deste trabalho, nomeadamente a perspetiva do interacionismo sociodiscursivo (ISD), nos termos formulados por Jean-Paul Bronckart (1999). O paradigma do ISD dá continuidade aos princípios do interacionismo social patente nos trabalhos de Voloshinov⁴ (1990 [1929]) e Vygotsky (2007 [1934]), entre outros autores, e nele sobressai o carácter central que é atribuído à linguagem e à comunicação.

Partindo deste quadro teórico, é possível transpor estes princípios para a revisão de textos, que, sendo regulada pela linguagem, consiste numa atividade em que o revisor é um agente de mediação. Esta noção implica uma relação indireta entre, pelo menos, dois polos e é nesse movimento dialógico que o revisor tenta estabelecer parcerias produtivas, já que rever obriga necessariamente a um diálogo com o texto e

⁴ Na bibliografia final do trabalho, a referência desta obra tem como autor Bakhtin, uma vez que a autoria do texto em causa lhe foi inicialmente atribuída.

com todos os restantes elementos do circuito de interação. É, pois, com base neste posicionamento que se pretende demonstrar que a revisão é efetivamente uma prática dialógica e interativa, ainda que, muitas vezes, seja também uma atividade extremamente solitária.

II. 2. O revisor enquanto mediador

A dificuldade de descrição das tarefas do revisor de textos é tanto mais profunda quanto maior for o número de interações que este profissional tem de estabelecer no exercício da sua atividade. Tais interações podem assumir diversos padrões em função do grau de complexidade dos projetos em que o revisor está envolvido, assim como do número de elementos neles intervenientes (cf. **Diagramas 2 e 3** do *Guia Prático*⁵). É nesse circuito de produção textual (cf. Volochinov, 1990 [1929]) que o revisor tem continuamente de se esforçar por assegurar o seu lugar, definindo estratégias e métodos de trabalho, estabelecendo prioridades perante os condicionalismos a que está sujeito e interagindo sempre com os restantes parceiros, de forma mais ou menos indireta, consoante as ferramentas de trabalho utilizadas, os géneros de texto em causa e as próprias escolhas linguísticas (cf. Bronckart, 2005), que, por vezes, lhe são impostas.

Considerando o circuito mais comum (cf. **Diagrama 2a** do GP) e recorrendo a uma lógica descendente, isto é, partindo da modalidade em que há um maior grau de interação direta, são de destacar as seguintes modalidades no contexto específico da revisão de textos técnicos traduzidos:

- a) o revisor e o(s) texto(s) (original, tradução, revisão);
- b) o revisor e os instrumentos de trabalho, que englobam várias categorias, nomeadamente
 - i) os instrumentos de normalização linguística;
 - ii) os materiais de referência fornecidos pelos clientes;
 - iii) as ferramentas de tradução assistida por computador e de apoio à revisão;

⁵ Durante, sempre que for feita alguma referência ou remissão para o *Guia Prático*, será utilizada a sigla GP.

- c) o revisor e o cliente intermediário (agência de tradução);
- d) o revisor e o tradutor;
- e) o revisor e o cliente final.

Esta complexidade estrutural, inerente ao setor de atividade em causa, reflete uma dependência recíproca mas em permanente assimetria (cf. Bota, 2009)⁶ entre os vários elementos acima elencados, já que nem todos os participantes do circuito têm o mesmo poder de decisão.

Os aspetos anteriormente focados podem, mais uma vez, ser associados ao carácter dialógico de qualquer produção textual, nos termos enunciados por Volochinov e retomados por Bronckart (1999). Segundo aquele autor, “toda a palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*.” (Volochinov, 1990, p. 117) ou, no contexto em questão, entre clientes, tradutor e revisor. Este, por sua vez, é “ouvinte” ao interpretar as instruções que lhe são fornecidas e torna-se simultaneamente agente de produção textual, logo também “locutor”, no sentido em que contribui para a génese de novos textos na sua língua materna. Durante este intercâmbio, o revisor terá não só de respeitar as intenções comunicativas dos clientes, mas também de manter presente que o texto revisto terá um destinatário final, isto é, um público-alvo, sobre o qual o revisor nem sempre recebe muitas informações.

Por último, há ainda que salientar um outro elemento presente ao longo de todas as fases do processo de revisão, seja qual for o padrão em causa: a linguagem interior do próprio revisor. O revisor tem os seus mecanismos de pensamento individuais e estes também irão ter impacto nas suas práticas de revisão, ou seja, nas suas intervenções no texto. Assim, ao inserir eventuais alterações, o revisor está a agir sobre o texto, ao mesmo tempo que está a agir pela linguagem, o que remete para uma dimensão praxiológica da mesma (cf. Bronckart, 2008). Com base nos respetivos conhecimentos e competências, é a voz da consciência do revisor que vai estabelecer a

⁶ Uma das afirmações de Bota a respeito das formas de interação que possibilitam a realização das atividades coletivas evidencia claramente a noção de interdependência que aqui se pretende transmitir: “la complexité structurelle des activités tient *grosso modo* aux objets auxquels s’adressent ces activités ainsi qu’aux modalités d’interaction entre congénères” (2009, p. 128).

ponte, isto é, que vai mediar e tentar encontrar o equilíbrio, por exemplo, entre aquilo que é aceitável de acordo com a norma linguística vigente e aquilo que é exigido pelos clientes, já que estas duas dimensões podem nem sempre ser coincidentes.

Enquanto profissional liberal, o revisor pode (e deve, a bem da sua estabilidade e independência) trabalhar para vários clientes finais diretos (particulares ou empresariais) e clientes intermediários (agências de tradução). Convém, todavia, não esquecer que, neste contexto, o revisor é também um prestador de serviços e, por isso, tal como em todas as relações de natureza comercial, um dos seus principais objetivos deve ser a fidelização dos clientes satisfazendo as exigências destes, pois só dessa forma conseguirá garantir a manutenção da sua atividade e, claro, dos seus rendimentos. Tendo em conta os condicionalismos referidos e que serão aprofundados ao longo desta primeira parte do trabalho, facilmente se compreenderá que encontrar o equilíbrio entre as necessidades de todos os intervenientes neste processo é de facto uma tarefa árdua. No entanto, é igualmente verdade que quanto mais diálogo e cooperação existir entre os diversos parceiros do circuito em causa, maior qualidade terá certamente o produto final, ou seja, o próprio texto.

III. A INVISIBILIDADE DO REVISOR DE TEXTOS

A invisibilidade do revisor de textos admite uma análise bipartida, isto é, sob dois pontos de vista: um negativo e outro positivo. A Secção 1 do presente capítulo foca a primeira perspetiva, enquanto a utilidade do carácter invisível do revisor é abordada na Secção 2.

III. 1. Profissão: revisor

A maioria das pessoas, ao longo da sua vida, é frequentemente confrontada com uma pergunta aparentemente simples, isto é, de fácil resposta – qual é a sua profissão? Seja ao nível da esfera privada, como, por exemplo, num convívio entre amigos, seja no cumprimento de obrigações burocráticas aquando do preenchimento de um qualquer formulário, o revisor de textos também não escapa a esta realidade. No entanto, ao contrário do que acontece com grande parte dos indivíduos, os problemas do revisor começam a surgir logo que este responde à pergunta com toda a honestidade. Profissão? Revisor.

Na sequência desta resposta, existem vários cenários possíveis mas que, raras vezes, correspondem à verdade se a explicação não for um pouco mais elaborada, já que o termo “revisor” é mais facilmente associado à profissão de revisor oficial de contas e até à de fiscal dos títulos de transporte. Na verdade, o revisor de textos também tem de fazer contas e executar tarefas de fiscalização, ainda que de outra natureza. Assim, para que não subsistam dúvidas nem equívocos, o revisor acaba normalmente por ter de explicitar aquilo que faz, afirmando-se como “revisor de textos”, o que sempre ajuda a especificar a atividade em causa, ou como “tradutor e revisor”, o que facilita a contextualização do setor em questão no caso concreto do tipo de revisor que este projeto pretende considerar. O contributo para a visibilidade da profissão tem, pois, de começar, desde logo, pela resposta adequada a uma simples e banal pergunta.

No entanto, os obstáculos ao esclarecimento daquilo em que consiste a profissão de revisor de textos não se limitam apenas a problemas de incompreensão ou desconhecimento. As raízes desta invisibilidade são mais profundas e estendem-se a vários domínios, nos quais o revisor tem de enfrentar diversas dificuldades,

certamente ainda mais preocupantes para quem está no começo da carreira ou para quem pretende iniciá-la. De seguida, são referidos dois contextos em que a invisibilidade do revisor é negativamente acentuada.

1.1. O revisor e as oportunidades de formação

É difícil imaginar que um aluno do ensino básico ou secundário afirme que o seu sonho é vir a ser revisor de textos. A necessidade de correção dos textos escritos não é totalmente desconhecida dos estudantes, mas o facto de os processos de revisão em contexto escolar estarem ainda, em muitos casos, limitados à correção ortográfica e gramatical por parte do professor (cf. Pereira, 2000) não contribui para que os alunos tenham uma maior consciência daquilo que significa rever um texto, acentuando a probabilidade de desconhecem que é possível exercer tal atividade profissionalmente. Mesmo no caso dos alunos de licenciaturas na área das letras, do jornalismo ou da tradução (áreas em que tradicionalmente grande parte dos revisores profissionais tem formação), a perspectiva de trabalhar como revisor de textos não é certamente a mais óbvia, pelo menos no início do percurso académico. Por outro lado, não é propriamente fácil ensinar a rever – uma coisa é o professor fazer a revisão do texto de um aluno com fins pedagógicos, outra coisa é ensinar possíveis métodos e técnicas de revisão. Lorenzo aponta algumas razões possíveis para esta situação do seguinte modo: “Debido a esa falta de conocimiento real de la tarea de la revisión y los procesos mentales que la acompañan, parece descuidarse también su enseñanza” (2002, p. 136).

Em relação ao caso concreto dos textos traduzidos convém salientar que os cursos de licenciatura na área da tradução são relativamente recentes, já que os estudos tradutórios começaram por ser aprofundados ao nível dos cursos de mestrado e doutoramento. Atualmente, a oferta é já mais vasta neste domínio (cf. **Quadro 1** do GP), mas o mesmo não se pode afirmar relativamente à revisão enquanto objeto de estudo. Com base nas pesquisas efetuadas, verificou-se, por exemplo, que, em Portugal, não existem cursos de licenciatura especificamente vocacionados para a revisão de textos e somente um estabelecimento de ensino superior no país dispõe de

um curso de 2.º ciclo nesta área⁷. Na maioria dos casos, aqueles que pretendam adquirir competências e aprofundar os seus conhecimentos neste domínio só o poderão fazer frequentando cursos de mestrado e pós-graduação em áreas afins, como é o caso da tradução ou da edição. Também por este motivo, os cursos que incluem unidades curriculares no âmbito da revisão de textos são mais direcionados para a revisão literária e tipográfica (cf. **Quadro 1** do GP). Existem ainda alguns cursos de formação complementar, mas os mesmos são pouco numerosos e a oferta concentra-se essencialmente na região de Lisboa, conforme consta também do mesmo quadro.

No que diz respeito à obtenção de informações relativas à atividade de revisão, as fragilidades identificadas ao longo da elaboração deste trabalho estendem-se ainda a outros níveis. Não existem, por exemplo, manuais de revisão de textos escritos por autores portugueses, nos quais os profissionais, atuais ou futuros, possam encontrar recomendações sobre boas práticas e procedimentos adequados neste domínio. Existem, sim, outros instrumentos como os guias de estilo ou os manuais de redação⁸, mas uma simples pesquisa na Internet permite constatar que os únicos manuais dedicados à revisão profissional, publicados em língua portuguesa, foram escritos por autores brasileiros. Não obstante, também estas obras⁹, incluindo as mais recentes, abordam essencialmente aspetos relacionados com as práticas editoriais e tipográficas e não o contexto específico da revisão de textos técnicos em circuito empresarial¹⁰. Para obter informações concretas nesta área é necessário, por isso, recorrer a publicações em língua estrangeira, como, por exemplo, o manual elaborado por Mossop (2014).

Com base nestas constatações, é possível afirmar que há ainda um caminho a trilhar relativamente ao próprio sistema de ensino e, mais concretamente, no que diz respeito ao estudo das práticas de revisão com o objetivo de formar profissionais especializados.

⁷ Trata-se da FCSH, onde existe o curso de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística.

⁸ Alguns exemplos úteis indicados no **Quadro 12** do GP.

⁹ Cf. Coelho Neto (2008), Malta (2000), Medeiros et al. (1995) e Pinto (1993). As referências bibliográficas completas destas obras podem ser consultadas no final do *Roteiro Teórico*.

¹⁰ A pesquisa dos termos “revisão” e “revisor” em três dicionários de referência (cf. Academia, 2001; Houaiss, 2003; Porto Editora, 2013) permite igualmente constatar que as definições destes conceitos são maioritariamente limitadas ao contexto tipográfico e editorial.

1.2. O revisor e os organismos do Estado

Como se já não bastasse o facto de a maioria dos alunos nas áreas já referidas tomar conhecimento da existência da profissão de revisor de textos numa fase mais avançada dos seus estudos, as perspetivas de entrada no mercado de trabalho também não são as mais animadoras. Desengane-se, contudo, quem pensa que tal se deve exclusivamente à crise económica que o país tem vindo a enfrentar nos últimos anos. É claro que as dificuldades financeiras de muitas empresas cuja atividade principal é a tradução e a revisão de textos se refletiram negativamente nos rendimentos¹¹ dos profissionais destas áreas, assim como nas possibilidades de contratação de novos colaboradores, mas os constrangimentos associados ao início da atividade de revisor vão ainda mais além.

Ao nível da Autoridade Tributária, por exemplo, se um revisor optar pelo regime de *freelancer*, como acontece na maioria dos casos, o primeiro dilema surge assim que este profissional tenta registar a sua atividade. É que, segundo a classificação das atividades económicas constante do Código do IRS (CIRS), aparentemente não existe a profissão de revisor de textos em Portugal, apesar de existir naturalmente a de revisor oficial de contas (CIRS: 9010). Tal pode conduzir ao raciocínio interessante de que quem verifica números é reconhecido pelo sistema fiscal, mas o mesmo já não acontece com quem verifica palavras.

Assim, para o revisor de textos, a solução atual passa por declarar o início de atividade como *tradutor* (CIRS: 1334) ou como *outro prestador de serviços* (CIRS: 1519), que, no fundo, abrange todas as profissões fiscalmente inexistentes (cf. **Quadro 3** do GP). Esta invisibilidade, contudo, revela-se incoerente quando se sabe que existem organismos do Estado, onde de facto trabalham revisores de texto, como, por exemplo, a Assembleia da República e a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM)¹². A INCM, por sua vez, enquanto instituição responsável pela publicação do

¹¹ A crise económica tem servido de desculpa para a prática de *dumping*, que se tem vindo a verificar no mercado da tradução especializada, relativamente aos preços pagos pelos serviços prestados por tradutores e revisores, ou seja, as tarifas têm vindo a sofrer reduções significativas.

¹² A este propósito basta referir a recente polémica relacionada com a Lei de Limitação de Mandatos Autárquicos (Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto), em que uma pequena alteração introduzida pelos revisores da INCM (“Presidente de Câmara” em vez de “Presidente da Câmara”) suscitou tanta discussão que acabou por ter de ser o Tribunal Constitucional a decidir, em setembro de 2013, sobre a interpretação da lei em causa.

*Diário da República*¹³, poderia certamente contribuir também para um maior reconhecimento da importância da revisão de textos.

Outro exemplo da necessidade da profissão de revisor a nível institucional foi referido por Eva Bacelar, tradutora da Procuradoria-Geral da República (PGR), na palestra intitulada “A tradução e revisão de textos jurídicos na PGR”, que decorreu na FCSH a 23 de maio de 2013. Ao descrever o seu quotidiano profissional, a tradutora lamentou o facto de não existirem revisores de texto na PGR e de os vários tradutores que ali trabalham não reverem os textos uns dos outros no sentido de superar eventuais dificuldades, assim como fomentar uma maior uniformização e coerência, tanto a nível linguístico como estilístico. Tendo em conta as competências de um órgão como a PGR, a inexistência de revisores de texto afigura-se surpreendente senão mesmo preocupante. Não se pretende com esta afirmação questionar a qualidade do trabalho dos tradutores da PGR, mas a verdade é que, atualmente, a necessidade de revisão de textos técnicos traduzidos já se encontra regulada a nível europeu e nacional através de normas próprias, designadamente a Norma Europeia EN 15038:2006 e a norma portuguesa equivalente (NP EN 15038:2012)¹⁴. Ambos os documentos visam “estabelecer e definir os requisitos para a prestação de serviços de qualidade” (IPQ, 2012, p. 7) no setor da tradução, sendo a revisão referida como uma das etapas obrigatórias neste contexto. É certo que as normas em causa se aplicam essencialmente a empresas de tradução que desejem obter a certificação dos respetivos serviços e não a organismos públicos, mas a importância atribuída à atividade de revisão através desses instrumentos não deveria ser desprezada.

Relativamente à relação que se pode estabelecer entre as organizações e a visibilidade do ofício de revisor de textos, há ainda um último aspeto que importa salientar por refletir a forma como a profissão é encarada no nosso país, ou seja, o modo como permanece na obscuridade. Basta estabelecer um simples paralelismo com os países europeus mais próximos: em Espanha existe a *Asociación Española de*

¹³ A título de curiosidade leia-se o Louvor n.º 445/2007, constante do GP (cf. *Imagem 4*).

¹⁴ A Norma Europeia EN 15038:2006 foi inicialmente publicada, em 2006, pelo Comité Europeu de Normalização (CEN – <http://www.cen.eu>). A versão portuguesa, elaborada pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ – <http://www.ipq.pt>), só foi homologada em 2012. Não é permitida a reprodução integral destes documentos, já que os mesmos só são disponibilizados se forem adquiridos junto dos daqueles organismos de normalização. Existe, contudo, a possibilidade de consultar uma versão preliminar (2004) da Norma Europeia EN 15038:2006 em <http://www.jrdias.com/PDF/prEN-15038.pdf>.

*Traductores, Correctores e Intérpretes*¹⁵ e em França o *Syndicat des Correcteurs*¹⁶. Curiosamente, em Portugal é possível encontrar dois organismos, cuja designação, no entanto, parece ter votado os revisores ao esquecimento: a Associação Portuguesa de Tradutores¹⁷ e o Sindicato Nacional da Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes¹⁸. Não sendo caso único, a profissão de revisor de textos enfrenta, assim, o problema da falta de regulamentação, já que não existe qualquer entidade a nível nacional que ateste as competências dos profissionais da área e lhes confira a respetiva certificação¹⁹.

III. 2. O revisor e o dever de invisibilidade

To reveal art and conceal the artist is art's aim.
Oscar Wilde

Tal como referido no início do Capítulo III deste roteiro, a invisibilidade do revisor pode também ser desejável sob uma outra perspetiva, nomeadamente no que diz respeito à sua interferência no processo de produção textual.

O ofício de revisor requer necessariamente uma capacidade de distanciamento em relação ao texto, isto é, por mais que o revisor discorde daquilo que um autor/tradutor escreveu, não deve introduzir alterações apenas com base nas suas preferências e crenças pessoais, nem ao nível da forma e muito menos ao nível do conteúdo. Se assim fosse, o revisor tornar-se-ia coautor do texto e não é essa a sua função. Este é, aliás, um dos motivos pelos quais a revisão não deve ser sinónimo de reescrita. Esta distinção é ainda corroborada pelo facto de o trabalho do revisor, regra

¹⁵ Cf. <http://www.asetrad.org/index.asp>.

¹⁶ Cf. <http://www.correcteurs.org>.

¹⁷ Cf. <http://www.appt.pt>.

¹⁸ Cf. <http://www.snatti.com>.

¹⁹ Note-se que a certificação deve ser distinguida da noção de qualificação. As qualificações ou habilitações para exercer uma determinada profissão são atribuídas pelos estabelecimentos de ensino, ainda que a obtenção de um diploma académico não garanta a qualidade dos serviços prestados. Como, no caso dos revisores de texto, não há sequer cursos de licenciatura, a situação torna-se ainda mais complicada e só a experiência profissional serve geralmente de critério para comprovar as competências adquiridas.

geral, não incluir a tarefa de retradução²⁰, ou seja, se se perspetivar que a qualidade do texto traduzido obrigará o revisor a retraduzir o texto, em vez de o rever, o texto é devolvido ao respetivo tradutor ou a sua retradução é adjudicada a um tradutor diferente.

O trabalho do revisor deve, assim, ser impercetível para o leitor²¹, tendo sempre em vista a valorização e o melhoramento do texto. Esta invisibilidade ilusória permite, assim, contribuir para a legibilidade do mesmo. Uma revisão de qualidade é, por isso, aquela que deteta (e não acrescenta) problemas de interpretação, omissões, incoerências terminológicas ou desvios do ponto de vista da normalização linguística e em que as alterações inseridas não sobressaem no texto. Pelo contrário, a situação inverte-se quando um texto apresenta gralhas, caso em que a figura do revisor pode ganhar maior relevo, ainda que não pelas melhores razões, naturalmente. No entanto, em virtude da sua condição humana, a verdade é que o revisor também erra e não sabe tudo, precisamente porque:

l'important n'est pas ce qu'il sait: c'est ce qu'il est conscient de ne pas savoir, ou tout au moins de ne pas savoir tout à fait, ce qui demande vérification, ce sur quoi il veille en permanence (...). Le vrai correcteur ne sait rien et doute de tout.

Brissaud²² (1998, p. 40)

Admitir as limitações não é mais do que uma demonstração de profissionalismo e são precisamente as competências necessárias ao desempenho profissional de um

²⁰ Atualmente, com o desenvolvimento dos sistemas de tradução automática, tradutores e revisores estão a ser confrontados com um número crescente de solicitações mais direcionadas para a retradução. Trata-se de uma tendência de mercado que dá pelo nome de pós-edição (cf. GP, p. 96) e que consiste em corrigir e editar traduções feitas automaticamente, sem intervenção humana. Apesar de os clientes verem grandes vantagens económicas nesta nova vertente tecnológica, o processo de pós-edição pode chegar a demorar mais tempo do que a tradução de raiz. Como tal, a sua utilidade e eficácia ainda não é totalmente consensual.

²¹ No caso específico da tradução técnica, as alterações inseridas pelo revisor nem sempre são disponibilizadas ao cliente final (que pode ou não ser o leitor final do texto). No entanto, para a agência, todas as emendas introduzidas têm de estar claramente visíveis, ainda que as mesmas não devam servir apenas para justificar o trabalho de revisão. Pode dar-se o caso de um texto ser revisto e não necessitar de qualquer tipo de intervenção da parte do revisor, o que não significa que este não tenha feito o seu trabalho devidamente.

²² Brissaud não é a única a encarar esta consciencialização das fragilidades como uma característica essencial ao exercício da profissão de revisor. Na *História do Cerco de Lisboa*, romance cujo protagonista é precisamente um revisor (tipográfico), o narrador afirma que “Quem não sabe deve perguntar, ter essa humildade, e uma precaução tão elementar deveria tê-la sempre presente o revisor” (Saramago, 2008, p. 26).

revisor de textos que irão ser consideradas no capítulo seguinte. Afinal, os revisores “são seres humanos e estão por isso sujeitos a falhar na aplicação de preceitos oriundos de uma convenção social e destinados a vigorar por algum tempo, em determinado espaço.” (Castro, 2003, p. 2).

IV. PERFIL DO REVISOR DE TEXTOS

Tal como mencionado no Capítulo II, o presente trabalho de projeto assenta numa abordagem da atividade de revisão que não se limita à correção ortográfica e gramatical numa perspetiva tradicional, mas que, pelo contrário, encara os textos como práticas de linguagem situadas (cf. Bronckart, 1999). Neste sentido, para além das competências linguísticas obviamente necessárias, o revisor tem também de possuir competências textuais que lhe permitam avaliar e, quando necessário, melhorar a qualidade dos textos através do seu agir pela linguagem, ou seja, intervindo também do ponto de vista discursivo e estilístico, assim como ao nível do próprio funcionamento e da organização textual. No entanto, para além destas aptidões, o revisor tem ainda de possuir outros atributos para conseguir singrar num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e informatizado (cf. **Quadro 5** do GP).

IV. 1. Aptidões e competências gerais

Há quem considere que os revisores “são maníacos do alinhamento, da precisão, da harmonia geométrica” (Saramago, 2008, p. 91) ou até quem lhes atribua um conjunto de “caractéristiques psychologiques bizarres (folie de persécution, fatalisme, ironie désabusée, souci maniaque du détail)” (Brissaud, 1998, p. 40). Estes traços aparentemente paranoicos de personalidade ajudam, contudo, a distinguir um profissional competente, porque podem ser associados às próprias práticas de revisão, já que estas se traduzem, muitas vezes, em tarefas de elevado rigor e minúcia.

Mesmo sem o admitir, um revisor de textos pode igualmente ser preconceituoso e julgar as pessoas pela forma como estas escrevem ou falam. Não é, por isso, de estranhar que um revisor olhe rapidamente para o teclado do computador, quando se depara com uma grafia incorreta, a fim de verificar a distância existente entre a tecla da letra errada e a da letra pretendida. Esta confirmação permitir-lhe-á avaliar a gravidade do problema detetado e enquadrá-lo na sua escala de aceitabilidade.

Um revisor de textos é também alguém que adora ouvir e contar piadas de teor linguístico. Em ambos os casos, ri-se imenso mesmo quando quase mais ninguém acha graça àquele tipo de humor (cf. *Imagem 2* do GP).

Outra característica típica de um revisor de textos é a tendência quase incontrolável para procurar problemas em tudo o que lê, seja numa publicação impressa ou eletrónica, na televisão ou até na ementa de um restaurante. Para além de ser um vício profissional, é simplesmente mais forte do que a sua vontade de descontrair no final de um dia de trabalho. Trata-se de uma verdadeira necessidade e o facto de quase sempre conseguir detetar alguma infração às regras de aceitabilidade linguística não contribui para acalmar a sua busca incessante. Tal comportamento deriva simplesmente do facto de o revisor não ler como os demais, ou retomando as palavras de Brissaud: “Le correcteur ne lit pas. Il photographie visuellement le mot et identifie une coquille quand son cerveau lui renvoie de façon presque subliminale que « quelque chose ne va pas ». Le correcteur ne lit pas comme tout le monde.” (1998, p. 40).

O revisor de textos desenvolve, assim, uma capacidade de leitura diferente, precisamente porque assume o papel de primeiro leitor do texto de outrem. É nesta qualidade que a sua função de mediador, tanto a nível linguístico como comunicativo, se destaca uma vez mais. O revisor pode inserir emendas ao nível da ortografia e da sintaxe, mas a sua intervenção não se restringe somente a estes aspetos. É igualmente necessário que o revisor se coloque na perspetiva do potencial leitor final com o intuito, por exemplo, de eliminar eventuais ambiguidades que o texto possa conter, ou seja, a função comunicativa²³ dos textos não deve ser negligenciada durante o processo de revisão. Isto porque se a língua é um fenómeno dinâmico e interativo, os aspetos discursivos de um texto não podem ser relegados para segundo plano.

Este tipo de posicionamento face ao texto reflete uma visão claramente diferente daquela que decorre da tradição gramatical, já que esta última se traduz numa abordagem mais limitada dos textos, que Marcuschi descreve do seguinte modo: “Esta visão, de carácter estritamente formal (...) manifesta enorme

²³ Marcuschi é um dos autores brasileiros que se tem dedicado à questão da dialogicidade na escrita, defendendo que “a escrita é uma atividade comunicativa e uma prática social situada, tal como a fala.” (2001, p. 21).

insensibilidade para os fenômenos dialógicos e discursivos. Sua tendência é restritiva e a própria noção de regra por ela proposta é demasiado rígida.” (2001, p. 28).

Num exercício de comparação, o **Quadro 7** do GP visa exatamente confrontar duas formas diferentes de encarar a revisão de textos²⁴ – a da perspectiva tradicional e aquela que poderia corresponder aos pressupostos do ISD –, apresentando duas concepções de revisor correspondentes a cada uma das abordagens acima referidas, assim como algumas implicações daí decorrentes para as práticas de revisão.

Tendo em conta as diferenças entre ambas as abordagens, o revisor pode posicionar-se, mais uma vez, como alguém que medeia estas duas visões aparentemente divergentes. Para o efeito, pode complementar alguns dos pressupostos da gramática tradicional, adotando uma postura de maior flexibilidade e diálogo com o próprio texto, em função do género e da finalidade do mesmo, numa lógica de adequação, ou seja, considerando o contexto linguístico e sociocultural em que aquele se insere e que naturalmente condiciona o uso da língua.

As convenções e características linguísticas, que resultam desses condicionalismos, permitem associar os textos, enquanto objetos empíricos, a determinadas categorias mais ou menos idealizadas, nas quais os textos se encaixam, precisamente porque os parâmetros dominantes utilizados na sua construção são partilhados e reconhecíveis pelos membros de uma mesma comunidade (cf. Bronckart, 2005). Deste modo, cada texto pode constituir-se como um exemplar de um determinado género textual.

No âmbito da comunicação técnica, há textos que se destacam pelo volume de exemplares submetidos a revisão, nomeadamente aqueles que se enquadram nos géneros de carácter instrucional (cf. Coutinho & Miranda, 2009). Tais textos materializam-se normalmente na forma de manuais de instruções, guias e manuais de utilizador ou orientações mais abreviadas, e destinam-se a transmitir informações precisas sobre como realizar uma determinada ação, por exemplo, como utilizar um programa informático, como conduzir e desfrutar em pleno do automóvel, como

²⁴ A este respeito, convém referir que, no seguimento de Cassany (1993), Pereira (2000, p. 129) propõe uma distinção similar entre modelos de correção em contexto escolar, diferenciando a correção tradicional da processual.

comandar o sistema operativo de uma qualquer máquina industrial ou ainda como explorar todas as funcionalidades de um telemóvel.

A este propósito, é adequado citar Roque Dias, que, numa das suas comunicações, definiu o texto técnico do seguinte modo:

A technical text, or the manuals that form its natural habitat, is written for a very precise and specific purpose: to convey information to those who need it to perform their work, keep their jobs, or, simply, to enhance their lives.

Roque Dias (s.d.)

No caso concreto dos manuais de instruções, enquanto exemplares do género instrucional, esta função simultaneamente utilitária e instrutiva torna-se dominante no texto, na medida em que se privilegia a clareza da informação que se pretende transmitir. Por este motivo, o discurso interativo (cf. Bronckart, 2005) patente em estruturas verbais nas quais predomina o modo imperativo, assim como a prevalência da função denotativa da linguagem sobre o uso conotativo da mesma, são características comuns a estes textos. Dada a diversidade de géneros existentes, este é apenas um exemplo de mais uma dimensão que o revisor também não pode ignorar, quando direciona as suas intervenções no texto.

De um ponto de vista prático, o revisor de textos tem ainda de possuir outras duas capacidades essenciais: o revisor tem de saber dizer não e de gerir impecavelmente o seu tempo de trabalho para que este se torne rentável, sobretudo no caso dos profissionais independentes. O primeiro aspeto prende-se com a necessidade de reconhecer as respetivas limitações, não só ao nível dos conhecimentos (linguísticos e temáticos), mas também em termos de disponibilidade. Recusar um trabalho não é sinal de incompetência, mas sim de sentido de responsabilidade e, nalguns casos, pode mesmo evitar prejuízos para todos os envolvidos²⁵. O segundo aspeto diz respeito ao cumprimento dos prazos estipulados para a entrega dos textos revistos. O revisor *freelancer*, por não estar sujeito a um

²⁵ É verdade que as recusas podem ser mal interpretadas e até prejudiciais para o revisor, quando frequentes, mas é a própria reputação do revisor que está em causa. Aceitar cegamente todo o tipo de trabalhos não atesta as competências profissionais e os prejuízos podem depois resultar no incumprimento do prazo de entrega e na falta de qualidade do texto final.

horário de trabalho rígido, necessita de ter uma ótima capacidade de gestão do tempo, para além de uma grande autodisciplina. A postura de procrastinação não é de todo aconselhável para aqueles que pretendam abraçar esta profissão, precisamente porque a maioria dos trabalhos é quase sempre *para ontem*. Sendo o tempo um bem não renovável e cada vez mais precioso, a má gestão dos prazos terá influência tanto no processo como no produto do trabalho do revisor (cf. **Diagrama 1** do GP)²⁶.

Por último, o facto de o revisor de textos ter necessariamente de possuir conhecimentos profundos das respetivas línguas de trabalho (línguas de partida e língua de chegada) não poderá ser aqui abordado de forma exaustiva, mas, em contrapartida, tentar-se-á transmitir um outro olhar sobre a forma de encarar os textos e as línguas. Neste sentido, importa salientar também outras características indispensáveis para o desempenho da profissão, sobretudo no domínio dos textos técnicos, e são essas especificidades que a secção seguinte irá pôr em foco.

IV. 2. Aptidões e competências específicas

Se o revisor de textos, em termos gerais, é uma figura desconhecida de muitas pessoas, o que dizer do revisor de textos técnicos traduzidos? Se a identidade do próprio tradutor desses textos permanece quase sempre anónima, quem é que se vai lembrar da existência de um revisor desses mesmos textos? Basta, por exemplo, refletir um pouco sobre a percentagem provável de pessoas que efetivamente lê os manuais de instruções dos automóveis ou dos equipamentos de marcas estrangeiras que adquire. Se as pessoas não leem os textos, é compreensível que não se questionem sobre quem contribuiu para a sua génese.

Rever traduções de textos técnicos permite, por um lado, o acesso a diferentes temáticas e, por outro, possibilita o contacto com diversos estilos de tradução, uma vez que o tradutor nem sempre é o mesmo e as próprias ferramentas de trabalho²⁷ também variam com frequência. Este tipo de revisão obriga, por isso, à aquisição de um vasto conjunto de competências que fazem do revisor de tais textos um

²⁶ O **Diagrama 1** do GP, intitulado “Os 5 pés do revisor”, propõe uma breve reflexão a este propósito.

²⁷ As ferramentas de trabalho englobam, naturalmente, os instrumentos de normalização linguística, mas incluem igualmente vários outros recursos e materiais, que serão abordados no Capítulo V.

profissional polivalente (cf. **Imagem 1** do GP) e, muitas vezes, autodidata em determinadas áreas, já que alguns dos conhecimentos necessários só se adquirem realmente através da prática. Daí a importância da criação de planos curriculares que incluam a abordagem de métodos e estratégias de revisão usados em contextos profissionais, conforme destaca Lorenzo (2002, pp. 136-137):

La poca atención que se ha venido dedicando a la revisión en la investigación y la didáctica, a pesar de la importancia que se reconoce a esta actividad en la práctica profesional, tiene que ver probablemente con la falta de una metodología adecuada y eficaz.

A Norma Portuguesa EN 15038:2012 define o revisor de textos traduzidos como alguém que deverá “ter experiência na prática de tradução na área em causa.” (IPQ, 2012, p. 10). Por isso, todo o revisor de textos traduzidos é ou já foi tradutor, mas o inverso nem sempre se verifica. Assim, o revisor tem, em primeiro lugar, de possuir competências tradutórias, uma vez que tem de compreender o original para poder avaliar a tradução e introduzir as necessárias alterações.

No contexto em análise, o revisor tem igualmente de adquirir competências técnicas e de pesquisa, que lhe permitam realizar o seu trabalho de acordo com os requisitos em vigor neste setor de atividade. Tais requisitos incluem a adoção de estratégias apropriadas no que diz respeito à pesquisa de terminologia e à seleção adequada das fontes de informação disponíveis (cf. **Quadro 14** do GP), assim como a utilização de *softwares* de apoio à tradução. Estes denominam-se habitualmente ferramentas de tradução assistida por computador ou ferramentas CAT (cf. **Quadro 13** do GP), e grande parte destes programas informáticos dispõe igualmente de funções específicas para a prática da revisão e o controlo da qualidade dos textos. Não sendo este o único critério para a adjudicação de trabalhos, a verdade é que quanto mais ferramentas o revisor dominar, mais hipóteses terá de participar em diferentes projetos, uma vez que nem todos os clientes utilizam as mesmas ferramentas CAT²⁸.

²⁸ Esta realidade levanta uma outra questão muitíssimo pertinente, que não irá ser aprofundada aqui mas que convém não ignorar: a aquisição deste tipo de ferramentas representa, na maioria dos casos, um investimento considerável, sobretudo para quem está a iniciar o seu percurso profissional, já que as mesmas não têm propriamente preços acessíveis (cf. **Quadro 13** do GP), quando se pretende adquirir uma versão dotada de um conjunto satisfatório de funcionalidades.

Por último, importa ainda referir brevemente dois aspetos, que talvez sejam menos óbvios mas que assumem ainda maior importância no caso do revisor de textos independente. Neste enquadramento profissional é aconselhável que o revisor se esforce por adquirir alguns conhecimentos de contabilidade e de *marketing* pessoal (cf. **Secção II.2.2.** do GP). Convém, por exemplo, chamar a atenção para o facto de que um *freelancer* tem habitualmente mais obrigações fiscais (cf. **Quadro 3** do GP) para cumprir do que um trabalhador dependente e, como tal, tem de ter conhecimento desses deveres para não ficar sujeito à aplicação das mais variadas coimas. Por outro lado, não tendo um vencimento mensal fixo, o revisor deve ser capaz de fazer uma gestão equilibrada das suas despesas e das suas receitas²⁹. Caso contrário, a manutenção da sua atividade correrá sérios riscos. A temática do *marketing* pessoal está de certo modo relacionada com estas mesmas questões, já que a estabilidade profissional de um revisor de textos *freelancer* depende da angariação (e, sobretudo, da fidelização) de clientes. Há clientes de todos os tipos, porque, no fundo, aquilo que está aqui em causa também são as relações humanas ou interpessoais³⁰. Cabe, por isso, ao revisor fazer uma triagem dos clientes que deseja procurar e manter, à medida que vai ganhando mais experiência, sem se render à estagnação e ao conformismo. No mercado da tradução técnica, o revisor de textos deve estar consciente de que é um prestador de serviços e é nessa qualidade que tem de se esforçar por se destacar da concorrência.

Na verdade, estas matérias poderiam, por si só, dar azo a uma longa reflexão sobre o papel do revisor de textos de um ponto de vista exclusivamente comercial e económico. Não sendo, todavia, esse o propósito principal deste trabalho, o capítulo que se segue irá abordar os tópicos centrais relacionados com a perspetiva de revisão aqui defendida, retomando e aprofundando as modalidades de interação e mediação já mencionadas no Capítulo II.

²⁹ É claro que é sempre possível contratar os serviços de um contabilista. No entanto, tendo em conta que isso implicará o pagamento de uma avença mensal, convém ponderar se o volume de negócios do revisor *freelancer* justifica esta despesa adicional. Regra geral, nos primeiros anos de carreira não se trata de uma solução compensatória.

³⁰ Aqui está patente mais uma das vertentes sociais da prática da revisão.

V. MODALIDADES DE INTERAÇÃO E MEDIAÇÃO

No contexto específico da revisão de textos técnicos traduzidos, qualquer uma das modalidades de interação anteriormente identificadas tem sempre em vista a obtenção de um produto final que cumpra os requisitos de cada um dos agentes participantes no circuito de produção, circulação e receção, que vai do autor do texto original ao leitor final do texto traduzido revisto (que pode ou não ser o cliente final). A revisão, por sua vez, implica interações sociais e não apenas linguísticas, já que, para além de dialogar com os textos e com os diversos instrumentos de trabalho, o revisor também dialoga com os parceiros de interação que fazem parte deste circuito, nalguns casos ainda que de forma indireta.

As secções seguintes visam descrever o funcionamento das cinco modalidades de interação referidas no Capítulo II e destacar os vários níveis de mediação em que o revisor tem de atuar.

V. 1. O revisor e o(s) texto(s)

No contexto em análise, é possível afirmar que o revisor de textos se encontra no centro de um circuito de triangulação textual, já que o seu trabalho tem em consideração três textos produzidos em momentos diferentes: o original, a tradução e a revisão. Os dois primeiros textos são normalmente fornecidos ao revisor na sua versão final, enquanto o texto revisto pode ter várias versões intermédias, até ser entregue ao cliente a versão definitiva³¹. Tanto esta como aquelas são sempre resultado de uma prática dialógica que o revisor exerce sobre os próprios textos.

A partir do momento em que o revisor aceita rever um texto, já deverá ter ponderado os fatores relacionados com as línguas de trabalho e os materiais necessários ao cumprimento dos requisitos impostos, assim como três dos cinco pês do revisor, designadamente o volume de **p**alavras, o **p**razo de entrega e o **p**reço, conforme enunciado no **Diagrama 1** do GP. No entanto, há ainda decisões a tomar antes mesmo de se iniciar o processo de revisão em si. Uma das questões essenciais

³¹ Relativamente à versão definitiva do texto revisto importa distinguir dois conceitos muito comuns no domínio da tradução técnica: a *versão unclean* e a *versão clean* de um ficheiro revisto, por exemplo, no *Microsoft Office Word*. A primeira é normalmente a versão solicitada pelas agências de tradução; a segunda é habitualmente entregue ao cliente final.

prende-se com o tipo de revisão a implementar, tendo em conta que se trata de um processo contrastivo. Deverá o revisor ler primeiro o original na íntegra, para ter um primeiro contacto com a temática e o próprio registo do texto de partida, e só depois rever a tradução? Deverá o revisor começar por ler apenas a tradução para se familiarizar com o texto na sua língua materna, passando depois à revisão mediante a leitura comparativa do original e do texto traduzido? Trata-se, no fundo, de decidir sobre a sequência de revisão³² a adotar para cada projeto, em função dos respetivos condicionalismos, sendo que o fator tempo é normalmente o prioritário.

Na verdade, não existe um procedimento de revisão ideal que se aplique a todos os textos de todas as línguas e a todos os revisores. O mais provável é que dois revisores façam revisões diferentes de um mesmo texto. Contudo, a inexistência de estratégias de ensino no domínio específico da revisão de textos técnicos traduzidos, assim como a falta de regulamentação da profissão de revisor, certamente que também não contribuem para uma possível padronização das práticas de revisão³³. Regra geral, o revisor recebe as instruções que já foram enviadas ao tradutor (relacionadas, sobretudo, com os critérios de uniformização terminológica), mas os clientes não impõem procedimentos de revisão específicos. O revisor é, por isso, livre de escolher o procedimento que pretende adotar (cf. Robert, 2008; Robert & Van Waes, 2014) e não é questionado sobre essa decisão. Os clientes poderão eventualmente indicar se pretendem uma revisão global ou apenas parcial (cf. **Secção IV.3.1.** do GP) do texto em causa, mas, nalguns casos, continuam a associar a atividade de revisão à correção ortográfica e sintática. Consequentemente, a avaliação qualitativa da tradução e da própria revisão baseia-se, muitas vezes, na mera

³² Robert (2008) tem desenvolvido uma investigação muitíssimo interessante a este propósito com base em estudos empíricos, tendo concluído, por exemplo, que não existem diferenças substanciais relativamente à qualidade do produto final entre uma sequência de revisão monolíngue-bilíngue e uma sequência bilíngue-monolíngue, pelo menos no caso dos textos traduzidos para a língua francesa. Em todo o caso, segundo Brunette et al. (2005), a revisão bilíngue é sempre mais eficaz do que a revisão monolíngue.

³³ A inexistência de unidades curriculares que abordem esta área em concreto condiciona, naturalmente, a transmissão de conhecimentos neste domínio. No entanto, para que seja possível colmatar esta carência no nosso país e conceber o ensino de métodos de revisão vocacionados para o setor da tradução técnica, é necessária a realização de estudos empíricos correspondentes, especificamente focados no português europeu. A partir de uma investigação centrada na prática profissional, talvez fosse depois possível complementar a reflexão teórica já existente e, eventualmente, padronizar os procedimentos adotados pelos revisores profissionais.

quantificação dos erros assinalados e das emendas introduzidas, sem considerar outros critérios já enumerados, como a adequação do texto à sua finalidade ou a clareza da informação. O revisor, não sendo o autor do texto original, não é responsável pela exatidão dos factos descritos, mas pode e deve chamar a atenção para eventuais inconsistências que detete a esse nível.

No circuito em questão, o revisor é, assim, leitor e produtor simultaneamente, já que identifica problemas num dado texto, mas também tem de encontrar soluções adequadas que implicarão modificações e darão origem a uma versão mais ou menos diferente do texto inicialmente recebido, consoante as emendas que forem introduzidas.

No que diz respeito às alterações que estão em causa durante o processo revisório, é possível distinguir quatro tipos: i) alterações justificadas, ii) alterações desnecessárias, iii) alterações problemáticas; e iv) alterações em falta (cf. Künzli, 2007, pp. 117-118). As alterações justificadas são aquelas que cumprem os critérios linguísticos e textuais da língua de chegada, reproduzem o conteúdo do texto de partida sem omissões que afetem a compreensão do mesmo e contribuem para a melhoria da qualidade do texto traduzido. As alterações desnecessárias, por sua vez, prendem-se mais com idiossincrasias e preferências linguísticas do revisor, pelo que tendem a não afetar a qualidade do texto final, ainda que possam representar uma perda significativa de tempo (cf. Mossop, 2007). As alterações problemáticas, como a própria designação indica, dão a origem a problemas que a tradução inicialmente não apresentava. Por último, as alterações em falta são aquelas que deveriam ter sido introduzidas pelo revisor e não foram (por descuido ou por desconhecimento) (cf. **Quadro 8** do GP).

A abordagem desta primeira modalidade de interação permite inferir que a qualidade do texto revisto depende, por um lado, da forma como o revisor entende a revisão e, por outro, do modo como os restantes participantes do circuito percecionam esse mesmo texto³⁴. Perante a ausência de indicações precisas sobre os

³⁴ A propósito desta questão da qualidade, convém frisar que, neste contexto, ela é, muitas vezes, sinónimo de satisfação do cliente, ou seja, os requisitos eventualmente impostos por terceiros (agência de tradução e/ou cliente final) têm influência no trabalho do revisor e podem mesmo sobrepor-se aos critérios de adequação linguística, pelos quais o revisor pretende zelar.

procedimentos de revisão a utilizar, o revisor vê-se obrigado a criar os seus próprios métodos de trabalho, razão pela qual os conhecimentos adquiridos e a experiência acumulada ao longo da carreira profissional, algumas vezes à custa de maus resultados, representam uma mais-valia insubstituível para qualquer revisor. Essa acumulação de saberes permite-lhe ganhar confiança em si mesmo enquanto profissional, o que, por sua vez, influencia o seu desempenho e, conseqüentemente, também a qualidade do seu trabalho.

V. 2. O revisor e os instrumentos de trabalho

A revisão de textos técnicos traduzidos exige a utilização de instrumentos de trabalho que podem ser enquadrados em, pelo menos, três categorias, que irão ser abordadas de seguida. Também aqui se reflete, mais uma vez, a dimensão de interação presente no ato de rever e a necessidade de o revisor se assumir como mediador de um vasto conjunto de escolhas (linguísticas, terminológicas, estilísticas, etc.), que, por vezes, foram já definidas antes da sua intervenção.

2.1. Os instrumentos de normalização linguística

Os instrumentos de normalização linguística, sejam eles obras de referência (dicionários e gramáticas) ou obras de divulgação (prontuários, guias de estilo, manuais de redação), constituem naturalmente fontes de consulta para qualquer revisor (cf. **Quadro 11** do GP). No caso particular do revisor de textos técnicos traduzidos, os dicionários (de língua geral e de especialidade, monolíngues, bilíngues ou multilíngues), em formato impresso, ganham um lugar de destaque no seu acervo pessoal, mas também já existem boas fontes de informação em formato eletrónico (cf. **Quadro 12** do GP), o que agiliza o trabalho de pesquisa que o revisor habitualmente tem de realizar, quando se trata de encontrar respostas para questões de ortografia, sintaxe ou semântica.

No entanto, apesar das facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias, nem todas as dúvidas se dissipam sempre com a rapidez desejada, sobretudo quando o revisor tem necessidade de consultar mais do que uma fonte para chegar a uma conclusão. Na verdade, há casos em que os próprios instrumentos de normalização podem estar desatualizados ou ser contraditórios em relação ao tratamento de um

mesmo tópico (cf. Móia, 2004); noutras situações é igualmente possível que os instrumentos se revelem ambíguos, aquando de uma primeira consulta; e, por último, existem ainda instrumentos de normalização que podem ser omissos e não apresentar uma proposta para o problema que se pretende solucionar³⁵. Por tudo isto, o revisor tem necessariamente de adotar um posicionamento crítico responsável, quando decide seguir aquilo que está definido num determinado instrumento em detrimento de outro.

De seguida, a título exemplificativo, apresenta-se uma análise linguística³⁶ pormenorizada de um caso concreto, com o intuito de dar a conhecer alguns dos aspetos a considerar quando os INL se revelam omissos. Este exemplo visa ilustrar algumas dificuldades que um revisor de textos pode ter de enfrentar no âmbito da sua prática profissional, designadamente quando um texto de partida inclui conceitos referentes a produtos que ainda não são comercializados no país em que o texto de chegada será utilizado. Assim, no caso de um determinado produto não ser conhecido no nosso país, como pode o revisor encontrar uma tradução correspondente em português que, simultaneamente, se adeque à nossa realidade e respeite aquilo que o termo original pretende expressar?

A primeira solução, que é também a mais óbvia e a mais fácil, passa pelo recurso à perífrase. Não havendo expressão equivalente, utiliza-se uma formulação mais longa que permita descrever e explicar a função do termo em causa. No entanto, isso pode originar enumerações excessivamente extensas, o que não abona a favor da qualidade nem da legibilidade do texto.

Uma outra solução pode, por isso, passar pela utilização de mecanismos de inovação lexical, tal como afirmam Correia & Lemos relativamente às “palavras novas que todos os dias vão entrando na língua, fruto da necessidade de denominar novos conceitos e novas realidades” (Correia & Lemos, 2005, p. 9).

³⁵ A propósito dos problemas colocados pelos INL, a **Secção IV.2.1.** do GP inclui vários exemplos práticos de estratégias a adotar em cada um dos contextos acima referidos.

³⁶ A análise que se segue constou inicialmente de um trabalho (não publicado), apresentado em maio de 2013, num dos seminários do Mestrado de Consultoria e Revisão Linguística. A inclusão destas considerações no trabalho afigurou-se apropriada, uma vez que se partiu do princípio de que todas as reflexões elaboradas durante a componente letiva são parte integrante de um trabalho continuado, que o presente projeto pretende exatamente incorporar.

Analisemos então o exemplo concreto do termo alemão “Kaffeeweißer”³⁷, já registrado num dos mais conceituados dicionários de língua alemã³⁸. Na altura em que esta palavra começou a ocorrer em textos alemães, no âmbito de um projeto relacionado com a tradução de marcas comunitárias, apenas existia em Portugal o vulgo café solúvel, que no fundo tem a função inversa à do produto para o qual se pretendia encontrar uma designação adequada.

Começemos por analisar a vertente ligada à tentativa de inovação lexical: para a tradução do termo em apreço foi inicialmente proposto o conceito de “branqueador de café”. A associação dos lexemas que constituem este composto sintagmático dá origem a uma unidade lexical com a estrutura N+Prep+N. Trata-se de um empréstimo da língua alemã, na medida em que se transfere o significado do termo original (ele próprio já um composto) para um conceito equivalente em português, criado a partir de itens lexicais autónomos já existentes na nossa língua. Esta noção de transposição do significado de um sistema de partida para um sistema de chegada através da tradução literal dos elementos constituintes é habitualmente denominada *decalque*³⁹. No entanto, poder-se-ia questionar a legitimidade e adequação desta terminologia no presente contexto. Se o *decalque*, por norma, implica a importação simultânea do significado e da estrutura, não é exatamente isso que se verifica no caso do “branqueador de café”. Em rigor, com a importação do conceito a partir do alemão, dá-se uma alteração da ordem dos respetivos elementos constituintes, ou seja, há uma inversão dos componentes ao nível da estrutura – em alemão, o composto apresenta uma ordem em que o determinante ocorre na primeira posição (determinante + determinado); em português, pelo contrário, o determinado precede o determinante (determinado + determinante), o que corresponde ao padrão de composição descrito como tipicamente português por vários gramáticos (cf. Bechara, 1999, p. 355; Cunha & Cintra, 1998, p. 107). Esta distinção ao nível da

³⁷ O “Kaffeeweißer” é um produto solúvel, que visa tornar o café mais claro e menos forte. Enquanto os portugueses são grandes apreciadores do café expresso, a maioria dos alemães prefere adicionar ao café um pouco de leite ou natas. Neste contexto, para uns existe o café puro (que, na forma solúvel ou outra, *escurece* o leite) e, para outros, existe o “branqueador de café” (que, sendo solúvel, permite *aclarar* ou *branquear* o café).

³⁸ O *Dicionário Duden* apresenta uma definição breve, mas clara e inequívoca, do tipo de produto aqui em causa, já que se refere a um pó lácteo para o café (tradução livre da respetiva entrada).

³⁹ A este respeito, veja-se, por exemplo, a seguinte definição de *decalque* constante do *Dicionário de Termos Linguísticos*: “Caso de empréstimo lexical que se apresenta como uma importação do significado e da estrutura de uma forma estrangeira através de uma combinação original de elementos nativos.”

estrutura, que decorre naturalmente das diferenças inerentes aos dois sistemas linguísticos em causa, mostra que a transposição não é afinal totalmente linear, refletindo antes uma relação de dependência ou hierarquização dos elementos. No caso do composto português, o primeiro nome funciona claramente como núcleo, enquanto o segundo elemento visa especificar ou determinar o primeiro.

Tal constatação permite concluir que, ao *decalcar* um conceito de uma língua estrangeira, há sempre uma perda. No exemplo analisado importou-se o significado, mas verificou-se uma alteração ao nível da estrutura, já que a mesma teve de ser adaptada à ordem do sistema de chegada. Se, em português, a estrutura não fosse modificada, a transposição resultaria num “café branqueador” e já não corresponderia ao mesmo referente. Logo, a não alteração da ordem modificaria o significado. Assim, para preservar o significado, foi necessário alterar a ordem da estrutura e, como tal, não existe uma transposição total, tanto num caso como noutro.

Atualmente já é possível verificar que este neologismo, no entanto, não conquistou um lugar cativo no léxico do português. Por um lado, o termo original alemão nem sequer se encontra em dicionários bilingues editados no nosso país⁴⁰. Por outro lado, existem outras provas de que o “branqueador de café” não resistiu à incorporação na nossa realidade linguística. Com efeito, o referido produto já se



Figura 1

encontra à venda no nosso país. Contudo, não é um “branqueador de café”, mas sim uma “mistura solúvel para café e chá” (cf. Figura 1⁴¹) ou um “creme para café” (cf. Figura 2⁴²).



Figura 2

⁴⁰ É possível constatar esta omissão, por exemplo, no *Dicionário Editora Alemão-Português*.

⁴¹ Reprodução da embalagem de um “branqueador de café” da marca Completa, disponível no mercado português. Do verso do respetivo rótulo consta a designação “mistura solúvel para café e chá”. Contudo, por o tamanho das letras ser demasiado reduzido, a imagem não era suficientemente legível para ser aqui incluída.

⁴² Pormenor da versão portuguesa do rótulo de um “branqueador de café” da marca Milsani, também disponível no mercado português, onde se lê “creme para café”.

Na primeira solução optou-se, claramente, pela estratégia da perífrase, ainda que a designação não seja propriamente reveladora da finalidade do produto em si; no segundo caso, a solução encontrada, além de incorreta, chega mesmo a ser enganadora, porque o produto não é de todo um creme, mas sim um pó.

Esta última proposta está, aliás, bastante próxima de outra solução apresentada para a tradução de “Kaffeeweißer”, nomeadamente “natas para café”. Esta opção, ainda que aparentemente possa parecer mais elucidativa, também não é a mais adequada. Em primeiro lugar, a língua alemã possui já um conceito para designar esta realidade, nomeadamente “Kaffeesahne” (em que “Sahne” corresponde a natas e “Kaffee” a café, naturalmente). Um revisor que domine a língua alemã e conheça a realidade do país será certamente capaz de identificar este problema. Além disso, partindo do princípio de que não existem sinónimos absolutos, “Kaffeeweißer” e “Kaffeesahne”⁴³ não poderão referir-se ao mesmo produto, como é perceptível nas diferenças existentes entre as imagens acima apresentadas e a Figura 3⁴⁴.

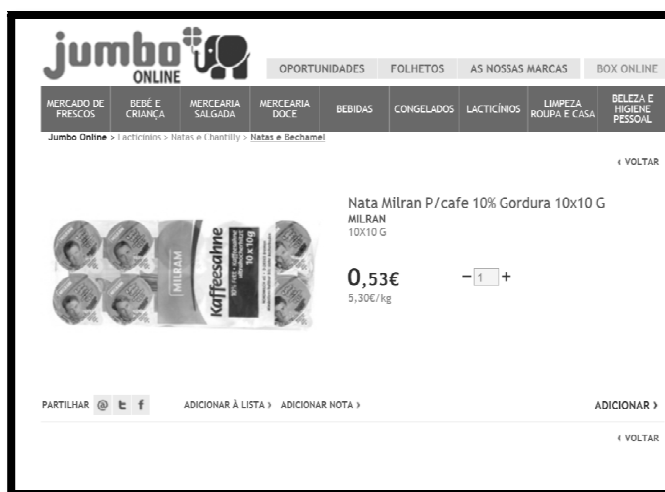


Figura 3

Esta breve análise da adequação terminológica relativamente à tradução e revisão de um único conceito permite ter uma ideia das dificuldades inerentes ao trabalho do revisor de textos traduzidos, quando estão em causa realidades novas ou diferentes. Nestas situações, é o revisor quem tem a responsabilidade de validar as escolhas propostas pelo tradutor ou de encontrar outras soluções que considere mais adequadas ao contexto em questão. Se tentar respeitar a ideia do termo original, reproduzindo-o com exatidão, correrá o risco de a solução encontrada não ser devidamente compreendida ou até causar alguma estranheza. Se, pelo contrário,

⁴³ Em inglês também existe esta distinção entre “coffee whitener” (“Kaffeeweißer”) e “coffee creamer” (“Kaffeesahne”) – o primeiro é um pó e o segundo é um líquido ou creme, ambos de cor branca. Os dois tornam a bebida menos intensa, mas apenas o segundo lhe altera simultaneamente a consistência.

⁴⁴ Reprodução de uma embalagem de “natas para café” (“Kaffeesahne”), com base numa pesquisa efetuada no sítio Web do hipermercado Jumbo, no dia 17/03/2014.

optar pela utilização de conceitos mais comuns, a versão portuguesa poderá não reproduzir exatamente aquilo que está no original. Assim, torna-se evidente, mais uma vez, que esta é uma profissão que implica escolhas e tomadas de decisão, nem sempre fáceis, relativamente ao grau de intervenção no texto, sobretudo quando os próprios instrumentos de normalização se revelam insuficientes para a fundamentação de tais decisões.

O cumprimento da(s) norma(s) linguística(s) é uma das bases fundamentais do trabalho do revisor de textos e ao interagir com os instrumentos de normalização linguística que tem ao seu dispor, no sentido de adotar soluções adequadas, o revisor está novamente a mediar conhecimentos e convenções que já foram previamente estabelecidos na comunidade de falantes de que faz parte. O dilema maior surge quando outros instrumentos de trabalho afetos à tarefa de revisão contrariam aquilo que é determinado pela norma. É o que acontece, por exemplo, com alguns materiais disponibilizados pelos próprios clientes, conforme se dará a conhecer a seguir.

2.2. Os materiais de referência

Tanto o cliente final como a agência de tradução, na qualidade de cliente intermediário, podem fornecer materiais adicionais que devem ser utilizados aquando da tradução e também da revisão. Por exemplo, a agência pode ter já elaborado um glossário específico para a realização de trabalhos frequentes de um determinado cliente ou o cliente final pode ter uma tradução anterior de um documento similar e pretender que essa versão seja incorporada no novo texto.

Estes materiais, que podem assumir a forma de dicionários, glossários, guias de estilo, traduções prévias, memórias de tradução ou instruções específicas para um determinado projeto⁴⁵, visam à partida servir de complemento e apoio, mas na realidade também podem complicar bastante o trabalho de revisão. É que, para além

⁴⁵ É comum, sobretudo em projetos na área da informática, as instruções incluírem, por exemplo, a indicação do número limite de caracteres a usar em cada linha de texto. Como, nestes casos, pode mesmo ser necessário o recurso a abreviaturas, é muito provável que a tarefa de revisão seja mais morosa, tanto ao nível da compreensão como no que diz respeito à contagem dos caracteres utilizados. Outra situação que também pode ocorrer é o documento das instruções ser mais volumoso do que o próprio texto a rever, o que pode não ser muito compensatório para o revisor se o tempo investido nessa leitura não for considerado para fins de orçamentação do trabalho.

de ter de comparar o original e a tradução, o revisor tem ainda de consultar os materiais disponibilizados e verificar se o texto de chegada cumpre os critérios neles estabelecidos. Assim, quanto mais materiais de referência forem fornecidos, mais prolongado será naturalmente o processo de revisão, e o revisor não pode deixar de considerar todas essas variáveis, quando planificar o seu trabalho em função do prazo de entrega estipulado⁴⁶.

Num projeto com vários materiais de referência, há ainda um outro aspeto relevante a ter em conta: a ordem de prioridades relativamente à sua utilização. Conhecer as prioridades atribuídas pela agência e/ou pelo cliente final aos vários materiais disponibilizados é essencial para que o revisor possa corresponder às expectativas dos clientes, uma vez que esses materiais nem sempre são coerentes entre si – se a agência enviar um glossário e o cliente final fornecer um dicionário, convém saber qual dos dois instrumentos deve ser preterido, caso estes incluam propostas divergentes para entradas iguais. Em caso de dúvida, o princípio é sempre o mesmo: o revisor deve contactar a agência de tradução, logo que tenha alguma questão para colocar e nunca aguardar até ao final do prazo de entrega para o fazer.

Por último, é de referir um problema que ocorre com uma frequência superior à que seria desejável e para o qual nem sempre é possível encontrar a solução mais apropriada, nomeadamente o facto de os materiais de referência fornecidos pelos clientes poderem conter erros. Nestes casos, é sempre útil que o revisor tenha noção do cliente para o qual está a trabalhar, já que uma chamada de atenção tanto pode ser bem aceite como ser mal interpretada e transformar-se num verdadeiro constrangimento. Mais uma vez se afirma que há toda uma dimensão interpessoal presente neste contexto e, como tal, há clientes mais compreensivos e clientes mais intransigentes. Por isso, é conveniente ganhar alguma experiência e habilidade na forma como se lida e, por vezes, até se educam os clientes – é a revisão como prática verdadeiramente dialógica na aceção mais literal do termo.

⁴⁶ O fator tempo está sempre presente em todas as etapas da atividade do revisor, desde a adjudicação à entrega de um trabalho. No contexto em análise, assume-se normalmente que a revisão comparativa de quatro páginas de texto demora em média uma hora. No caso de projetos mais complexos, que incluam diversos materiais de referência a ter em conta, essa média é facilmente ultrapassada e o revisor tem, por isso, de avaliar estas condicionantes ao acordar o prazo de entrega com o cliente.

2.3. As ferramentas de tradução assistida por computador e de apoio à revisão

Conforme já foi mencionado, existe atualmente uma grande variedade de ferramentas CAT à disposição dos profissionais da tradução e revisão (cf. **Quadro 13** do GP). Estes instrumentos de trabalho visam agilizar o processo de tradução dos textos com base nas chamadas memórias de tradução (em inglês, TM de *translation memory*), já que estas permitem a reutilização de traduções prévias e a ampliação das respetivas bases de dados com novas traduções.

As memórias de tradução podem ser criadas de raiz pelo revisor, mas habitualmente são fornecidas pela agência ou pelo cliente final (caso este também trabalhe com ferramentas CAT) com três grandes objetivos: i) reduzir os custos inerentes à tradução e revisão; ii) encurtar o tempo necessário à realização do trabalho; e iii) garantir uma maior uniformização terminológica. Teoricamente, quanto mais repetições e correspondências (totais ou parciais – exact matches ou fuzzy matches, respetivamente) com a memória um texto tiver, mais rápido e barato será todo o processo de tradução e revisão do mesmo. Na prática, quanto mais tradutores contribuírem para uma mesma memória⁴⁷, mais provável será a variação terminológica e estrutural com que o revisor se irá deparar, quando lhe for solicitado que recorra também a essa memória para rever um texto.

Mais uma vez, os problemas que podem surgir em relação aos materiais de referência, já mencionados na secção anterior, também se podem colocar em relação às memórias de tradução, designadamente se uma memória fornecida pela agência tem ou não prioridade sobre um glossário elaborado pelo cliente final, ou se os eventuais erros detetados no conteúdo de uma memória deverão ser fielmente reproduzidos no texto que está a ser revisto⁴⁸.

⁴⁷ É frequente utilizar-se uma mesma memória ao longo de vários projetos para um mesmo cliente. Logo, quanto mais tradutores incluírem as suas traduções nessa memória, maior probabilidade haverá de a mesma conter variações e inconsistências se a própria memória não for revista ou atualizada.

⁴⁸ Estas questões têm implicações relevantes ao nível da própria orçamentação do trabalho. Pode ser solicitado ao revisor que reveja apenas os *fuzzy matches*, mas e se o revisor por acaso encontrar termos incorretamente traduzidos nalguns *exact matches*? Deverá o revisor chamar a atenção do cliente para isso, nos casos em que a revisão deste tipo de segmentos não lhe tenha sido incumbida? Deverá o revisor introduzir as devidas alterações sem comunicar a sua intervenção ao cliente, quando este trabalho adicional nem sequer está incluído no orçamento proposto? E que impacto poderá ter a ignorância dessas ocorrências na qualidade global da revisão, tanto enquanto processo como enquanto produto?

A utilização de memórias de tradução levanta, aliás, várias questões pertinentes, nomeadamente no que se refere à influência que a qualidade do conteúdo de uma memória pode exercer sobre a qualidade do próprio texto sujeito a revisão, sobretudo nos casos em que aquele conteúdo tenha de ser escrupulosamente respeitado. Esta esfera de interação textual remete para a dimensão de intertextualidade referida por Genette (1982) e retomada por Bronckart do seguinte modo: “podemos (...) reservar a noção de intertextualidade para a designação dos diversos processos de interação, implícita ou explícita, entre textos (citações, reenvios, pastiches, etc.).” (2005, p. 63). No caso em apreço, a transcrição exata do conteúdo da memória, seja ela parcial ou integral, reflete precisamente a dimensão intertextual, que está sempre presente quando se trabalha com memórias de tradução e que, por isso, também pode afetar a atividade de revisão. Esta ideia pode ainda ser reforçada, tendo em conta a seguinte afirmação do mesmo autor, num outro texto: “Toute nouvelle production langagière s’effectue sur l’arrière-fond des textes déjà là” (Bronckart, 2004, p. 19). Consequentemente, também aqui a mediação exercida pelo revisor ganha relevância, mas os condicionalismos vigentes podem, nalguns casos, sobrepor a vontade dos clientes às propostas do revisor, por mais fundamentadas que estas sejam.

Relativamente às ferramentas de apoio à revisão (cf. **Secção IV.2.3.** do GP), importa referir dois tipos de instrumentos que se complementam: os corretores ortográficos⁴⁹ e as ferramentas de controlo da qualidade (ou ferramentas de QA). Esta distinção é necessária, porque os corretores ortográficos, como, por exemplo, o FLiP, não são habitualmente considerados ferramentas de controlo da qualidade, mas existem ferramentas de controlo da qualidade que incluem corretores, como é o caso do Xbench. Além disso, os próprios *softwares* de tradução também integram

⁴⁹ Há setores profissionais nos quais prevalece uma ideia errada relativamente à função dos corretores ortográficos, já que algumas pessoas tendem a confundir a utilidade desta ferramenta com as capacidades da mesma, augurando o conseqüente desaparecimento da profissão de revisor de textos. Felizmente, esta visão não corresponde à realidade. É verdade que os desenvolvimentos tecnológicos têm sido muitos, mas estes sistemas ainda não são suficientemente inteligentes nem evoluem de forma autónoma ao ponto de poderem substituir o revisor. Por isso mesmo, este não deve encarar os corretores ortográficos como concorrentes, mas sim como auxiliares, sem, contudo, depender exclusivamente dos mesmos para realizar o seu trabalho. Esta ferramenta lida essencialmente com aspetos formais e se o revisor se esquecer de alguma palavra numa frase, o corretor não a insere por si só. Em suma, a revisão não é um ato automático e ainda nenhum corretor ortográfico é cem por cento fiável.

funcionalidades de controlo da qualidade, que permitem verificar se o texto revisto cumpre efetivamente um vasto conjunto de parâmetros personalizáveis, que podem abranger, por exemplo, questões de terminologia e formatação, entre outras.

Neste contexto, o revisor encontra-se, mais uma vez, em interação constante com os próprios instrumentos de trabalho, ao ter de validar ou invalidar as propostas de revisão que as ferramentas utilizadas lhe vão apresentando, quando efetua o chamado *quality check*. Por um lado, essas ferramentas podem ser vistas como instrumentos mediadores e, por outro, o revisor exerce também neste âmbito o papel de agente de mediação linguística, ao ter de fazer escolhas. A revisão implica, assim, uma tomada constante de decisões, sendo que a opção de não intervir em determinados pontos do texto já encerra em si mesma uma decisão consciente da parte do revisor. Trata-se de um agir sobre o texto em todas as fases do processo de revisão, o que remete de novo para os aspetos que foram salientados no Capítulo II deste roteiro: a dimensão praxiológica da linguagem e o carácter dialógico e dinâmico da prática revisória.

V. 3. O revisor e o cliente intermediário

A agência de tradução assume o papel de intermediária no circuito da tradução especializada, porque é simultaneamente cliente e prestador de serviços, ou seja, é cliente do tradutor e do revisor (que, deste ponto de vista, são ambos prestadores de serviços), e presta um serviço ao cliente final. O profissional que trabalha na agência de tradução e que serve de interlocutor ao revisor denomina-se gestor de projeto (em inglês, PM de *project manager*).

Nesta terceira modalidade, a interação que se verifica entre revisor e agência é mais social do que textual, no sentido em que a comunicação entre ambos tem por finalidade definir os pressupostos do trabalho a realizar e não a intervenção direta da agência no ato de revisão do texto. A agência contribui para a atividade do revisor, adjudicando-lhe os trabalhos e potenciando os eventuais contactos entre os vários intervenientes do circuito de forma indireta, isto é, não há telefonemas nem troca de mensagens de correio eletrónico entre revisor e tradutor, e muito menos entre revisor e cliente final. Mesmo quando há necessidade de esclarecer alguma dúvida, o revisor

tem sempre de contactar a agência e é esta que filtra e reencaminha o pedido de esclarecimento para o respetivo destinatário (tradutor ou cliente final). No fundo, privilegia-se uma política de anonimato relativamente às relações interpessoais dos vários agentes, para salvaguardar os interesses empresariais no que diz respeito à concorrência e simultaneamente evitar conflitos pessoais diretos. É, por isso, raro que o cliente final tenha conhecimento de quem foram os profissionais que efetivamente traduziram e reviram o seu texto, assim como não é frequente o revisor debater as suas práticas revisórias com a agência, já que esta está mais interessada no produto da revisão do que no seu processo e porque habitualmente também não há tempo para este tipo de discussão ou partilha. E mesmo nos casos em que o revisor tenha de justificar algumas das suas opções, quando, por exemplo, existe uma reclamação da parte do cliente final, é sempre a agência que gere essa troca de argumentos.

Na ausência de indicações precisas sobre o procedimento de revisão a utilizar, a agência pode, no entanto, definir o tipo de revisão a executar, com base nas condições previamente acordadas com o cliente. Assim, pode ser pedido ao revisor que faça, por exemplo, uma revisão global, uma revisão parcial, uma revisão spot check, uma revisão muito cuidadosa, uma revisão gráfica ou apenas uma leitura final da tradução, depois de esta já ter sido revista (cf. **Secção IV.3.1.** do GP). Em função do tipo de revisão e do volume de texto em causa, a agência propõe então um prazo e um orçamento (cf. GP, pp. 97-99) ao revisor. A capacidade de negociação do revisor no que diz respeito a estas duas variáveis depende muito do tipo de relação (por exemplo, se a colaboração é regular ou não) que o profissional mantém com a agência e da confiança que esta deposita no seu trabalho. De qualquer forma, por uma questão de transparência e para evitar eventuais aborrecimentos, é conveniente que as condições estabelecidas fiquem sempre registadas por escrito, mesmo quando tenham sido previamente acordadas por telefone.

A revisão de textos não é uma mercadoria que se compra e vende no imediato, pelo que a confiança é um pilar fundamental neste contexto. O revisor não recebe a compensação financeira correspondente logo após a entrega do texto revisto à agência, já que há prazos de pagamento mais ou menos prolongados, e a agência só sabe se o produto da prática revisória vai ao encontro das expectativas do cliente final

depois de entregar o texto. Não havendo reclamações, o trabalho do revisor estará, à partida, concluído e se tudo correr bem, seguir-se-á a adjudicação de uma nova tarefa.

V. 4. O revisor e o tradutor

Na qualidade de prestadores de serviços à agência de tradução, tradutor e revisor não interagem diretamente na maioria dos casos, conforme já foi referido. A falta de tempo é o motivo principal para que tal situação se verifique. Como em tudo, existem naturalmente exceções e há agências que submetem a versão revista de um texto ao seu tradutor, para que este verifique e aprove as alterações introduzidas pelo revisor, numa lógica louvável de cooperação e respeito pelo trabalho mútuo. No entanto, é fácil depreender o tempo adicional e os recursos que são necessários para implementar este tipo de procedimentos. Por isso, em grande parte dos casos, a revisão profissional é muito mais pragmática do que didática, isto é, o revisor não tem a pretensão de ensinar o tradutor a traduzir e este, por sua vez, sem ter acesso à versão revista, também não fica a conhecer os aspetos que eventualmente poderia melhorar numa próxima oportunidade.

Num mundo ideal, o *feedback*⁵⁰ de revisão seria dado a conhecer ao tradutor e daí resultaria uma parceria mais interativa e profícua, com resultados positivos, não só para ambos os profissionais, mas também para a qualidade do próprio texto final. Tal nem sempre se verifica, mas é de salientar que, apesar de a vertente didática não ser fomentada, a componente avaliativa não é ignorada. Isto porque a agência pode solicitar ao revisor que proceda à avaliação da tradução recorrendo a formulários específicos para o efeito, que, não raras vezes, se baseiam apenas na quantificação de erros. Como a avaliação da qualidade de uma tradução pode ser algo extremamente subjetivo e depende de inúmeros fatores, é comum que o resultado final constante do formulário de avaliação não corresponda exatamente à opinião do revisor. Quando assim é, este pode sempre acrescentar algum comentário adicional se considerar oportuno.

⁵⁰ Note-se que a prática de revisão aqui abordada lida com textos virtuais, logo é feita no ecrã do computador e não em papel. Por este motivo, o revisor de textos não usa a sinalética tradicional de revisão, recorrendo a outras possibilidades que permitem o envio de *feedback* de revisão (cf. GP, p. 91), como é o caso do registo de alterações através das marcas de revisão no *Microsoft Office Word*.

O debate em torno do que é a qualidade e de como a mesma pode ser avaliada daria, só por si, azo a uma longa discussão, à qual não é possível dedicar aqui a devida atenção. Poderá, contudo, ser útil referir alguns dos pontos a ter em conta na abordagem desta temática: i) os problemas de uma tradução podem derivar da receção do texto de partida ou da produção do texto de chegada por parte do tradutor; ii) a verificar-se este segundo caso, o desrespeito pelas normas de uso da comunidade linguística em que o texto de chegada se insere origina desvios que podem constituir indicadores de deficiências na tradução. Estas devem ser enquadradas numa escala matizada, em que nem tudo é exclusivamente preto ou branco, dada a diversidade de desvios⁵¹ que podem ser identificados e porque “a fronteira entre práticas linguísticas erradas e práticas toleráveis é muitas vezes difícil de traçar.” (Castro, 2006, p. 6).

Cabe ao revisor esforçar-se por avaliar a tradução da forma mais imparcial possível, sem emitir críticas infundadas ou juízos de valor acerca do tradutor. Todos os comentários adicionais que o revisor possa querer enviar à agência devem dizer respeito ao texto traduzido e não ao profissional responsável pela sua produção. Mais do que uma questão de ética é uma questão de bom senso.

V. 5. O revisor e o cliente final

Na cadeia de produção de textos técnicos traduzidos, o cliente final é o destinatário último do texto, uma vez que foi ele quem desencadeou toda a sequência de etapas que se sucederam após o seu contacto inicial com a agência de tradução, conforme representado nos **Diagrama 2** e **3** do GP. O cliente final encontra-se, por isso, no topo da hierarquia, cabendo-lhe a validação do texto entregue. Esta condição pode limitar a atividade do revisor nos casos em que o cliente final seja mais intransigente, já que, por razões de ordem essencialmente económica, a agência pode preferir respeitar a vontade do cliente em detrimento da qualidade do texto. Tudo depende da importância do cliente final, da reputação do revisor e dos interesses da agência de tradução.

⁵¹ Os problemas podem ir das meras gralhas, em virtude de o tradutor estar demasiado familiarizado com o seu próprio texto, a questões mais graves relacionadas com a própria formulação ou com a compreensão e transferência de conteúdos. O GP inclui vários exemplos de problemas com que o revisor se poderá deparar durante o processo de revisão (cf. **Secções IV.2.1. e IV.2.2.**).

Na ausência de reclamações, o revisor e a agência ficarão naturalmente satisfeitos. Pelo contrário, se o cliente final manifestar algum desacordo em relação ao texto recebido, o revisor terá de justificar as decisões tomadas e que tenham sido alvo de questionamento, num exercício já não tanto de revisão mas mais de consultoria linguística. Neste caso, a vertente mediadora da profissão de revisor ganha novamente destaque, na medida em que a fundamentação das suas escolhas requer a capacidade de distanciamento face às críticas apontadas, a objetividade na resposta e uma argumentação alicerçada em factos linguísticos e não em meras opiniões pessoais. Para o efeito, é necessário estabelecer uma nova interação com a agência, com todos os materiais de trabalho e agora também com o próprio texto revisto, num exercício de reflexão linguística que combina três fins sociais: a satisfação do cliente final, a manutenção do cliente intermediário e a estabilidade profissional do revisor. Tendo em conta que tudo isto se processa, mais uma vez, na forma escrita, é possível assinalar novamente a dimensão praxiológica da linguagem aqui presente, assim como a função social que pode advir da prática da revisão.

Por último, não pode de todo ser esquecido que o revisor tem igualmente deveres éticos e deontológicos, já que lida frequentemente com documentos confidenciais⁵², ainda por publicar. Cumprir o sigilo profissional faz parte das obrigações do revisor de textos, mesmo quando não são assinados acordos de confidencialidade e a prestação do serviço se baseia somente na boa-fé das partes envolvidas. Como tal, é justo afirmar que “um revisor é uma pessoa séria no seu trabalho, não joga, não é prestidigitador, (...) obedece a um código deontológico não escrito mas imperioso” (Saramago, 2008, p. 49).

Para concluir esta abordagem das modalidades de interação e mediação no domínio da revisão de textos técnicos traduzidos, há ainda que referir dois aspetos. O facto de as práticas dialógicas diretas entre cliente final (autor), tradutor e revisor serem quase inexistentes neste circuito faz com que os textos se tornem eles próprios contextos de interação dos agentes da produção textual. Assim, ao rever, o revisor tem

⁵² No GP (cf. pp. 89-90), é possível encontrar um exemplo da importância que a questão da confidencialidade pode assumir, até mesmo no que diz respeito à utilização de determinadas ferramentas de trabalho.

de atender ao propósito do autor do texto original, às intenções do tradutor e às necessidades específicas dos clientes (agência e cliente final) com base na sua interpretação individual das instruções que lhe tenham sido fornecidas. Este fosso de comunicação direta entre os vários intervenientes pode ter maiores ou menores repercussões nos textos, consoante os condicionalismos em vigor para cada projeto, e põe, muitas vezes, à prova as capacidades de mediação do revisor. Neste sentido, a revisão, porque implica a ação sobre o texto, é também uma atividade que visa a resolução de problemas e na qual os revisores “just like other text-processors, encounter problems of comprehension, interpretation and expression and evolve strategies for coping with them.” (Baker & Malmkjaer, 2001, p. 187).

É mediante a procura e aplicação de soluções adequadas a vários níveis, conforme se tentou explicitar ao longo deste *Roteiro Teórico*, que o agir sobre a linguagem se revela também através da própria linguagem com o objetivo primordial de comunicar. Neste sentido, cliente, tradutor e revisor são simultaneamente emissores e recetores do texto, consoante a etapa de produção textual em que se encontram. Por este motivo, a conceção da linguagem como forma de interação social, proposta ao longo do presente roteiro, adequa-se verdadeiramente a todo este circuito menos visível da tradução e revisão de textos técnicos.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado com o intuito fundamental de conciliar os conhecimentos adquiridos durante a frequência do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística com as competências acumuladas ao longo de um percurso profissional ligado ao setor da revisão de textos, no âmbito da tradução técnica. Esta conjugação teve por objetivo contribuir para a valorização do ofício de revisor no domínio considerado, numa tentativa de contrariar a tendência habitual de votar este profissional ao anonimato e, conseqüentemente, à invisibilidade. Tal condição, que em nada favorece a responsabilização profissional do revisor, releva também do facto de a atividade de revisão neste domínio ser frequentemente ignorada e menos reputada a vários níveis, conforme a investigação realizada permitiu confirmar.

Partindo das lacunas inicialmente identificadas, nomeadamente a constatação de que não existem, no país, ofertas formativas nem manuais de boas práticas, escritos por autores portugueses, vocacionados para o exercício da profissão de revisor neste setor, o trabalho realizado permitiu retirar conclusões a vários níveis.

Em primeiro lugar, a capacidade revisória não é uma aptidão inata, antes pelo contrário, o conjunto de competências necessárias à atividade exige formação específica, só se estabiliza com o tempo e com a prática, e requer aperfeiçoamento contínuo. Daí a importância da criação de cursos superiores nesta área, bem como de instrumentos atualizados, que auxiliem os profissionais da revisão, especialmente aqueles que se encontrem no início da carreira.

Em segundo lugar, não existem instrumentos de padronização revisória especificamente direcionados para a revisão de textos técnicos traduzidos para língua portuguesa, que apoiem os revisores na adoção de estratégias adequadas. É verdade que há já uma grande variedade de instrumentos de normalização linguística, assim como outros materiais e ferramentas de trabalho ao dispor dos revisores. No entanto, no que aos procedimentos de revisão diz respeito, cada profissional carece, muitas vezes, de diretrizes objetivas e vê-se obrigado a executar o seu trabalho da melhor maneira que sabe e pode. O tipo de revisor ao qual este projeto é dedicado é, assim, duplamente negligenciado.

Em terceiro lugar, o panorama descrito deve-se ao facto de a avaliação da qualidade do texto final se basear essencialmente no produto e não no processo de revisão, quando, na verdade, este último é tão ou mais relevante para se compreender o esforço cognitivo a que o revisor está sujeito. Só quando as operações mentais, subjacentes ao ato revisório no contexto em apreço, forem devidamente analisadas é que se poderá tentar propor metodologias de revisão mais padronizadas, que possam ser úteis tanto para os profissionais já em exercício como para aqueles que ainda se encontrem em formação. São, por isso, necessários mais estudos empíricos a este nível e, sobretudo, trabalhos que analisem o processo de revisão de textos técnicos traduzidos para português europeu, o que, até ao momento, ainda não foi realizado. No fundo, trata-se de investigar a prática no sentido de ampliar o conhecimento teórico destas matérias e, conseqüentemente, promover a cooperação entre o mundo académico e o mundo profissional. Tal não só favoreceria o reconhecimento da profissão de revisor como aproximaria estes dois mundos ainda distantes em determinados domínios, tendo em vista uma complementação mútua. Neste sentido, esta proposta de trabalho visa desempenhar uma função simultaneamente social e formativa, numa tentativa de contribuir para a construção do saber nesta área e ajudar futuros profissionais.

Perante as constatações enunciadas, considerou-se que a criação de um instrumento que proporcionasse a aquisição de conhecimentos específicos desta área poderia não só promover a visibilidade da atividade profissional em causa, como também incentivar potenciais candidatos a abraçar o ofício de um modo mais informado. Muitas das lacunas identificadas ao nível do tratamento das informações necessárias deram, assim, origem ao *Guia Prático*, que constitui a segunda parte do projeto apresentado. Da necessidade de fundamentação teórica das ideias expostas resultou, por sua vez, o *Roteiro Teórico*. Este permitiu enquadrar a atividade de revisão numa perspetiva mais ampla, já que a mesma não é encarada apenas como prática de escrita mas também como prática social, e, simultaneamente, corroborar a importância atribuível ao revisor de textos na área da tradução especializada, enquanto agente de mediação. Os paralelismos estabelecidos entre o quadro interacionista aqui assumido e a análise linguística dos problemas apresentados,

decorrentes da prática revisória, permitiram, assim, aprofundar a reflexão sobre as carências apontadas e contribuíram até para o despertar de algumas ideias, que poderão vir a ser desenvolvidas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. Bibliografia descritiva, teórica & crítica

- Baker, M. & Malmkjaer, K. (eds.) (2001). *Routledge encyclopedia of translation studies*. Londres: Routledge.
- Bakhtin, M. [Volochnikov, V. N.] (1990⁵ [1929]). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (trad. M. Lahud & Y. F. Vieira). São Paulo: Hucitec.
- Bechara, E. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bota, C. (2009). La médiation langagière: praxeologie et gnoseologie. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 3. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, pp. 119-133. [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n3_fulltexts/3e%20cristian%20bota.pdf]
- Brissaud, S. (1998). La lecture angoissée ou la mort du correcteur. *Cahiers GUTenberg*, 31. Saint-Martin-d'Hères: Association GUTenberg, pp. 38-44. [http://cahiers.gutenberg.eu.org/cg-bin/article/CG_1998_31_38_0.pdf]
- Bronckart, J. P. (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sociodiscursivo* (trad. A. R. Machado & P. Cunha). São Paulo, EDUC.
- _____ (2004). La médiation langagière: Son statut et ses niveaux de réalisation. In Delamotte, R. et al. *Les médiations langagières*. Vol. II, Des discours aux acteurs sociaux. Rouen: PUR, pp. 11-32. [[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/21B6FC69248A5D2A41256CEF00366B77/\\$FILE/Bronckart-2004-Médiations.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/21B6FC69248A5D2A41256CEF00366B77/$FILE/Bronckart-2004-Médiations.pdf)]
- _____ (2005). Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In Menéndez, F. (org.). *Análise do discurso*. Lisboa: Hugin, pp. 37-79. [[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/51B9942B15DE36FAC1257296005C589B/\\$FILE/Bronckart-2005-Os-géneros.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/51B9942B15DE36FAC1257296005C589B/$FILE/Bronckart-2005-Os-géneros.pdf)]
- _____ (2008). Discussion de quelques concepts pour une approche praxéologique du langage. *Actes du 1er Congrès Mondial de Linguistique Française*. Paris: Institut de Linguistique Française, pp. 861-867. [[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/9FD83689015568DAC12576310057E365/\\$FILE/Bronckart-2008-Discussion-approche.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/9FD83689015568DAC12576310057E365/$FILE/Bronckart-2008-Discussion-approche.pdf)]
- Brunette, L., Gagnon, C. & Hine, J. (2005). The GREVIS project: Revise or court calamity. *Across Languages and Cultures*, 6 (1), pp. 29-45.

- Cassany, D. (1993). *Reparar la escritura: Didáctica de la corrección de lo escrito*. Barcelona: Graó.
- Castro, I. (2003). O linguista e a fixação da norma. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 11-24. [http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2003_linguista_e_norma.pdf]
- _____ (2006). Norma linguística e ensino do português. *Caderno Escolar. Pensar a Escola*, 3. Lisboa: Esc. Sec. Vitorino Nemésio, pp. 30-34. [http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2006_Norma_e_ensino.pdf]
- Coelho Neto, A. (2008). *Além da revisão: Critérios para revisão textual*. Brasília: Senac.
- Correia, M. & Lemos, L. S. P. (2005). *Inovação Lexical em Português*. Lisboa: Colibri/APP.
- Coutinho, M. A. (2008a). Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 2. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, pp. 193-210. [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n2_fulltexts/2l%20maria%20coutinho.pdf]
- _____ (2008b). Texto e polissemia. *Cadernos WGT - Polissemia*. Lisboa: CLUNL, pp. 17-21. [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/ac_pol.pdf]
- Coutinho, M. A. & Miranda, F. (2009). To describe textual genres: problems and strategies. In Bazerman, C., A. Bonini & D. Figueiredo (orgs). *Genre in a Changing World. Perspectives on Writing*. Fort Collins/Colorado: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, pp. 35-55. [<http://wac.colostate.edu/books/genre/>]
- Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (1998¹⁴). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Genette, G. (1982). *Palimpsestes*. Paris: Seuil.
- Instituto Português da Qualidade [IPQ] (2012). Norma Portuguesa EN 15038:2012. *Serviços de tradução - Requisitos para a prestação de serviços*. Caparica: IPQ.
- Künzli, A. (2007). Translation Revision: A study of the performance of ten professional translators revising a legal text. *Translation Studies: Doubts and directions*. Amesterdão: Benjamins, pp. 115-126.
- Lorenzo, M. P. (2002). Competencia revisora y traducción inversa. *Cadernos de Tradução*, 10, pp. 133-166. [<http://isg.urv.es/library/papers/lorenzo.pdf>]
- Malta, L. R. (2000). *Manual do revisor*. São Paulo: WVC.

- Marcuschi, L. A. (2001). *Da fala para a escrita: Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- Medeiros, J. B. et al. (1995). *Manual de redação e revisão*. São Paulo: Atlas.
- Móia, T. (2004). Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística: Disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização linguística. *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 109-125. [http://www.clul.ul.pt/files/telmo_moia/tmoia_apl2004.pdf]
- Mossop, B. (2007). Empirical studies of revision: What we know and need to know. *The Journal of Specialised Translation*, 8, pp. 5-20. [http://www.jostrans.org/issue08/art_mossop.php]
- _____ (2014³). *Revising and editing for translators*. Nova Iorque: Routledge.
- Pereira, M. L. A. (2000). As práticas de avaliação da escrita. In *Escrever em português: Didáticas e práticas*. Porto: Edições Asa, pp. 119-175.
- Pinto, I. O. (1993). *O livro: manual de preparação e revisão*. São Paulo: Ática.
- Roque Dias, J. (s.d.). Translating technical manuals. *Translating Today Magazine - The Online Journal for Translators*. [<http://www.translatingtoday.com/translating-technical-manuals>]
- Robert, I. S. (2008). Translation revision procedures: An explorative study. *Translation and Its Others. Selected Papers of the CETRA Research Seminar in Translation Studies 2007*, pp. 1-25. [<http://www.arts.kuleuven.be/cetra/papers/files/robert.pdf>]
- Robert, I. S. & Van Waes, L. (2014). Selecting a translation revision procedure: do common sense and statistics agree?. *Perspectives: Studies in Translatology*. Londres: Routledge, pp. 1-17. [<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0907676X.2013.871047>]
- Vygotsky, L. (2007 [1934]). *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Relógio d'Água.

B. Dicionários

- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). (dir. J. M. Casteleiro). Lisboa: Verbo [Academia].
- Dicionário Duden – Die deutsche Rechtschreibung* (2004²³). Mannheim: Dudenverlag.
- Dicionário Editora Alemão-Português* (2011). Porto: Porto Editora.

Dicionário Editora da Língua Portuguesa (2013). Porto: Porto Editora [Porto Editora].

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003). (dir. Houaiss, A. & Villar, M. S.) Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Lisboa: Círculo de Leitores [Houaiss].

Dicionário Sintático de Verbos Portugueses (1994). (coord. Busse, W.). Coimbra: Almedina. [Busse]

Dicionário de Termos Linguísticos (1990-92). (org. Xavier, M. F. & Mateus, M. H.). Lisboa: Edições Cosmos/Associação Portuguesa de Linguística/ILTEC [versão eletrónica disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>].

C. Outros textos

Saramago, J. (2008⁸). *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho.

Wilde, O. (2003). *The Picture of Dorian Gray*. Londres: CRW Publishing.

* Todos os endereços URL acima indicados estavam ativos a 25 de março de 2014.

ANEXO

PARTE 2

GUIA PRÁTICO

“revendo aprende-se muita coisa.”

José Saramago

* Marta Fidalgo é mestranda em Consultoria e Revisão Linguística, na FCSH, pós-graduada em Técnicas Editoriais pela FLUL (2006) e licenciada em Línguas e Literaturas e Modernas, variante de Estudos Ingleses e Alemães também pela FLUL (2001). Após um estágio profissional (2003) na Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia (Bruxelas), regressou a Portugal, onde, desde então, exerce a profissão de tradutora e revisora *freelancer* (documentos comunitários, indústria automóvel, informática, marcas e patentes, entre outros).

ÍNDICE – Parte 2

I. A QUEM SE DESTINA O GUIA E QUAL O SEU OBJETIVO?	55
II. O QUE SIGNIFICA SER REVISOR DE TEXTOS TÉCNICOS TRADUZIDOS?	56
II. 1. O que estudar para ser revisor?	56
II. 2. Primeiros trabalhos – e agora?	59
2.1. Questões burocráticas – Autoridade Tributária e Segurança Social	60
2.2. Algumas sugestões úteis para principiantes.....	62
III. QUAL É O PERFIL DO REVISOR DE TEXTOS TÉCNICOS TRADUZIDOS?	66
IV. O QUE FAZ O REVISOR E COMO O FAZ?	70
IV. 1. Como deve o revisor agir perante os textos?	71
IV. 2. Quais são os seus instrumentos e materiais de trabalho?	77
2.1. Os instrumentos de normalização linguística.....	77
2.2. Os materiais de referência	84
2.3. As ferramentas de tradução assistida por computador e de apoio à revisão	87
2.4. Outras ferramentas úteis	91
IV. 3. Quais são os parceiros de trabalho do revisor?	92
3.1. O revisor e o cliente intermediário	94
3.2. O revisor e o tradutor	101
3.3. O revisor e o cliente final.....	102
V. CONCLUSÃO.....	105
VI. GLOSSÁRIO.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
LISTA DE DIAGRAMAS.....	111

LISTA DE IMAGENS.....	112
LISTA DE QUADROS.....	113

I. A QUEM SE DESTINA O GUIA E QUAL O SEU OBJETIVO?

O presente guia destina-se a todos aqueles que desejem vir a dedicar-se à revisão de textos no domínio da tradução especializada, assim como àqueles que, estando já inseridos no mercado de trabalho, se encontrem ainda numa fase inicial da carreira. Este instrumento pretende fornecer informações e recomendações úteis que possam ser aplicadas no âmbito da prática profissional, uma vez que não existem publicações, em português, especificamente direcionadas para o setor de atividade em causa. A criação deste guia resulta ainda da vontade de contribuir para a divulgação e o reconhecimento de uma profissão que, ainda hoje, é pouco valorizada.

Público-alvo
e finalidade

Assim, a maioria dos títulos dos capítulos e respetivas secções é apresentada na forma de perguntas, com o objetivo de ilustrar as dúvidas provavelmente mais frequentes daqueles que pretendam abraçar o ofício de revisor de textos técnicos traduzidos, especialmente enquanto profissionais independentes. As caixas de texto apresentadas na margem direita das páginas visam orientar e facilitar a consulta do guia, na medida em que remetem para os tópicos que vão sendo abordados.

Tendo em conta que este é um trabalho em fase de projeto, todas as observações e sugestões serão bem-vindas, numa perspetiva de partilha e enriquecimento recíprocos. Neste sentido, é possível remeter eventuais comentários para o seguinte endereço de correio eletrónico: guiapararevisores@gmail.com.

II. O QUE SIGNIFICA SER REVISOR DE TEXTOS TÉCNICOS TRADUZIDOS?

Este tipo específico de revisor é um profissional que revê textos não literários, traduzidos por outras pessoas a partir de uma língua estrangeira. Tradutor e revisor têm, por isso, funções distintas neste contexto, e a revisão é sempre uma etapa independente e posterior à tradução.

Profissão:
revisor

O revisor de textos técnicos traduzidos tem acesso a documentação de diversas áreas, entre as quais se incluem, por exemplo, a indústria automóvel, a maquinaria ou a informática. No âmbito da comunicação técnica nestes domínios, há uma categoria de textos que se destaca, tendo em conta o volume de textos submetidos a revisão que nela se enquadra. Trata-se dos manuais de instruções, na forma de guias de utilizador, manuais de funcionamento ou orientações mais abreviadas, destinados a transmitir informações precisas sobre como realizar uma determinada ação, por exemplo, como utilizar um programa informático, como conduzir e desfrutar em pleno do automóvel, como comandar o sistema operativo de uma qualquer máquina industrial ou ainda como explorar todas as funcionalidades de um telemóvel. Mas recuemos um pouco e comecemos pelo início do percurso habitual do revisor.

Manuais de
instruções

II. 1. O que estudar para ser revisor?

Não existem, em Portugal, cursos de licenciatura na área da revisão de textos. Regra geral, o revisor de textos técnicos traduzidos é ou já foi tradutor. Por isso, tem habitualmente formação superior na área da tradução, da linguística ou das línguas e literaturas, e só posteriormente investe em soluções de formação mais especializadas.

O **Quadro 1** apresenta as principais oportunidades de formação, atualmente existentes no nosso país, para quem pretenda adquirir mais conhecimentos e competências no domínio da revisão de textos. O quadro está organizado por ordem alfabética das localidades, onde existem instituições de ensino que oferecem cursos de mestrado e pós-graduação potencialmente pertinentes para o domínio em análise. Contudo, conforme se

Oportunidades
de
formação

poderá verificar, nem todos incluem unidades curriculares no âmbito da revisão de textos. Por esse motivo, a parte final do quadro apresenta igualmente algumas informações complementares a respeito de outras oportunidades formativas.

LOCALIDADE	INSTITUIÇÃO	DESIGNAÇÃO DO CURSO	TIPO DE CURSO	UNIDADE CURRICULAR direcionada para a revisão de textos	ENDEREÇO URL
Mestrados e pós-graduações na área da tradução					
ENSINO PÚBLICO – Mestrados					
Aveiro	Universidade de Aveiro	Tradução Especializada	Mestrado	Técnicas de Revisão	http://www.ua.pt/PageCourse.aspx?id=122&p=1
Braga	Universidade do Minho	Tradução e Comunicação Multilíngue	Mestrado	Gestão de Projetos e Revisão de Qualidade	http://www.ilch.uminho.pt/Default.aspx?tabid=8&pageid=338&lang=pt-PT
Bragança	Instituto Politécnico de Bragança	Tradução	Mestrado	Revisão e Edição de Texto	http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/guia/ects/cursos/mestrados/curso?cod_escola=3042&cod_curso=5028
Coimbra	Universidade de Coimbra	Tradução	Mestrado	Não tem	http://www.uc.pt/fluc/ctraduc/PlanoMT2013-2014/
Évora	Universidade de Évora	Línguas Aplicadas e Tradução	Mestrado	Não tem	http://www.estudar.uevora.pt/Oferta/mestrados/curso/(codigo)/131
Lisboa	Universidade de Lisboa	Tradução	Mestrado	Não tem	http://www.fl.ul.pt/ensino/mestrados2o-ciclo/traducao/548-traducao-mestrado
Lisboa	Universidade Nova de Lisboa	Consultoria e Revisão Linguística	Mestrado	Teorias e Práticas de Escrita e de Revisão de Texto	http://www.unl.pt/guia/2013/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4293
Lisboa	Universidade Nova de Lisboa	Tradução	Mestrado	Não tem	http://www.unl.pt/guia/2013/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4123
Ponta Delgada	Universidade dos Açores	Tradução e Assessoria Linguística	Mestrado	Não tem	http://www.uac.pt/ensino/curso/6836?departamento=dllm

Porto	Instituto Politécnico do Porto	Tradução Assistida por Computador	Mestrado	Revisão e Edição de Texto	http://www.iscap.ip.pt/pls/plano-mestrado-traducao-assistida-por-computador.html
Porto	Universidade do Porto	Tradução e Serviços Linguísticos	Mestrado	Produção e Revisão de Textos	http://sigarra.up.pt/flup/pt/CUR_GERA.L.CUR_VIEW?pv_curso_id=437
ENSINO PÚBLICO – Pós-graduações					
Faro	Universidade do Algarve	Tradução de Especialidade	Pós-graduação	Não tem	http://www.ualg.pt/home/pt/curso/1665
Lisboa	Universidade de Lisboa	Tradução e Retroversão de Inglês	Pós-graduação	Não tem	http://www.fl.ul.pt/ensino/cursos-de-especializacao/1591-traducao-e-retroversao-de-ingles
Lisboa	Universidade de Lisboa	Prática de Tradução	Pós-graduação	Não tem	http://www.fl.ul.pt/ensino/cursos-de-especializacao/1588-pratica-de-traducao
ENSINO PARTICULAR – Mestrados e pós-graduações em Lisboa					
Lisboa	Universidade Católica Portuguesa	Tradução	Mestrado	Não tem	http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=924&lang=1&artigo=4543&artigoID=4543
Lisboa	Universidade Autónoma de Lisboa	Tradução	Pós-graduação	Técnicas de Revisão de Texto	http://portal.ual.pt/portal/Main?Portal=1250
Lisboa	Universidade Autónoma de Lisboa	Tradução e Comunicação para os Media	Pós-graduação	Técnicas de Revisão de Texto	http://portal.ual.pt/portal/Main?Portal=1251
Mestrados na área da edição de texto					
ENSINO PÚBLICO – Mestrados					
Aveiro	Universidade de Aveiro	Estudos Editoriais	Mestrado	Revisão do Texto Técnicas de Revisão em Tradução	http://www.ua.pt/PageCourse.aspx?id=119
Faro	Universidade do Algarve	Produção, Edição e Comunicação de Conteúdos	Mestrado	Revisão de Texto	http://www.ualg.pt/home/pt/curso/1468

Lisboa	Universidade Nova de Lisboa	Edição de Texto	Mestrado	Não tem	http://www.unl.pt/guia/2013/fcsh/UNL_Gl_getCurso?curso=4108
Formação complementar na área da revisão					
Lisboa	Booktailors – Consultores Editoriais	Revisão de Texto	Formação complementar		http://www.booktailors.com/ http://blogtailors.com/
Lisboa	Escrever Escrever	Revisão de Textos	Formação complementar		http://www.escreverescrever.com/index.php?id=41
Lisboa	Português Claro	Edição e Revisão	Formação complementar		http://portuguesclaro.pt/formacao-2/
Lisboa	Universidade Católica Portuguesa	Revisão e Edição de Texto	Formação complementar		http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=928&lang=1&artigoID=4733

Quadro 1 – Oportunidades de formação no domínio da revisão de textos

II. 2. Primeiros trabalhos – e agora?

Se o revisor começar por ser tradutor, como já foi mencionado, a adjudicação da primeira tarefa de revisão resulta, por vezes, da experiência acumulada e do profissionalismo demonstrado enquanto tradutor. Trata-se, por isso, de uma conquista importante e de um sinal de reconhecimento da parte de quem contrata os seus serviços, ou seja, da parte dos clientes. Talvez seja por isso que os anúncios de emprego destinados a revisores de texto no domínio da tradução técnica não são muito frequentes. Ainda assim, de vez em quando, é possível encontrar algumas ofertas, sobretudo na Internet. O **Quadro 2** reproduz três exemplos que podem ajudar a compreender melhor aquilo que as empresas do setor habitualmente procuram, quando desejam recrutar um revisor.

Anúncios de
emprego

Data	Fonte (endereço URL)	Função a desempenhar	Texto do anúncio
6-3-2014	http://www.net-empregos.com/1942658/tradutor-revisor/#.Uxn-KIXwrit	Tradutor/ Revisor	Procura-se licenciado em linguística ou LLM/LLC, de preferência com mestrado e/ou doutoramento com excelente conhecimento da língua e da gramática portuguesas, para funções ligadas à revisão, tradução e tratamento de dados linguísticos, bem como ao acompanhamento de clientes. O perfil pessoal deve caracterizar-se pela organização, rigor, atenção ao detalhe, tendência metódica, capacidade de adaptação, de dedicação e de pesquisa.
25-03-2011	http://www.empregosonline.pt/760/DetailJob760.aspx?idOferta=5176655-4-7ae7-4134-8653-6e2ed43898ed	Revisor de Tradução	Descrição da Função: Revisão em Inglês, Francês e Italiano Requisitos: Escolaridade: Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (preferencial) Experiência Profissional: mais de 5 anos Idade: Não especificada Sólida experiência no sector editorial, preferencialmente na área das ciências sociais e humanas Conhecimentos: Francês Inglês Italiano Oferece-se: Regime de colaboração externa Local: Lisboa Entrada: Imediata
18-11-2009	http://www.net-empregos.com/857229/revisor-linguistico/	Revisor linguístico	Empresa de tradução especializada no ramo editorial procura: Revisor linguístico com formação superior em Línguas e Literaturas/Filologia/Linguística/ Tradução e experiência mínima de 2 anos. Domínio do novo Acordo Ortográfico. Residente na margem sul do Tejo. Disponibilidade total para trabalhar na empresa (in-house) nos próximos 6 meses.

Quadro 2 – Exemplos de anúncios de emprego

2.1. Questões burocráticas – Autoridade Tributária e Segurança Social

O terceiro anúncio do **Quadro 2**, curiosamente, visa a contratação de um revisor como funcionário interno (*in-house*) da empresa. No entanto, o mais comum é o revisor trabalhar como profissional independente, ou seja, em regime de colaboração externa, tal como indicado no segundo anúncio.

Na ausência de um vínculo contratual, o revisor tem maior liberdade e autonomia, mas tem também mais preocupações. Para começar, se optar por ir de férias, o revisor *freelancer* não tem direito a qualquer tipo de subsídio. Além disso, as responsabilidades e obrigações fiscais, por exemplo, são também bastante mais numerosas do que as exigidas a quem trabalha por conta de outrem.

A diversidade de aspetos a considerar é bastante numerosa, pelo que existem já algumas publicações no mercado que podem contribuir para uma melhor orientação e compreensão daquilo que é necessário ter em conta. De qualquer forma, apresenta-se, de seguida, um quadro que sintetiza as principais informações a reter, quando se começa a exercer a atividade em regime de *freelancer*, já que o mais provável, num dos primeiros contactos com uma agência de tradução, é ser-se confrontado também com questões de natureza fiscal. As informações fornecidas não dispensam, contudo, a consulta da legislação em vigor.

	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA	SEGURANÇA SOCIAL
1.	Inscrição como: a) Tradutor (CIRS: 1334) ou b) Outro prestador de serviços (CIRS: 1519), nos termos do artigo 151.º do CIRS (cf. http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/irs/irs155.htm), mediante a entrega da declaração de início de atividade.  REGIME SIMPLIFICADO (em vez de contabilidade organizada) Importante: Não existe um CIRS específico para revisores de texto.	Inscrição obrigatória somente um ano depois de ter declarado o início de atividade junto da Autoridade Tributária.
2.	A atual taxa de retenção na fonte é de 25%. Exemplo: Para uma fatura com o valor bruto de 1000 EUR, o montante retido é de 250 EUR.	Isenção do pagamento de contribuições durante os primeiros 12 meses de atividade. Posteriormente, o valor da contribuição é calculado com base no montante global dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior. Existem, por isso, vários escalões contributivos.

3.	O IVA à taxa de 23% (no continente) só se aplica quando o rendimento anual bruto exceder os 10.000 EUR, pelo que, na maioria dos casos, não constitui uma preocupação no início da carreira profissional. ↳ REGIME ESPECIAL DE ISENÇÃO Ultrapassado aquele valor, terá de ser entregue uma declaração de alteração de atividade e o profissional deixará de estar isento. ↳ REGIME NORMAL TRIMESTRAL	
4.	Entrega da Declaração de IRS no mês de abril (em papel) ou no mês de maio (através da Internet).	Pagamento da contribuição entre o dia 1 e o dia 20 do mês seguinte àquele a que a contribuição diz respeito.
5.	Sugestões de leitura: - <i>IRS para independentes</i> (DECO, 2013) - <i>Profissões Liberais. Rendimentos Empresariais & Rendimentos Profissionais</i> (Simões, 2007)	Sugestão de leitura: - <i>Guia Prático – Inscrição, Alteração e Cessação de Atividade de Trabalhador Independente</i> (ISS, 2013).

Quadro 3 – Informações básicas sobre assuntos fiscais

2.2. Algumas sugestões úteis para principiantes

Se está agora a começar a dar os primeiros passos como revisor de textos, os conselhos abaixo listados poderão favorecer a tomada de algumas decisões.

a) Marketing pessoal

- 1) Crie uma conta de correio eletrónico exclusivamente para uso profissional.
- 2) Evite usar diminutivos e números ao escolher o seu endereço de e-mail (joaninha31@...). Opte por uma designação mais neutra, que inclua, por exemplo, o seu apelido.
- 3) Nas definições da conta de correio eletrónico, ative a opção de assinatura automática e indique os seus contactos profissionais (número de telemóvel, endereço do *Skype*), assim como as línguas e/ou áreas principais de trabalho.

**Marketing
pessoal**

4) Não utilize a conta de correio eletrónico profissional para criar uma página estritamente pessoal em redes sociais.

5) Consulte, com regularidade, páginas e blogues de profissionais da área da tradução e revisão; participe em fóruns de discussão, para obter dicas e informações atualizadas relevantes para a sua atividade. Eis algumas hiperligações a título exemplificativo:

BLOGUES	FÓRUNS
http://ewordnews.com/	http://www.proz.com/
http://linguagista.blogs.sapo.pt/	http://www.translatorsbase.com/
http://revisaoparaque.com/blog/	http://www.translatorscafe.com/cafe/default.asp
http://www.revistereveja.com.br/	
http://thoughtsontranslation.com/	
http://traduccionmedicatecnicaliteraria.wordpress.com/	
http://translationtimes.blogspot.de/	<i>Grupos profissionais criados no Facebook</i>
http://wantwords.co.uk/school/blog/	<i>Grupos profissionais criados no LinkedIn</i>
http://workfortranslators.wordpress.com/	

Quadro 4 – Exemplos de blogues e fóruns

6) Não publique o seu currículo detalhado em todas as páginas de emprego que conheça. Estará a correr riscos desnecessários, sobretudo se incluir informações demasiado pormenorizadas a seu respeito. É certo que o envio de currículos ou a disponibilização dos mesmos em sítios da Internet é uma das formas mais comuns de divulgar os serviços prestados. Contudo, existem atualmente vários casos de tradutores e/ou revisores que foram vítimas de usurpação de identidade. Aceda à página <http://www.translator-scammers.com>, criada por um conceituado tradutor técnico português, para consultar referências úteis sobre as vítimas e os burlões já identificados.

7) Tenha sempre consigo alguns cartões de visita, na eventualidade de surgir uma oportunidade para publicitar os seus serviços.

b) Equipamentos indispensáveis

- 1) Adquirir um telemóvel, cujas funcionalidades lhe permitam aceder à Internet e às contas de correio eletrónico.
- 2) Como a revisão implica um processo de confrontação de, pelo menos, dois textos, ter dois computadores (um de secretária e um portátil, por exemplo) pode ser bastante útil e melhorar consideravelmente a produtividade. Outra solução possível é trabalhar com dois ecrãs de computador em simultâneo.
- 3) Nos computadores deverá, naturalmente, ter instalado um *software* de proteção antivírus atualizado e uma *firewall*, para garantir um nível satisfatório de segurança e integridade do sistema. O *Microsoft Security Essentials* é uma boa solução se quiser optar por uma ferramenta gratuita.
- 4) É muito provável que tenha de adquirir uma ferramenta de tradução assistida por computador (ou ferramenta CAT). Estas ferramentas, assim como outros recursos de apoio à revisão, serão abordados em maior pormenor na Secção IV.2.3. deste guia.
- 5) Tenha sempre à mão um cronómetro. Algumas tarefas podem exigir que contabilize o tempo necessário à sua realização. Se fizer intervalos ou se um mesmo trabalho de revisão se prolongar por vários dias, poderá ter de somar os tempos parciais para obter o tempo global da tarefa. Como somar tempos não é muito prático, aqui fica a indicação de uma hiperligação de grande utilidade exatamente para esse fim:
http://www.onlineconversion.com/advanced_time_calculator.htm.
- 6) A cadeira na qual o revisor passa horas sentado pode ter repercussões consideráveis no seu bem-estar e na sua produtividade. A sua escolha não deve, por isso, ser considerada insignificante.
- 7) Se trabalhar em casa, tenha, sempre que possível, um espaço independente para exercer a sua atividade. Tal contribui para uma maior concentração e permite igualmente separar melhor as atividades domésticas e familiares das profissionais. Se, pelo contrário, preferir trabalhar fora de casa e na companhia de outras pessoas, informe-se sobre os espaços de *coworking* existentes na localidade onde reside.

Equipamentos
indispensáveis

c) Curiosidades

- 1) Em Espanha, na Argentina e no México, a data de 27 de outubro corresponde ao *Día del Corrector de Textos*.
- 2) No Brasil celebra-se o *Dia do Revisor* a 28 de março.
- 3) Nos Estados Unidos assinala-se o *National Proofreading Day* a 8 de março.
- 4) Em Portugal, estas datas não são muito divulgadas, mas já é celebrado o *Dia Internacional da Tradução* a 30 de setembro.

Celebrações

III. QUAL É O PERFIL DO REVISOR DE TEXTOS TÉCNICOS TRADUZIDOS?

A Norma Europeia EN 15038:2006 define os requisitos necessários à prestação de serviços de tradução de qualidade, sendo a revisão apontada como uma das etapas obrigatórias neste contexto. A norma portuguesa equivalente é a NP EN 15038:2012, elaborada pelo Instituto Português da Qualidade. As duas normas descrevem igualmente as competências que os tradutores e revisores deverão possuir.

O quadro seguinte apresenta uma síntese dos aspetos incluídos nos instrumentos acima referidos, bem como algumas aptidões adicionais.

Competências
do revisor

COMPETÊNCIAS GERAIS DO REVISOR	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO REVISOR
Competência linguística e textual (nas línguas de partida e de chegada)	Competência tradutória (é ou já foi tradutor)
Curiosidade, atenção ao detalhe, rigor	Competência de pesquisa (terminologia e fontes de informação)
Polivalência (linguista, pesquisador, informático, contabilista)	Competência cultural (conhecimento das culturas de partida e de chegada)
Autodidaxia	Competência técnica (ferramentas CAT e de apoio à revisão)
Humildade – reconhecimento das próprias limitações (de tempo e de conhecimentos)	Competência contabilística (conhecimentos das obrigações fiscais; capacidade de gestão orçamental)
Capacidade de gestão do tempo (cumprimentos escrupuloso dos prazos acordados)	Marketing pessoal (angariação e fidelização de clientes)

Quadro 5 – Competências do revisor de textos técnicos traduzidos

A imagem seguinte resume, em parte, aquilo que o **Quadro 5** pretende transmitir, ou seja, que o revisor tem de ser um profissional multifacetado.



Imagem 1 – Tradução livre: “APENAS tradutor? Sou contabilista, técnico de informática, vendedor, gerente, diretor, assistente pessoal, gestor de clientes e tradutor.”

O texto da **Imagem 1** refere-se à profissão de tradutor, mas as características enumeradas aplicam-se exatamente aos revisores de texto a que este guia é dedicado, até porque, como já foi referido, muitos deles são também tradutores. Daí ter-se optado por reproduzir aqui esta imagem, tal como se encontra na fonte indicada.

Partindo da caracterização anteriormente exposta, talvez seja útil também referir aquilo que a maioria das pessoas pensa (e nem sempre tem coragem de dizer), quando fica a saber que uma determinada pessoa é um profissional *freelancer* e trabalha maioritariamente em casa. Os revisores, tal como os tradutores, quando fazem parte desta classe supostamente privilegiada, estão todos sujeitos ao mesmo tipo de comentários. Desconstruindo aquilo que o revisor não é, talvez possa ficar mais claro aquilo que o revisor é de facto.

A pergunta “Então, continuas a fazer as tuas traduções?” é certamente aquela com a qual o revisor de textos técnicos traduzidos é mais frequentemente confrontado. Acontece exatamente o mesmo com os tradutores, mas, no caso dos revisores, a formulação nem sequer é adaptada. Ninguém pergunta algo como “Então, continuas a fazer as tuas correções?”, porque muitas pessoas nem sequer sabem que a profissão existe. Por isso, é muito comum ter de ser o próprio revisor a desvendar algumas das especificidades do seu ofício. Isto é importante, não só para combater a invisibilidade profissional, mas também para contrariar algumas ideias preconcebidas que assentam naquilo que o revisor não é, tal como demonstrado no quadro seguinte.

<i>O revisor não é</i>	<i>O revisor é</i>
alguém que simplesmente se limita a encontrar erros nos textos dos outros;	alguém que contribui para o melhoramento do texto de outrem, sem menosprezar o trabalho de cada um;
alguém que só percebe e só gosta de falar de línguas;	alguém que tem outros interesses, para além dos assuntos linguísticos;
alguém que conhece o significado de todas as palavras da língua portuguesa;	alguém que não sabe tudo e também tem dúvidas; como tal, ele próprio também tem de consultar dicionários e gramáticas;
um dicionário, uma gramática ou um guia de estilo ambulante;	
alguém que teme a concorrência da parte dos corretores ortográficos, receando a extinção da sua profissão;	alguém que, tendo consciência das suas limitações, também tem noção da utilidade daquilo que faz;

Preconceitos
e verdades
acerca do
revisor

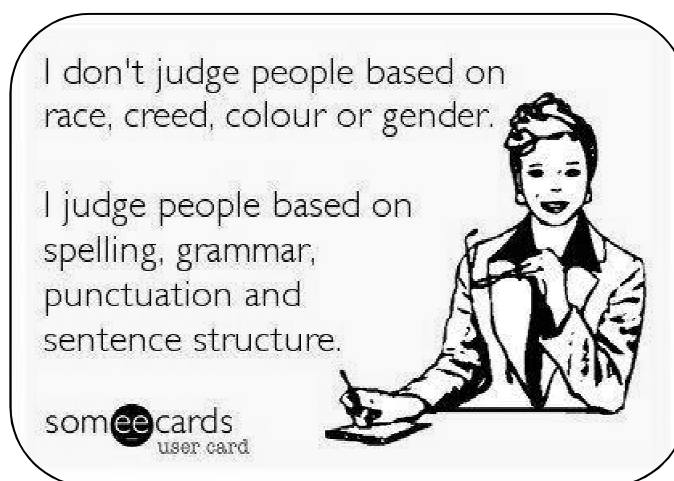
alguém que, por trabalhar em casa e não junto de um superior hierárquico, só faz o que lhe apetece e está sempre disponível para ser interrompido;	alguém que, por trabalhar em casa, pode sentar-se à secretária de pijama e robe (tal como fazia Raimundo Silva ¹), mas também é alguém que, por não ter um horário fixo de trabalho, está frequentemente ocupado aos fins de semana e feriados;
alguém que tem de cumprir horários de trabalho;	alguém que tem de cumprir prazos, independentemente das horas de trabalho que isso implique;
alguém que enriquece facilmente à custa dos seus clientes, porque, sendo <i>freelancer</i> , pode cobrar aquilo que quiser pelos seus serviços.	alguém que, muitas vezes, está sujeito às tarifas que os clientes lhe impõem e que, sendo <i>freelancer</i> , não tem direito a subsídios, sobretudo quando deseja ter férias.

Quadro 6 – Desconstrução de preconceitos acerca do revisor

A lista poderia, naturalmente, ser ampliada, mas tendo em conta as limitações de espaço, optou-se por terminar este capítulo do guia com um toque de humor, bem ao gosto dos revisores e, certamente, também de outros profissionais linguísticos.

Imagem 2 – Tradução

livre: “Eu não julgo as pessoas com base na sua etnia, credo, cor ou género. Eu julgo as pessoas com base na sua ortografia, gramática, pontuação e sintaxe.”



Fonte: <http://www.someecards.com/>

Em suma, quando lhe perguntarem se continua a fazer traduções ou correções, responda que é tradutor e revisor de textos. Sim, há diferenças entre uma coisa e outra, e pode até explicá-las recorrendo às seguintes

¹ Raimundo Silva é a personagem principal do romance intitulado *História do Cerco de Lisboa*. Esta obra de José Saramago, publicada pela primeira vez em 1989, tem exatamente como protagonista um revisor. Neste caso, trata-se de um revisor de provas tipográficas, mas alguns dos aspetos focados podem perfeitamente aplicar-se também ao revisor de textos técnicos. Aqui fica, por isso, mais uma sugestão de leitura.

analogias: se “fazer uns cozinheiros” para os amigos não é sinónimo de ser *chef* de cozinha e se “dar umas explicações” não é a mesma coisa que ser professor, por que razão tem o ato revisório (ou tradutório) de ser reduzido à condição de mero biscate? Para uma pessoa ser *chef* de cozinha, professor ou revisor de textos, tem sempre de investir tempo e dinheiro na respetiva formação, pelo que qualquer destas profissões merece o devido reconhecimento.

IV. O QUE FAZ O REVISOR E COMO O FAZ?

O revisor de textos é um de vários intervenientes de um circuito mais ou menos complexo de produção textual e está, por isso, sujeito a diversos condicionalismos decorrentes da influência exercida pelos restantes elementos dessa cadeia. Para assegurar a sua estabilidade profissional e simultaneamente garantir a satisfação dos respetivos clientes, o revisor tem de agir como mediador, conciliando da melhor forma possível as vontades dos restantes parceiros (clientes intermediários e finais) com os instrumentos de trabalho de que dispõe. Contudo, este exercício de ponderação nem sempre é fácil, já que existem vários aspetos a considerar.

Do ponto de vista do revisor, há fatores verdadeiramente incontornáveis, quando o mesmo é confrontado com uma nova tarefa de revisão e que importa dar a conhecer.

Observe o diagrama seguinte:

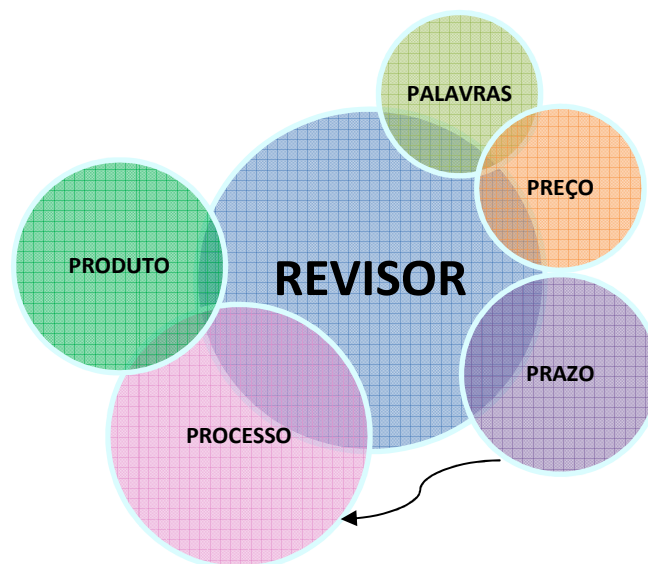


Diagrama 1 – Os 5 pés do revisor

O objetivo deste diagrama é criar uma mnemónica que permita salientar os fatores que mais influem no trabalho do revisor. É por isso que

este profissional surge destacado no centro da representação, precisamente porque também é ele o foco do guia apresentado.

Os 5 pés do
revisor

Num primeiro momento, aquando da adjudicação de um trabalho de revisão, o revisor tem sempre de considerar três variáveis: **palavras**, **preço** e **prazo**. É com base nestes aspetos que o revisor decide aceitar ou recusar a tarefa que lhe é proposta. O desconhecimento de uma destas informações pode ter consequências sobre o **processo** e sobre o **produto** da revisão. As variáveis **preço** e **palavras** entrecruzam-se, porque a primeira depende da segunda, ou seja, a segunda condiciona a primeira – só é possível elaborar um orçamento, tendo em conta o número de **palavras** que compõem o texto. Partindo desta informação, existem depois várias possibilidades de contabilização, que serão referidas mais à frente. A variável **prazo**, por sua vez, condiciona, e muito, todo o **processo** de revisão, motivo pelo qual surge no interior de um círculo ligeiramente maior do que as representações das duas variáveis anteriores. A seta visa igualmente assinalar essa influência.

O **processo** é o pê que mais (pre)ocupa o revisor e daí a dimensão do círculo em que se encontra inserido. Pelo mesmo motivo, este círculo sobrepõe-se ao do revisor mais do que os restantes. Se o **processo** não correr bem, é provável que o **produto** também não satisfaça os requisitos definidos.

Por último, o **produto** corresponde ao resultado. É o efeito do **processo** de revisão levado a cabo pelo revisor sob a influência dos outros pés. Depois de ser entregue ao cliente, o **produto** ganha independência em relação ao revisor, motivo pelo qual o círculo correspondente é aquele que apresenta uma sobreposição menor relativamente à esfera do revisor.

IV. 1. Como deve o revisor agir perante os textos?

Perante as variáveis anteriormente descritas e tomada a decisão de aceitar uma tarefa de revisão, é preciso decidir sobre o tipo de intervenção a adotar perante o texto fornecido. Numa perspetiva tradicional, o ato revisório poder-se-ia limitar à inserção de emendas ao nível da ortografia e da sintaxe,

como, aliás, alguns clientes ainda poderão pensar, mas a verdade é que a ação do revisor não se restringe somente a estes aspetos.

O **Quadro 7** visa exatamente confrontar duas formas diferentes de encarar a revisão de textos – a da perspectiva tradicional, mais restritiva, e aquela que corresponde a uma visão mais ampla desta atividade profissional. São apresentadas duas concepções de revisor correspondentes a cada uma das abordagens, assim como algumas implicações daí decorrentes para as práticas de revisão.

Abordagens distintas da revisão

Abordagem tradicional	Abordagem sociodiscursiva
CONCEÇÃO DE REVISOR	
Detentor do saber – estatuto de superioridade na hierarquia de produção textual	Postura de igualdade entre pares
Julgador	Avaliador
Revisor censor	Revisor mediador
Revisor “coautor” – imposição de preferências pessoais	Revisor “cirurgião” – intervenção direcionada e respeito pelas idiossincrasias linguísticas
Revisor fiscal	Revisor linguista
Revisor purista (conservadorismo linguístico)	Revisor atualizado (mudanças linguísticas)
PRÁTICAS DE REVISÃO	
AO NÍVEL DO POSICIONAMENTO DO REVISOR	
Censura	Melhoramento
Correção	Adequação
Autonomia, isolamento	Cooperação, interação
Rigidez	Flexibilidade
AO NÍVEL DA LÍNGUA	
Dicotomia certo/errado	Nuances de gramaticalidade; diversos níveis de aceitabilidade
Ideal de língua	Usos da língua
Norma idealizada e imutável	Norma e variação
Superioridade da escrita	Valorização da escrita e da oralidade
AO NÍVEL DO TEXTO	
Preponderância da análise ao nível da palavra e da frase	Análise com foco na função e no género do texto, assim como no funcionamento textual

Microestrutura	Macroestrutura e microestrutura
Ênfase nos aspetos formais	Consideração de aspetos textuais, discursivos e estilísticos
Revisão de superfície	Revisão de profundidade
↓ VISÃO REDUTORA DA REVISÃO	↓ VISÃO ABRANGENTE DA REVISÃO

Quadro 7 – Conceções de revisor e respetivas implicações para as práticas de revisão

As diferenças anteriormente apontadas ajudam a compreender que a revisão de textos deve ser entendida como uma atividade de âmbito vasto, que pode implicar a introdução de diversos tipos de alterações no texto. Partindo de um estudo relativamente recente, realizado por Künzli (2007), atente na seguinte proposta referente a uma possível tipologia de alterações no domínio da revisão de textos.

	TIPO DE ALTERAÇÃO	DEFINIÇÃO
1.	Alterações justificadas	Alterações que contribuem para a melhoria da qualidade do texto
2.	Alterações desnecessárias	Alterações que resultam de decisões de hiper-revisão
3.	Alterações problemáticas	Alterações que introduzem erros adicionais no texto
4.	Alterações em falta	Alterações que deveriam ter sido inseridas e não foram

Tipologia de alterações

Quadro 8 – Tipologia de alterações²

Com base nas alterações acima identificadas, vejamos agora alguns exemplos para cada um dos quatro tipos propostos.

² Traduzido e adaptado de Künzli (2007, pp. 117-118).

1. Exemplos de alterações justificadas

A correção de eventuais gralhas enquadra-se obviamente no âmbito das alterações justificadas, mas a revisão vai além destas modificações de superfície. Por exemplo, no caso de ser fornecido um glossário, já validado pelo cliente, juntamente com o texto a rever, o revisor tem de assegurar o uso da terminologia aí prescrita.

Língua de partida	Termo original constante do glossário	Tradução constante do glossário	Tradução utilizada no texto de chegada	Alteração inserida pelo revisor no texto de chegada
Inglês	<i>settings</i>	definições	especificações	definições
	<i>to press (a button)</i>	premir	pressionar	premir
Alemão	<i>Fahrzeug</i>	veículo	viatura	veículo
	<i>einstellen</i>	regular	ajustar	regular

Quadro 9 – Exemplos de alterações justificadas

Além disso, o revisor também tem de conhecer os diferentes géneros textuais para poder alterar o texto em função das respetivas convenções genéricas, se necessário. Tendo em conta a finalidade e o público-alvo de cada texto, um termo usado no texto de um determinado género pode não ser tão apropriado quando utilizado no texto pertencente a um género textual diferente, ainda que o conteúdo referencial seja o mesmo. Um termo gastronómico como “rissol”, por exemplo, adequa-se perfeitamente a uma receita culinária incluída no manual de instruções de um equipamento de cozinha. Pelo contrário, se for necessário rever uma ementa de um restaurante de luxo, é provável que o cliente que solicitou a revisão prefira uma solução mais elaborada para descrever esta iguaria, nomeadamente “camarão envolvido em molho bechamel, com pequenos apontamentos de salsa frisada, em cama de massa fina banhada em pão ralado crocante e confitada em óleo vegetal”³.

³ Excerto de uma anedota que circula na Internet sem qualquer indicação de autoria.

2. Exemplos de alterações desnecessárias

As alterações desnecessárias estão essencialmente relacionadas com as preferências linguísticas e estilísticas do revisor, pelo que não contribuem necessariamente para a melhoria do texto.

Formulação utilizada na tradução	Alteração inserida pelo revisor
já que	uma vez que
no entanto	contudo
realizar	efetuar

Quadro 10 – Exemplos de alterações desnecessárias

3. Exemplos de alterações problemáticas

Um dos exemplos mais frequentes deste tipo de alterações está relacionado com aspetos de concordância de género e/ou número. O revisor insere uma emenda num sintagma nominal sujeito (por exemplo, para uniformizar a terminologia), mas depois não verifica a concordância dessa alteração relativamente aos restantes constituintes da mesma frase. Exemplos:

TRADUÇÃO – *O sistema de navegação tem as pilhas descarregadas.*

REVISÃO – **O sistema de navegação tem **a bateria** descarregadas.*

TRADUÇÃO – *A viatura está bloqueada, não podendo ser utilizada.*

REVISÃO – ****O veículo** está bloqueado, não podendo ser utilizada.*

4. Exemplos de alterações em falta

A ocorrência de gralhas ortográficas num texto remete imediatamente para este quarto tipo de alterações. Além disso, aqui também se inclui a omissão de conceitos essenciais, que já não estavam presentes no texto traduzido, assim como a falta de uniformização terminológica ou a não correção de estruturas agramaticais, como a que se segue: **Caso o alarme mantenha-se ligado, volte a premir a tecla do comando.*⁴

⁴ No contexto em apreço, a ênclise deveria ser substituída pela próclise, já que esta é desencadeada pelo facto de o clítico ocorrer numa oração subordinada dependente.

Uma tipologia de alterações como a de Künzli pode ser ainda mais útil e funcional, quando conjugada com sugestões relativas a procedimentos de revisão. Para o efeito, é conveniente salientar a proposta elaborada por Mossop (2014)⁵, na qual o autor refere diversos princípios a ter em conta com vista à identificação e resolução de problemas num texto traduzido por outra pessoa. Não sendo possível (por motivos de espaço) nem adequado reproduzir o conjunto de procedimentos na íntegra, aconselha-se vivamente a leitura da obra em questão. Não obstante, a título de exemplo, eis apenas alguns dos vinte princípios elencados por Mossop:

Princípio 3 – Se não conseguir compreender a tradução sem a ler, pelo menos, uma segunda vez ou sem consultar o texto de partida, é definitivamente necessária uma correção.

Princípio 5 – Reduza a possibilidade de introduzir erros, optando por não fazer alterações, caso não tenha a certeza de que são absolutamente necessárias.

Princípio 8 – Ao inserir uma emenda, certifique-se de que esta não obriga a mais alterações na mesma frase ou em frases adjacentes.

Princípio 16 – Ao rever o trabalho de outras pessoas, não introduza alterações que não saiba justificar.

Princípios 17 e 18 – Não imponha a sua abordagem da tradução nem as suas preferências linguísticas aos outros.⁶

Os paralelismos que se podem estabelecer entre os princípios definidos por Mossop e a tipologia de alterações de Künzli são óbvios. A associação de ambas as perspetivas poderá, por isso, contribuir para a adoção de estratégias que visem colmatar as lacunas identificadas no texto sujeito a revisão e ajudar a compreender aquilo que está em causa durante o exercício da profissão de revisor de textos técnicos traduzidos. Esta reflexão carece, contudo, de aprofundamento, a fim de facilitar a contextualização dos aspetos acima mencionados. As próximas secções do guia são dedicadas a

⁵ A obra *Revising and editing for translators*, publicada inicialmente em 2001, vai já na terceira edição (2014) e contém informações de grande utilidade para quem trabalha na área da tradução especializada. Trata-se de mais uma proposta de leitura para aqueles que desejem aprofundar os seus conhecimentos nestas matérias.

⁶ Traduzido e adaptado de Mossop (2014, p. 205).

essa concretização mediante a apresentação mais detalhada de alguns casos práticos.

IV. 2. Quais são os seus instrumentos e materiais de trabalho?

No domínio específico da revisão de textos técnicos, o revisor faz uso de diversos instrumentos de trabalho, que podem ir das obras impressas aos materiais disponibilizados em formato eletrónico. Paralelamente, o revisor utiliza também vários recursos de pesquisa, assim como aplicações e ferramentas informáticas que o apoiam no desenvolvimento das suas tarefas.

2.1. Os instrumentos de normalização linguística

Os instrumentos de normalização linguística (INL) constituem importantes fontes de consulta para qualquer revisor e podem ser agrupados em obras de referência e obras de divulgação. As primeiras incluem os dicionários e as gramáticas, e visam apoiar o trabalho do revisor, nomeadamente quando é necessário fundamentar a sua intervenção no texto; as segundas referem-se aos prontuários, guias de estilo, manuais de redação e vocabulários, e o seu objetivo é permitir uma consulta rápida com vista ao esclarecimento de dúvidas.

Tipos
de INL

Os dicionários (de língua geral e de especialidade, monolíngues, bilingues ou até multilingues), em formato impresso, são especialmente úteis para o revisor de textos técnicos traduzidos, mas existem igualmente boas fontes de informação em suporte eletrónico, que permitem agilizar o trabalho de pesquisa que o revisor habitualmente tem de efetuar. De seguida, são apresentados dois quadros com algumas referências a INL, maioritariamente focados na descrição da língua portuguesa, cuja existência poderá ser vantajoso conhecer ou relembrar, para aqueles que já tenham tido contacto com os instrumentos listados. Assim, o **Quadro 11** refere alguns exemplos de INL disponíveis em suporte papel, enquanto o **Quadro 12** diz respeito a INL em formato eletrónico. Dependendo das línguas de partida e das áreas de

trabalho de cada revisor, será depois necessário aprofundar a procura de recursos mais específicos, naturalmente.

TIPO DE INSTRUMENTO	TÍTULO	OBSERVAÇÃO
Dicionários	<i>Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa</i>	Poderá consultar a referência completa de cada uma das obras aqui elencadas no final deste <i>Guia Prático</i> .
	<i>Dicionário Editora da Língua Portuguesa</i>	
	<i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</i>	
Gramáticas	<i>Gramática do Português</i>	
	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	
	<i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i>	
Prontuários	<i>Novo Prontuário Ortográfico</i>	
	<i>Prontuário da Língua Portuguesa</i>	
	<i>Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa</i>	

Quadro 11 – Exemplos de INL em suporte impresso

TIPO DE INSTRUMENTO	DESIGNAÇÃO	ENDEREÇO URL
Dicionários	Dicionário Priberam da Língua Portuguesa	http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx
	Dicionário Terminológico	http://dt.dgicd.min-edu.pt/
	Infopédia (Dicionários Porto Editora)	http://www.infopedia.pt/
	Leo	http://dict.leo.org/
Glossários	Compilação de glossários do Parlamento Europeu	http://termcoord.eu/glossarylinks/
	Glossários da Microsoft	http://www.microsoft.com/Language/en-US/Terminology.aspx
Gramáticas	FLIP - Gramática de Língua Portuguesa	http://www.flip.pt/FLiP-Online/Gramatica.aspx
	Gramática de Português da Biblioteca Universal	http://www.universal.pt/main.php?id=69
Guias de estilo	Guias de Estilo da Microsoft (inclui 2 guias para português europeu)	http://www.microsoft.com/Language/en-US/StyleGuides.aspx
	Guia de Estilo do Público	http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/
	Livro de Estilo da Agência Lusa	http://www.lusa.pt/lusamateria/PDFs/LivroEstilo.pdf
Manuais de redação	Código de Redação Interinstitucional	http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm
Prontuários	Prontuário da Agência Lusa	http://www.lusa.pt/lusamateria/PDFs/prontuarioLusa.pdf
	Prontuário Sonoro da RTP	http://www.rtp.pt/wportal/sites/prontuario/index.php

Vocabulários	Vocabulário Ortográfico do Português (VOP)	http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=vop&page=info
	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Porto Editora (VOLP)	http://www.infopedia.pt/vocabulario/

Quadro 12 – Exemplos de INL disponíveis na Internet

A utilização de todos estes instrumentos, contudo, nem sempre está isenta de problemas. O facto de haver uma grande diversidade de materiais pode mesmo dificultar o trabalho do revisor, já que este tem frequentemente de consultar mais do que uma fonte para chegar a uma conclusão. Há inclusivamente casos em que os próprios INL se podem revelar i) desatualizados, ii) contraditórios, iii) ambíguos ou até iv) omissos.

Vejamos agora alguns exemplos concretos das deficiências apontadas acima em relação aos INL e as estratégias que o revisor pode adotar para lidar com essas dificuldades.

i) INL desatualizados

As mudanças decorrentes da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90) têm gerado muita discussão na praça pública, como é sabido. No entanto, as controvérsias e confusões também são várias no domínio dos textos técnicos traduzidos, sobretudo se o próprio revisor não atribuir a atenção devida a este assunto. Além disso, a terminologia gramatical também sofreu alterações há relativamente pouco tempo, pelo que o revisor deve manter-se sempre atualizado em relação a estas problemáticas. Eis alguns aspetos a ter em conta:

Problema A – *Ao rever um texto redigido ao abrigo do AO90, surge uma dúvida relativamente a uma palavra em português.*

Estratégia 1 – A consulta de um dicionário de língua portuguesa é a solução óbvia, mas convém ter atenção ao seguinte: ou se recorre a um instrumento no qual a ortografia adotada corresponde àquela que é utilizada no texto, ou há que ter em conta as diferenças em causa se

Problemas dos INL e estratégias de resolução dos mesmos

Escolha do dicionário adequado

optar por utilizar um dicionário que segue a regras ortográficas de 1945, a fim de evitar a inserção de uma alteração inadequada no texto por descuido. Pode parecer uma precaução básica, mas acredite que não deixa de ser necessária.

Problema B – *Durante a revisão de um texto, surge uma dúvida em relação ao uso da palavra “porém” numa determinada estrutura sintática.*

Estratégia 2 – Neste caso, a consulta de uma gramática poderá ser mais adequada. No entanto, para que a pesquisa seja mais rápida, é conveniente que o revisor esteja familiarizado com as diferentes terminologias linguísticas que poderá encontrar, no que diz respeito, por exemplo, à classificação das palavras. Em função dos instrumentos que decidir consultar, o revisor tem de saber onde e como encontrar o que procura. No caso exposto no **Problema B**, “porém” é apresentado como uma conjunção coordenativa adversativa se consultar a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha & Cintra (1998), uma vez que esta obra segue a Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967. Se eventualmente preferir recorrer a outros instrumentos de consulta, baseados na nova terminologia linguística, conforme apresentada no *Dicionário Terminológico*, “porém” já surgirá classificado como advérbio conectivo.

Escolha da
gramática
adequada

ii) INL contraditórios

Conforme anteriormente mencionado, um mesmo tópico pode ser alvo de tratamentos diferentes se for necessário consultar mais do que um INL. No entanto, esta situação não se verifica apenas ao nível da ortografia ou da terminologia utilizada, mas também no que diz respeito à definição das próprias regras gramaticais. Veja-se, por exemplo, o caso da contração da preposição *de* com um artigo definido numa estrutura em que a preposição introduz uma oração infinitiva. Este é, aliás, um problema com o qual o revisor é confrontado recorrentemente. Contudo, ao consultar os INL, este

profissional pode não ficar totalmente esclarecido, uma vez que os mesmos nem sempre são consensuais em relação a esta matéria, como se tentará agora demonstrar.

Problema C – Tendo em conta o problema acima indicado, atente na seguinte frase:

O facto da luz do comando não piscar pode ser um sinal de falta de carga das pilhas.

Não concorda com a contração assinalada a negrito, mas pretende confirmar a sua posição, antes de inserir uma emenda.

Estratégia 3 – Começa por consultar a obra de Cunha & Cintra (1998), já referida anteriormente, e conclui que deve alterar a estrutura em causa, ainda que a formulação usada pelos autores – “é aconselhável que os dois elementos fiquem separados” (1998, p. 211) – não expresse propriamente uma certeza absoluta. Pelo contrário, se se basear na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (1999), pode ser levado a mudar de opinião, optando por não modificar a tradução. Segundo Bechara, trata-se de uma “construção normal” (1999, p. 567), a par da solução proposta por Cunha & Cintra, que Bechara não rejeita. No entanto, recusar o uso da contração na sequência em análise só “empobrece os recursos estilísticos da língua” (1999, p. 568). Note-se que, ao abordar esta questão, o autor se refere ao “idioma”, à “língua portuguesa” e à “língua”, pelo que não considera que a contração, neste contexto, seja uma possibilidade exclusiva da variedade brasileira.

Em caso de impasse, a solução passa, necessariamente, por consultar mais instrumentos. No *Prontuário Ortográfico* de Bergström & Reis, por exemplo, os autores não têm dúvidas, afirmando de modo categórico o seguinte: “Não há contração da preposição quando esta antecede uma oração infinitiva.” (2011, p. 109). No entanto, num setor em que o tempo é tão determinante, as divergências apontadas não favorecem a produtividade nem a segurança do revisor, especialmente se lhe for solicitado que justifique as alterações inseridas.

Necessidade
de consulta
de vários INL

iii) INL ambíguos

Um exemplo curioso de como a consulta rápida de uma obra que apresente logo de início vários problemas linguísticos pode impedir o reconhecimento imediato da sua utilidade intrínseca é o caso do *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses* (Busse, 1994). Com um prefácio e uma introdução que incluem várias incongruências, não só ao nível da ortografia, mas também ao nível da coerência textual (para além de uma mancha gráfica bastante densa), um revisor pode ser levado, numa primeira abordagem, a questionar a qualidade desta obra. Contudo, uma consulta mais detalhada permite depreender que se trata de um dicionário bastante útil para os profissionais linguísticos em geral e para aqueles que têm o alemão como língua de trabalho em particular. Isto porque, para além de fornecer exemplos de uso para a contextualização das ações em português, assim como a respetiva tradução em língua alemã, tem em conta aspetos de regência verbal, indicando, para o efeito, a estrutura sintática dos verbos repertoriados no dicionário.

Análise
aprofundada
dos INL

Assim, em vez de desprezar de imediato as potencialidades de um instrumento de normalização que apresente problemas e incoerências, é preferível fazer uma análise mais aprofundada do mesmo e não optar pela sua rejeição apenas com base numa consulta rápida e superficial.

iv) INL omissos

Imagine que está a rever um texto relacionado com o registo de marcas e patentes. Sendo esta uma área associada a produtos muito específicos ou a inovações, a tradução e a revisão de tais textos requerem normalmente bastante trabalho de pesquisa. É aqui que os dicionários podem ser uma ajuda preciosa – ou não. Neste contexto, importa salientar que qualquer dicionário acabado de publicar está sempre desatualizado em relação à língua que pretende inventariar, já que o influxo de novas palavras é constante, contribuindo, por isso, para a dinâmica da língua enquanto sistema em

permanente evolução. Além disso, nem sempre se encontram dicionários de especialidade referentes a todos os domínios de que o revisor se pode ocupar.

Problema D – *Os conceitos utilizados no texto de partida dizem respeito a um domínio muito específico e a tradução recorre excessivamente a perífrases que descrevem a função dos objetos em causa.*

Estratégia 4 – A perífrase pode ser uma estratégia útil e legítima perante a dificuldade referida. Contudo, o revisor também pode consultar diretamente profissionais especializados no domínio a que os termos a verificar dizem respeito. Esta solução é, muitas vezes, mais rápida do que uma pesquisa na Internet, que facilmente se pode prolongar por várias horas. Por exemplo, se for necessário verificar a exatidão da terminologia usada num texto que enumera um conjunto de equipamentos dentários, pode ser mais profícuo telefonar para uma clínica dentária. Já no caso de um texto que descreve, por exemplo, vários tipos de utensílios cortantes utilizados por um talhante, é mais fácil dirigir-se pessoalmente a um talho, de preferência já com algumas imagens selecionadas para facilitar a identificação dos utensílios em causa. Numa próxima oportunidade, experimente e poderá surpreender-se com a amabilidade demonstrada pelas pessoas a quem solicita aconselhamento.

Contacto
direto com
profissionais
especializados

Problema E – *Um determinado conceito utilizado no texto original faz parte do léxico da língua de partida, mas não tem ainda um referente equivalente em português, ou seja, o produto mencionado na língua de partida ainda não existe nem é comercializado em Portugal. Por este motivo, ao efetuar uma pesquisa em dicionários bilingues, estes não incluem uma entrada para o termo novo, cuja tradução o revisor tem de verificar ou mesmo reformular.*

Estratégia 5 – Para fazer face a este tipo de desafios linguísticos, o revisor tem, muitas vezes, de fazer uso da sua própria capacidade criativa. No caso em apreço, o revisor pode, por exemplo, recorrer a

Mecanismos
de inovação
lexical

mecanismos de inovação lexical, disponíveis em todas as línguas por força das necessidades de adaptação e representação de novas realidades. Pode acontecer que seja necessário encontrar uma possível designação para um produto estrangeiro que não exista ainda no nosso país, aquando do momento da tradução. Num contexto deste género, o revisor pode ter de enfrentar várias dificuldades, para conseguir validar uma proposta satisfatória em língua portuguesa. Por exemplo, se tentar respeitar a ideia do termo original, reproduzindo-o com exatidão, pode correr o risco de a solução encontrada não ser devidamente compreendida ou causar alguma estranheza. Se, pelo contrário, optar pela utilização de conceitos mais comuns, a versão portuguesa pode não reproduzir exatamente aquilo que está no original.

Em qualquer das situações anteriormente expostas, cabe ao revisor a tomada de decisões para que possa cumprir a função que dele se espera. Contudo, tal como explicitado, o revisor pode ser confrontado com a inexistência de informações ou mesmo com a ausência de uniformização e consenso entre os instrumentos disponíveis. Por este motivo, o revisor tem necessariamente de adotar um posicionamento crítico responsável em relação aos INL a utilizar. Os fundamentos que definem a sua escolha dependem dos objetivos de trabalho do revisor e é por isso que a revisão implica sempre critérios de hierarquização.

2.2. Os materiais de referência

Os materiais de referência são instrumentos de trabalho complementares, fornecidos pela agência de tradução e pelo cliente final, cujo conteúdo tem de ser considerado e respeitado durante o processo de revisão. Estes materiais podem assumir a forma de dicionários, glossários, guias de estilo, instruções, memórias de tradução ou traduções anteriores. O revisor terá, assim, de ter em conta todos os materiais disponibilizados, sem

Tipos de
materiais de
referência

esquecer que quanto maior for o seu número, mais morosa será a revisão do texto.

Um dos problemas que ocorre com maior frequência, quando existem vários materiais adicionais, tem a ver com a ordem de prioridades que lhes é atribuída e que nem sempre é logo comunicada ao revisor. A verdade é que estes instrumentos nem sempre são coincidentes e, por isso, é preciso que o revisor saiba exatamente aqueles que devem ser priorizados.

Vejamos alguns exemplos de dúvidas que os materiais de referência fornecidos podem suscitar.

Suponha que está a rever um manual de instruções de um veículo e o texto original inclui uma citação direta de um regulamento comunitário. Perante uma situação deste género, o revisor tem necessariamente de considerar vários aspetos, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos impostos pelos clientes.

Problema F – *A tradução relativa ao conteúdo do documento institucional está correta e completa, mas não corresponde a uma citação direta desse documento, tal como consta do texto de partida.*

Citações em
textos
traduzidos

Estratégia 6 – A primeira coisa a fazer é verificar se já existe ou não uma versão oficial em língua portuguesa do documento em causa. Em caso afirmativo, a formulação aí utilizada tem de ser textualmente reproduzida (independentemente da sua qualidade) no manual de instruções, em vez de ser apresentada uma tradução livre.

Problema G – *Exemplo de uma citação do Regulamento n.º 94 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), relacionada com a correta colocação dos sistemas de retenção para crianças: “NUNCA utilizar um sistema de retenção para crianças virado para a retaguarda num banco protegido por uma almofada de ar ativada à frente; perigo de MORTE ou de LESÕES GRAVES para a CRIANÇA.” (Fonte: Jornal Oficial da União Europeia, L 254)*

A terminologia usada na versão portuguesa do documento citado é diferente daquela que consta do glossário disponibilizado pelo cliente. Tal não contribui para a coerência terminológica do texto e pode eventualmente originar problemas de interpretação. Por exemplo, aquilo que é uma “almofada de ar” no documento institucional surge traduzido por “airbag” no glossário fornecido, por ser esta a designação mais comum atualmente.

Divergências
entre
materiais

Estratégia 7 – Este tipo de divergências deve sempre ser comunicado à agência de tradução e ao cliente final, para que, posteriormente, o trabalho do revisor não seja posto em causa. Chamar a atenção para tais diferenças não só faz parte das funções do revisor, como também é uma forma de este se precaver contra eventuais reclamações no futuro. Quando os clientes fornecem glossários ou dicionários, não cabe ao revisor tomar decisões no sentido de alterar a terminologia aí utilizada, sem o consentimento prévio dos primeiros.

Problema H – *O texto do manual de instruções está redigido ao abrigo do AO45, mas a citação direta do regulamento acima identificado, segue o AO90. Qual das ortografias deve prevalecer – a que é utilizada no documento de referência ou aquela que é aplicada no texto traduzido?*

Um texto,
duas grafias

Estratégia 8 – Regra geral, não são usadas duas ortografias em simultâneo num mesmo texto. No entanto, tratando-se de uma citação, a ortografia da mesma deve ser mantida. De qualquer modo, nunca é demais expor a situação à agência de tradução, no caso de ainda não existirem diretrizes neste sentido. Pode dar-se o caso de o cliente final não estar devidamente informado e desejar adotar o AO90 na versão portuguesa do manual de instruções, depois de tomar conhecimento da situação.

A inexistência de orientações relativamente à ortografia a utilizar nos textos técnicos atualmente traduzidos para português é ainda relativamente

frequente e a falta de informação tem originado propostas variadas (e até criativas) da parte dos clientes. Na Secção IV.3.3. é feita uma breve referência a este tópico.

2.3. As ferramentas de tradução assistida por computador e de apoio à revisão

A variedade de ferramentas de tradução assistida por computador (mais vulgarmente denominadas ferramentas CAT), atualmente existente no mercado, obriga, mais uma vez, a uma escolha, sobretudo porque a aquisição de grande parte destes instrumentos de trabalho implica um investimento financeiro considerável. De seguida, é apresentada uma lista das principais ferramentas CAT disponíveis, assim como algumas informações relevantes acerca das mesmas.

Ferramenta	Versão	Representante	Endereço URL	Preço ⁷	Versão de demonstração
Across	Across v5.7	Across Systems	http://www.across.net	Não disponível	Sim
Catalyst	CATALYST 10: Translator Pro Edition	Alchemy	http://www.alchemysoftware.com	499 EUR	Sim
Déjà Vu	Déjà Vu X3 Professional	Atril	http://www.atril.com	420 EUR	Sim
memoQ	memoQ translator pro	Kilgray	http://www.kilgray.com	620 EUR	Sim
MetaTaxis	MetaTaxis for Word Pro	MetaTaxis	http://www.metataxis.com	99 EUR	Sim
MultiTrans Prism	MultiTrans Prism Freelance	MultiCorpora	http://www.multicorpora.com	453,55 EUR	Informação não disponível
OmegaT	OmegaT Traditional	The OmegaT project	http://www.omegat.org	Gratuito	Não aplicável
SDL Trados	SDL Trados Studio 2014 Freelance	SDL International	http://www.sdl.com	695 EUR	Sim
		HCR (representante em Portugal)	http://www.lojahcr.com	Descontos para estudantes	Não aplicável

⁷ Os preços indicados não incluem IVA e a validade das versões de demonstração varia entre os 30 e os 60 dias.

Transit	Transit NXT Freelance Pro	STAR AG	http://www.star-group.net	360 EUR/ano	Não aplicável
Wordfast	Wordfast Classic	Wordfast LLC	http://www.wordfast.com	400 EUR	Sim
	Wordfast Anywhere	Wordfast LLC	http://www.freetm.com	Gratuito	Não aplicável

Quadro 13 – Principais ferramentas de tradução assistida por computador

Os critérios que definem a escolha do *software* CAT a adquirir estão quase sempre relacionados com a frequência de utilização dessa mesma ferramenta, isto é, com a quantidade de trabalhos que o revisor prevê conseguir com essa aquisição. Caso contrário, a mesma não será rentável. Como nem todos os clientes fazem uso das mesmas ferramentas, é conveniente informar-se sobre os instrumentos preferencialmente utilizados pelos seus potenciais ou atuais clientes. E claro, quanto mais ferramentas CAT for aprendendo a dominar, mais hipóteses terá de corresponder às necessidades de um maior número de clientes. Em todo o caso, a título de referência, as três ferramentas mais utilizadas atualmente pelos profissionais independentes surgem realçadas a negrito, na primeira coluna do **Quadro 13**.

Ferramentas
CAT

As ferramentas CAT integram as chamadas memórias de tradução e contribuem para uma maior coerência terminológica, assim como para a uniformização das estruturas mais frequentes num determinado texto, possibilitando inclusivamente a realização de pesquisas em contexto. A imagem seguinte reproduz os comandos principais e a disposição habitual das janelas, quando se trabalha com uma memória de tradução em ambiente *Word*. Neste caso, a ferramenta CAT utilizada é o SDL Trados.

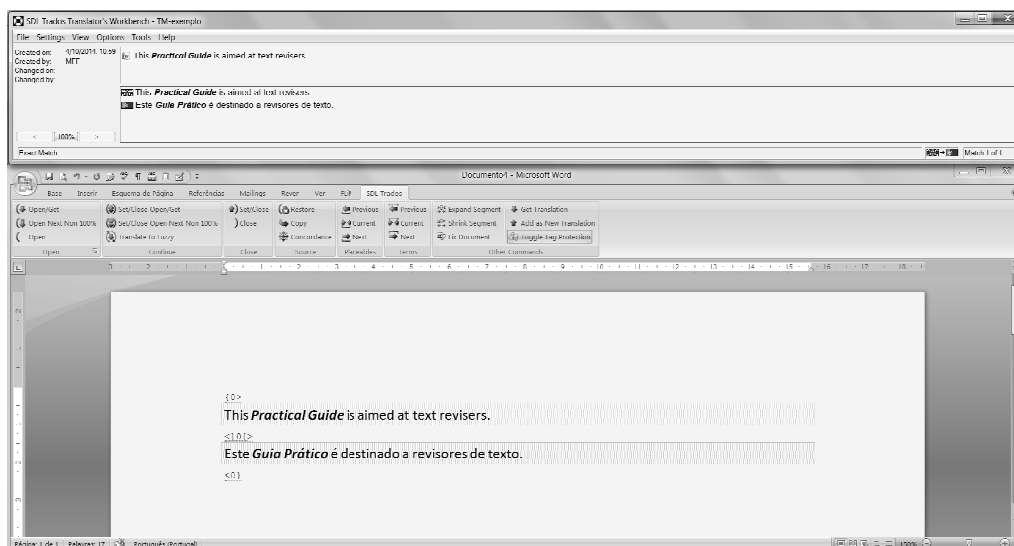


Imagem 3 – Exemplo de uma memória de tradução aberta, para utilização com o processador de texto

Muitos destes instrumentos incluem ainda funcionalidades de controlo da qualidade dos textos, nomeadamente no que diz respeito à verificação da ortografia e formatação. No entanto, existem igualmente ferramentas de controlo da qualidade (ou ferramentas de QA) independentes das ferramentas CAT mas compatíveis com estas, como é o caso do Xbench⁸.

Os corretores ortográficos, como o FLiP⁹, ou os conversores ortográficos são também ferramentas de apoio à revisão. No caso dos conversores, existem aplicações gratuitas que podem ser descarregadas para o computador, como, por exemplo, o Lince¹⁰, e existem conversores *online*¹¹. No entanto, é necessário ter em conta um aspeto importante: enquanto o FLiP funciona diretamente no *Microsoft Office Word*, sem que seja necessário partilhar na Internet o texto sujeito a revisão, os conversores *online*, pelo contrário, obrigam ao envio do texto para um servidor externo, sobre o qual o utilizador não tem qualquer controlo. Como o revisor tem, muitas vezes, acesso a documentos confidenciais, que ainda nem sequer foram publicados,

Ferramentas
de QA

⁸ Mais informações disponíveis em <http://www.xbench.net>.

⁹ Mais informações em <http://www.flip.pt/Produtos/FLiP-9/Descricao.aspx>.

¹⁰ Para mais informações, consulte <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/lince.html?action=lince&page=present>.

¹¹ A Porto Editora, por exemplo, disponibiliza um conversor deste tipo. Para o consultar, aceda a <http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico/conversor-texto>.

convém ter este aspeto em consideração se quiser utilizar este tipo de auxiliares. Em todo o caso, o FLiP é compatível com um maior número de formatos de ficheiros, sendo por isso de ponderar a sua aquisição.

Todas estas ferramentas de apoio são, tal como a própria designação indica, instrumentos que visam ajudar os profissionais, contribuindo para a qualidade da revisão, tanto enquanto processo como enquanto produto. Por este motivo, o revisor não necessita de as encarar como concorrentes, até porque estas ferramentas ainda não são suficientemente autónomas nem infalíveis.

Leia o texto do Louvor n.º 445/2007, apresentado na **Imagem 4**.

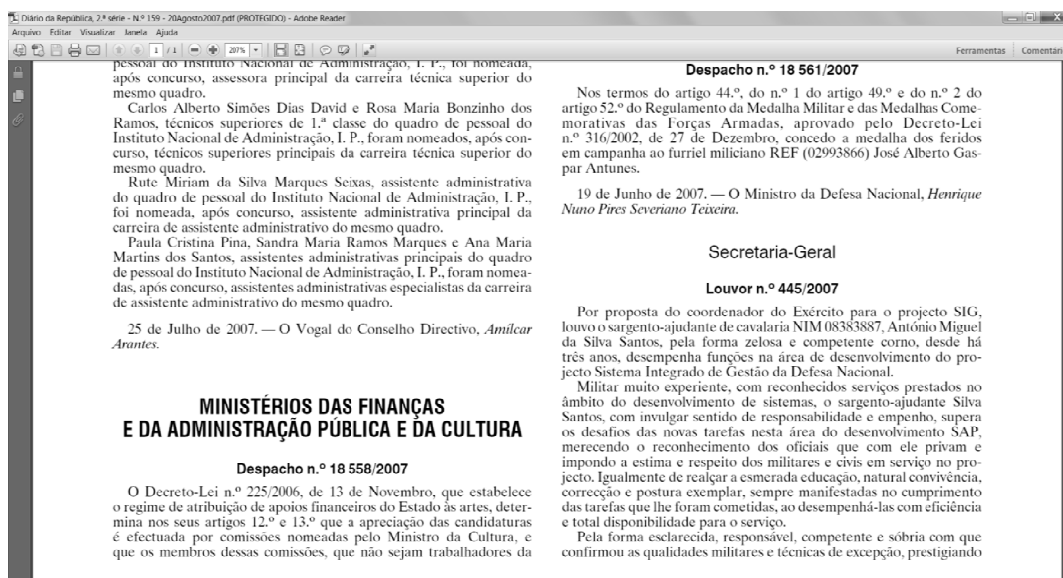


Imagem 4 – Louvor n.º 445/2007, publicado no Diário da República

Se não se apercebeu de nada de estranho nas palavras elogiosas acima reproduzidas, atente novamente na terceira linha do texto. Trata-se de mais uma prova de que errar é humano e de que os revisores também podem falhar, já que aquela expressão menos conseguida escapou à verificação “zelosa e competente” dos revisores da Imprensa Nacional Casa da Moeda. No entanto, este *lapsus calami* também não foi (nem é¹²) detetado pelo corretor ortográfico habitualmente usado no processador de texto, uma vez

¹² Faça o teste no *Microsoft Office Word* se quiser experimentar e verá como o corretor ortográfico não lhe aponta qualquer falha na frase em questão.

que esta ferramenta não é capaz de identificar todas as relações sintáticas e semânticas que se estabelecem num texto. Este exemplo permite, assim, demonstrar que os desenvolvimentos tecnológicos ainda não estão suficientemente avançados ao ponto de poderem substituir o ser humano na tarefa de revisão de textos. Contudo, é inegável que podem constituir bons auxiliares de trabalho, desde que o revisor tenha consciência das limitações destas ferramentas e não considere que a máquina tem sempre razão.

Outra dimensão importante da tarefa de revisão diz respeito ao método usado para introduzir emendas no texto. A funcionalidade de registo de alterações no *Microsoft Office Word* é uma das opções mais utilizadas, já que, para além de permitir visualizar rapidamente aquilo que foi eliminado e aquilo que foi inserido pelo revisor, inclui ainda a possibilidade de escrever breves comentários em relação a determinadas partes do texto, se tal for útil ou solicitado pela agência de tradução.

Introdução de alterações

Nos casos em que o ficheiro a rever seja enviado em formato PDF, o *Adobe Acrobat Pro* é uma ferramenta bastante útil, uma vez que permite a inserção de comentários, assim como a edição de texto (ainda que com limitações), no próprio ficheiro PDF.

2.4. Outras ferramentas úteis

Esta secção visa fornecer breves sugestões relacionadas com mais alguns instrumentos de trabalho igualmente úteis, que até aqui ainda não foram mencionados.

a) Exemplos de recursos de pesquisa multilingue

NOME	ENDEREÇO URL	OBSERVAÇÃO
EuroTermBank	http://www.eurotermbank.com/	Base de dados terminológica
EuroVoc	http://eurovoc.europa.eu/	Base de dados terminológica
IATE	http://iate.europa.eu/	Base de dados terminológica
Linguee	http://www.linguee.pt/	Dicionário de traduções
MyMemory	http://mymemory.translated.net/	Motor de busca baseado em memórias de tradução

Recursos de pesquisa multilingue

OneLook	http://www.onelook.com/	Motor de busca que permite a pesquisa de definições para um termo em vários dicionários
---------	---	---

Quadro 14 – Recursos de pesquisa multilingue disponíveis na Internet

b) Programas para efetuar cópias de segurança dos trabalhos

- Dropbox - <https://www.dropbox.com>
- GoogleDrive - <https://www.drive.google.com>
- Onedrive - <https://onedrive.live.com>

Cópias de
segurança

c) Navegadores de Internet

- Internet Explorer
<http://windows.microsoft.com/pt-pt/internet-explorer/download-ie>
- Google Chrome
<http://www.google.com/intl/pt-PT/chrome/browser>
- Mozilla Firefox
<http://www.mozilla.org/pt-PT/firefox/new>

Navegadores
Web

É conveniente ter mais do que um navegador instalado no computador. Chama-se a atenção para o facto de o *Google Chrome*, por exemplo, ser habitualmente mais lento a carregar as páginas, por ocupar mais memória no computador.

A conjugação das várias ferramentas mencionadas nas duas secções anteriores permite agilizar as tarefas de tradução e revisão, aumentando igualmente a produtividade dos profissionais que as utilizam. Daí a necessidade de o revisor se manter constantemente atualizado, dominando, para o efeito, o maior número possível de instrumentos e recursos tecnológicos.

IV. 3. Quais são os parceiros de trabalho do revisor?

Ao longo deste guia, várias vezes se fez referência aos clientes do revisor de textos, nomeadamente aos clientes intermediários (agências de tradução) e aos clientes finais (particulares ou empresariais). O revisor

independente pode optar por trabalhar exclusivamente com agências ou combinar esta colaboração com a angariação de clientes finais diretos, mas a primeira opção é a mais habitual.

Parceiros de trabalho

Vejamos de que modo os intervenientes que fazem parte desta indústria interagem no circuito de produção dos textos. Seguem-se três diagramas que visam ajudar a compreender a interação em causa e nos quais o ponto de partida e de chegada do texto é sempre o cliente final.

Diagramas 2a e 2b – Circuitos básicos

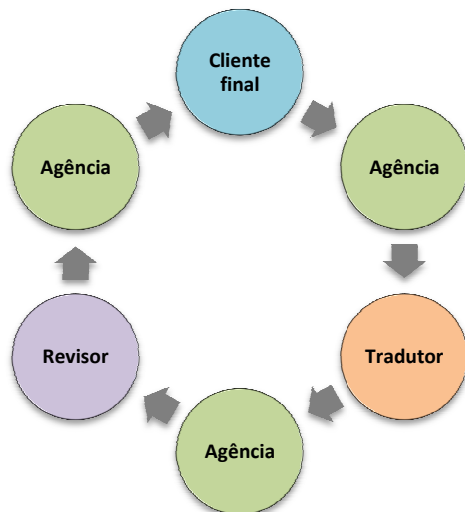


Diagrama 2a

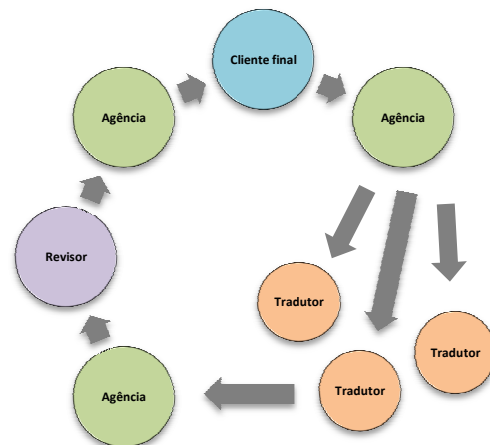
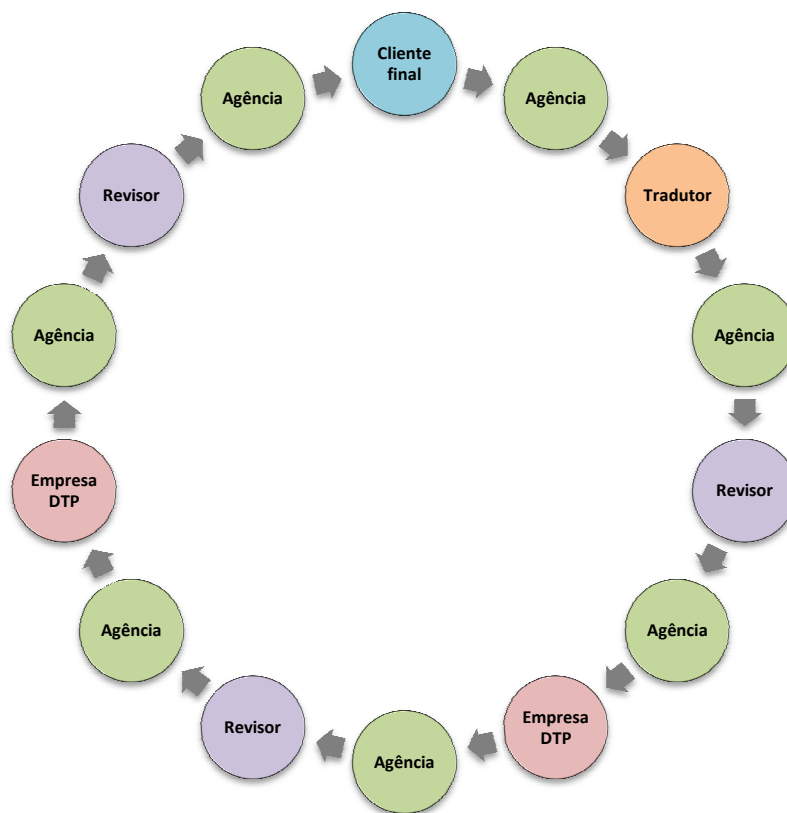


Diagrama 2b

Diagrama 3 – Circuito complexo



Nota:

A sigla DTP provém da expressão inglesa *desk top publishing* e diz respeito aos trabalhos de formatação e paginação que nem sempre podem ser realizados pela agência de tradução.

3.1. O revisor e o cliente intermediário

A colaboração regular com agências de tradução tem vantagens e desvantagens. Se, por um lado, o revisor não tem de se preocupar tanto com a procura de clientes, por outro, a margem de negociação dos preços dos trabalhos, por exemplo, é menor, quando comparada com os valores que podem ser cobrados a um cliente final direto.

A relação com a agência de tradução

Neste contexto, o principal interlocutor do revisor é o gestor de projeto (em inglês, PM de *project manager*). Este é habitualmente um funcionário interno da agência e é a ele que o revisor deve colocar todas as questões relacionadas com a tarefa de revisão em curso.

a) Tipos de revisão solicitados

A agência de tradução pode solicitar ao revisor a realização de diversos tipos de revisão, nomeadamente:

- revisão global: implica a leitura comparativa e integral dos textos de partida e de chegada, para que sejam introduzidas as alterações eventualmente necessárias na tradução;
- revisão parcial: implica a leitura comparativa de determinadas partes dos textos de partida e de chegada, de acordo com as indicações fornecidas pelo cliente (intermediário ou final). É muito frequente nos casos em que o texto original já foi traduzido e revisto, mas no qual foram posteriormente inseridas alterações ou acrescentados parágrafos. Estes elementos novos é que irão ser alvo de revisão;
- revisão spot check: refere-se à revisão de apenas algumas partes do texto de chegada, sendo a seleção das mesmas completamente aleatória. É comum, quando o tradutor é bastante experiente e o prazo de entrega do trabalho é muito curto;
- revisão muito cuidadosa: corresponde a uma revisão global, mas normalmente o PM faz questão de salientar desta forma o facto de a tradução ter sido realizada por um tradutor menos experiente ou que colabora com a agência há pouco tempo;
- revisão gráfica: diz respeito à verificação dos elementos paralinguísticos do texto de chegada num processo de comparação com original, depois de a tradução já ter sido alvo de uma revisão global. Alguns dos aspetos de formatação a ter em conta são, por exemplo, as margens, o espaçamento entre parágrafos, os negritos ou a correspondência das legendas com as respetivas imagens;
- leitura final: implica a leitura integral somente do texto traduzido, normalmente depois de este já ter sido revisto, com o objetivo de aferir a sua legibilidade e clareza na língua de chegada.

Existe ainda um outro tipo de pedido, cada vez mais comum, que representa uma tendência de mercado relativamente recente. Trata-se da pós-edição de tradução automática. O conceito baseia-se na tradução prévia de um texto de partida num sistema de tradução automática. O texto de chegada resultante deste processo é depois revisto por um revisor humano. Teoricamente, esta solução permite tornar mais rápido todo o processo de tradução de um texto, reduzindo consequentemente os custos inerentes ao mesmo. Na prática, contudo, este tipo de procedimento levanta vários problemas, sobretudo aos revisores, e não é aconselhável, por isso, assumir um pedido deste género sem primeiro ter uma noção daquilo que o trabalho poderá realmente implicar.

Imagine que uma agência lhe solicitava a pós-edição do texto apresentado na **Imagem 5**. Será que demoraria mais tempo a tentar compreender o conteúdo do texto para depois o poder editar ou seria mais rápido traduzir o texto original de raiz?

Trata-se de um exemplo extremo mas real, já que a **Imagem 5** é uma reprodução do verso da embalagem de um produto efetivamente adquirido numa loja, em Lisboa. Sem mais informações, chega a ser difícil compreender o que é uma “Esteira Do Apartamento” e só quem domine a língua inglesa é que provavelmente



Imagem 5 – Instruções traduzidas para português através de um sistema de tradução automática

conseguirá desvendar para que serve o produto em causa, já que nem mesmo as ilustrações são muito elucidativas. Por isso, neste caso concreto, seria certamente mais produtivo e rentável traduzir o original (supostamente em língua inglesa) do que *pós-editar* esta estranha versão.

A título de mera curiosidade resta acrescentar que uma “Esteira Do Aparamento” é então um protetor de borracha ou feltro, normalmente redondo ou quadrado, que, sendo autoadesivo, se cola nos pés dos móveis para evitar riscar o chão ou nas portas dos armários para amortecer o seu fecho.

b) Qual é a sua melhor tarifa?

Esta é uma das primeiras questões que os clientes (especialmente as agências de tradução) colocam ao revisor. No entanto, a pergunta tem duas interpretações possíveis e, geralmente, aquela que os clientes têm em mente não coincide com aquela que é favorável ao revisor. Quando uma agência o questionar sobre a sua melhor tarifa, lembre-se de que o objetivo é saber qual é o preço mais baixo que pode praticar, isto é, qual é a sua melhor tarifa para a agência e não aquela que é mais conveniente para si.

Como os valores monetários são normalmente um assunto tabu, de início é natural não saber o que responder, pelo que é comum o revisor sujeitar-se às tarifas impostas pelas agências, quando não deveria ser assim. A verdade é que, neste mercado, a lógica está completamente invertida. Na maioria das atividades do setor terciário, quem presta o serviço dita o preço que o cliente tem de pagar. Quando uma pessoa vai a uma consulta médica, não lhe cabe decidir quanto vai pagar pelo serviço que o médico lhe prestou. O mesmo acontece, quando vai a um mecânico ou a um restaurante, por exemplo. No setor da tradução e revisão de textos técnicos, pelo contrário, é difícil ser o prestador do serviço a impor o seu preço, sobretudo no início da carreira. Não havendo informações, porque quase ninguém fala abertamente sobre o mistério dos preços, o jovem profissional sujeita-se àquilo que as

agências lhe oferecem e fica satisfeito por conseguir um primeiro trabalho. É, por isso, frequente que os oradores de conferências sobre tradução e revisão sejam quase sempre questionados sobre os preços praticados no mercado.

A verdade é que as tarifas relativas a serviços de revisão são muito díspares. Em Portugal, não existem organismos que regulem a profissão de revisor de textos. Na ausência de regulamentação e de uma cooperação mais alargada entre os profissionais da área, torna-se difícil apresentar preços exatos que reflitam a realidade atual do setor e as discrepâncias proliferam.

Afigura-se, contudo, necessário e útil contrariar esta lógica de secretismo, sobretudo num guia que pretende partilhar informações de âmbito prático. Existe de facto um princípio pelo qual os revisores se podem tentar reger: o seu preço de revisão corresponderá a metade do valor que cobrariam para realizar a tradução do mesmo texto. No entanto, muitas agências consideram que se trata de um valor excessivo e é naturalmente mais difícil negociar preços com os clientes intermediários do que com os clientes finais. No caso dos profissionais independentes, como não têm vencimento base, quanto mais trabalharem, mais poderão auferir, naturalmente.

Sem ter qualquer intuito ou pretensão de impor tarifas oficiais para o domínio da revisão de textos técnicos, apresenta-se, de seguida, um esquema organizado por margens de aproximação, no sentido de, pelo menos, fornecer uma base de orientação para o cálculo de preços no âmbito da atividade revisória.

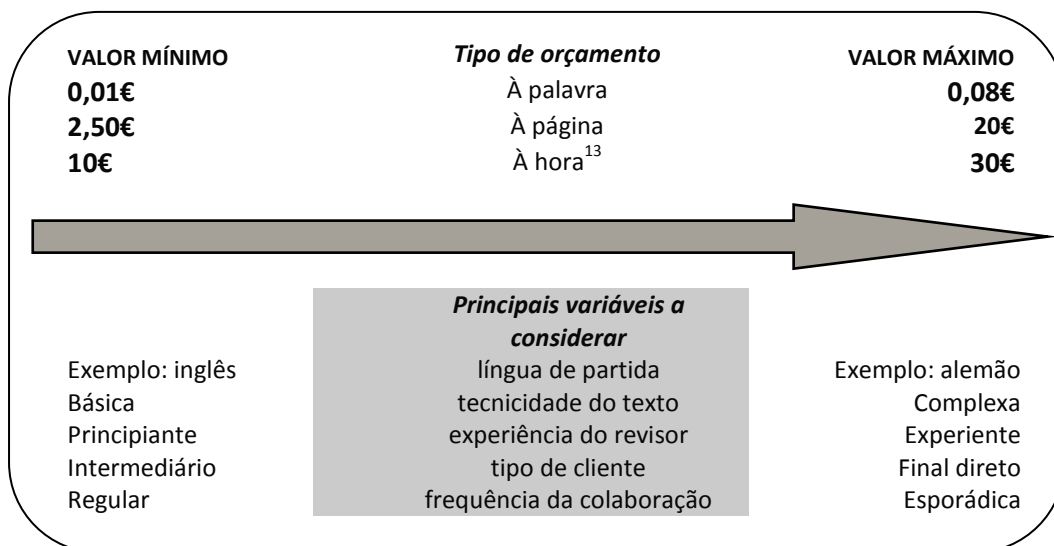


Diagrama 4 – Informações relativas ao cálculo de preços no domínio da revisão

A negociação de preços é algo comum no contexto da revisão de textos técnicos traduzidos, assim como é habitual os clientes solicitarem descontos em relação ao orçamento que lhes é apresentado. Isto acontece, porque atualmente a validade de uma tradução (enquanto produto) é efémera. O texto traduzido e revisto pode ser permanente, mas o mesmo já não se verifica em relação à sua utilidade – os equipamentos, hoje em dia, evoluem tão rapidamente que a tradução presente de um determinado manual de instruções pode estar já desatualizada daqui a seis meses. Como tal, muitos clientes consideram que este é um serviço dispendioso e tentam constantemente negociar os preços. Cabe ao revisor tentar educar os seus clientes, para que estes compreendam e reconheçam o valor do seu trabalho, mas nem sempre é fácil.

A propósito das tarifas praticadas no domínio da revisão de textos técnicos traduzidos, há um último aspeto que importa abordar, porque revela uma oposição entre a lógica vigente no mercado e o princípio linguístico de que não existem línguas melhores ou piores, nem línguas mais simples ou mais complexas. Neste sentido, a inclusão do inglês e do alemão no **Diagrama 4** não resultou de uma escolha ao acaso. Na verdade, os preços de

Práticas de mercado vs. pressupostos linguísticos

¹³ Normalmente, considera-se uma média de 4 páginas/hora para a revisão bilingue.

tradução e revisão variam em função da língua em que o texto original está escrito, e considera-se efetivamente que rever um texto traduzido a partir da língua alemã é mais difícil e moroso do que rever um texto traduzido a partir do inglês ou do francês, por exemplo. As razões subjacentes a esta prática baseiam-se essencialmente num critério de quantificação, ou seja, na contagem de palavras. Em média, uma palavra alemã pode corresponder a um total de 3 a 5 palavras em português; no caso do inglês, a proporção é inferior e daí a diferença de preços. Vejamos um exemplo concreto, ainda que extremo, para que seja mais fácil compreender aquilo que está em causa.

A	palavra	alemã
---	---------	-------

*Rindfleischetikettierungsüberwachungsaufgabenübertragungsgesetz*¹⁴

significa algo como “lei que delega a responsabilidade de fiscalização da rotulagem da carne de vaca”, ou seja, corresponde a, pelo menos, treze palavras em português. É claro que os textos técnicos em língua alemã raramente têm palavras compostas com um número tão elevado de constituintes. No entanto, este é um aspeto que o revisor não deve ignorar, quando elabora ou verifica um orçamento.

Em suma, se é verdade que, do ponto de vista da linguística, todos os idiomas têm o mesmo grau de complexidade, na prática de mercado existem diferenças entre as línguas e o tratamento que lhes é dado em termos de preços reflete isso mesmo, contrariando, assim, os pressupostos linguísticos.

c) Três conselhos fundamentais

1) Mesmo que aceite uma nova tarefa de revisão por telefone, solicite sempre que lhe enviem as condições acordadas também por escrito, nomeadamente o orçamento previsto e o prazo de entrega. Deste modo, estará a garantir que tudo fica registado e poderá evitar futuros transtornos decorrentes de eventuais equívocos.

Três dicas
importantes

¹⁴ Esta palavra composta foi criada em 1999, na sequência da crise motivada pela doença das vacas loucas (BSE). Em 2013, contudo, deixou de ser usada em documentos institucionais, depois de a União Europeia ter alterado as normas relacionadas com os testes a realizar à carne de bovino nos matadouros.

2) Se tiver dúvidas relativamente a uma tarefa de revisão em curso, por exemplo, em relação a determinadas instruções que lhe foram facultadas, coloque as suas questões logo que estas surjam. Enviar perguntas a um cliente em cima do prazo estipulado para a entrega de um trabalho não só é uma atitude pouco profissional, como poderá pôr em risco o cumprimento das condições inicialmente acordadas.

3) Nunca recuse um novo trabalho de revisão por estar à espera de outro que considera mais rentável, sem que este esteja totalmente garantido e confirmado. Se o fizer, arrisca-se a perder ambos os trabalhos.

3.2. O revisor e o tradutor

No contexto aqui em análise, revisor e tradutor trabalham em parceria, mas raramente existe contacto direto entre si. A agência de tradução procede ao envio dos textos e restantes materiais para aqueles profissionais, gerindo igualmente todo o processo de comunicação de perguntas e respostas relativas ao projeto em que ambos participam.

A relação com
o tradutor

Infelizmente, por falta de tempo, nem sempre os tradutores têm acesso às alterações que o revisor inseriu no texto de chegada. Por isso, o *feedback* enviado juntamente com a revisão nem sempre chega ao destinatário que dele mais poderia usufruir ou que mais legitimidade teria para o rebater, enquanto autor da tradução.

Uma vez concluída a tarefa de revisão, é comum o revisor ter de avaliar o trabalho realizado pelo tradutor, mediante o preenchimento de fichas ou formulários de avaliação elaborados pela agência. É, por isso, conveniente que o revisor seja o mais imparcial possível e não faça julgamentos em função, por exemplo, da sua opinião sobre os conteúdos do texto, pois estes não são da responsabilidade do tradutor.

Para terminar esta secção, aqui fica um último conselho: antes de apontar falhas ao trabalho dos outros, lembre-se de que qualquer revisor

também está sujeito a errar e, além do mais, se todos os tradutores fizessem o seu trabalho na perfeição, o revisor provavelmente estaria desempregado.

3.3. O revisor e o cliente final

Quando o revisor tem a agência de tradução como cliente intermediário, o contacto direto daquele com o cliente final é inexistente ou uma verdadeira raridade. No entanto, em caso de reclamação posterior à entrega de um texto revisto, a responsabilidade de fundamentação das opções seguidas no texto de chegada, que sejam alvo de questionamento, recai sobre o revisor e não sobre o tradutor.

Há clientes de todos os tipos, desde os mais compreensivos e prestáveis aos mais intransigentes. A relação do revisor com os restantes intervenientes no circuito de produção textual é, aliás, um espelho da diversidade de relações interpessoais entre indivíduos. Existem, por exemplo, clientes que se esforçam por encontrar uma gralha no texto entregue para poderem exigir um desconto, mas felizmente também há clientes que estão sempre disponíveis para responder a questões, de forma a contribuir para a qualidade do trabalho final.

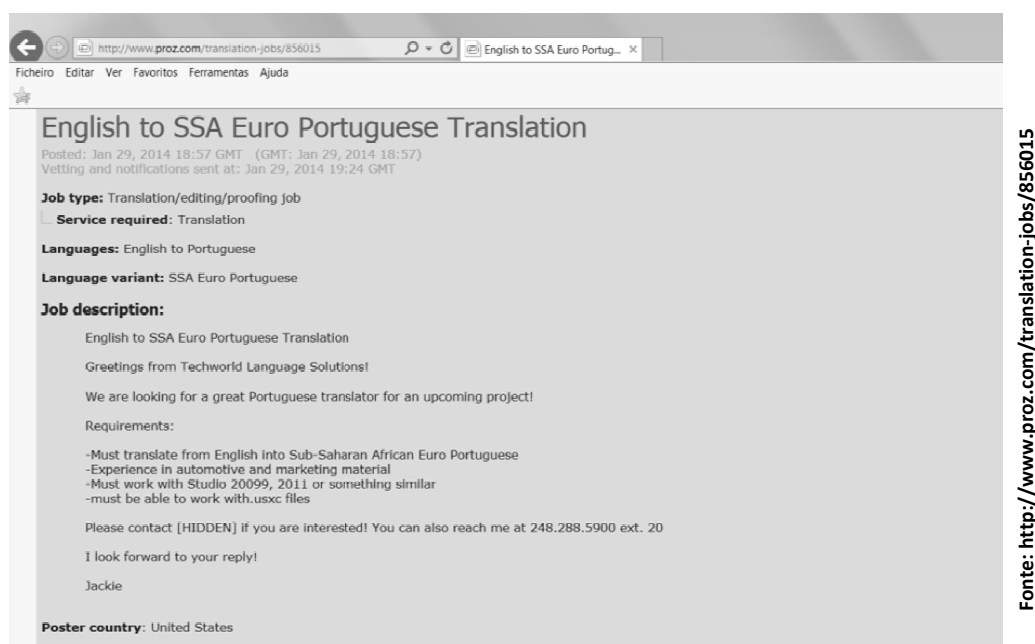
A relação com
o cliente final

Na indústria da tradução especializada, e sobretudo nos circuitos descritos neste guia, o revisor não se pode esquecer de que o cliente final se encontra no topo da hierarquia, ou seja, a sua satisfação tem de ser garantida, para que, no futuro, volte a contactar os mesmos prestadores de serviços. Neste sentido, o cumprimento rigoroso das instruções e o respeito pelos materiais de referência eventualmente fornecidos constituem princípios fundamentais que o revisor deve seguir. Caso discorde de alguns dos conteúdos dos instrumentos disponibilizados, o revisor deverá expor essa situação e nunca contrariar aquilo que os clientes prescrevem, sem lhes dar conhecimento prévio dessa intenção.

No entanto, o facto de o cliente final ser, no fundo, quem desencadeia todo o circuito, tal como representado nos **Diagramas 2 e 3**, não invalida que

o revisor eduque os seus clientes, como já se referiu. Pelo contrário, esta dimensão (in)formativa pode mesmo ser necessária nalguns casos, de forma a esclarecer equívocos. A adoção do Acordo Ortográfico de 1990, por exemplo, tem dado origem a pedidos, no mínimo, estranhos, que claramente resultam da falta de informação de alguns clientes. É o caso dos pedidos de tradução e revisão para “português neutro” ou “português internacional”. Aparentemente, poderia tratar-se de uma nova variedade do português, mas, por motivos estritamente económicos, aquilo que os clientes pretendem é um texto que seja igualmente compreendido em todos os países lusófonos. Esquecem-se, contudo, ou não sabem de todo que a questão da uniformização ortográfica da língua portuguesa constitui uma preocupação menor e que as divergências terminológicas, essas sim, podem ser bastante mais problemáticas, especialmente no que diz respeito a textos de cariz técnico. Basta pensar, por exemplo, no vocabulário relativo à informática, para encontrar diferenças assinaláveis entre o português europeu e o português do Brasil.

Outra “variedade” curiosa da língua portuguesa é a que se apresenta de seguida, na **Imagem 6**. Trata-se de um exemplo recente, extraído de uma rede socioprofissional da indústria da tradução, designadamente o ProZ.



The image is a screenshot of a web browser displaying a translation job posting on the ProZ website. The browser's address bar shows the URL 'http://www.proz.com/translation-jobs/856015'. The page title is 'English to SSA Euro Portuguese Translation'. The posting details include: 'Posted: Jan 29, 2014 18:57 GMT (GMT: Jan 29, 2014 18:57)', 'Vetting and notifications sent at: Jan 29, 2014 19:24 GMT', 'Job type: Translation/editing/proofing job', 'Service required: Translation', 'Languages: English to Portuguese', and 'Language variant: SSA Euro Portuguese'. The 'Job description' section contains the following text: 'English to SSA Euro Portuguese Translation', 'Greetings from Techworld Language Solutions!', 'We are looking for a great Portuguese translator for an upcoming project!', 'Requirements: -Must translate from English into Sub-Saharan African Euro Portuguese -Experience in automotive and marketing material -Must work with Studio 2009, 2011 or something similar -must be able to work with.usxc files', 'Please contact [HIDDEN] if you are interested! You can also reach me at 248.288.5900 ext. 20', 'I look forward to your reply!', and 'Jackie'. The 'Poster country' is listed as 'United States'. On the right side of the screenshot, there is a vertical text label: 'Fonte: http://www.proz.com/translation-jobs/856015'.

Imagem 6 – Pedido de tradução para “português europeu africano subsariano”

Com base na descrição apresentada, poder-se-á assumir que o texto traduzido se destinará ao mercado português e aos países africanos de língua oficial portuguesa, uma vez que todos fazem parte da região situada a sul do deserto do Sara, mas não a Timor-Leste nem ao Brasil. Aquilo que está em causa neste anúncio é a norma luso-africana, naturalmente, mas a formulação encontrada não é de facto a mais adequada, podendo mesmo confundir ou até afastar potenciais interessados na oferta.

Por último, resta salientar que, apesar de o revisor poder cobrar tarifas superiores aos clientes finais diretos, é mais fácil para um tradutor angariar este tipo de clientes do que para um revisor. O cliente direto simplesmente precisa do texto traduzido logo que possível e, muitas vezes, nem sequer equaciona a necessidade de o texto ser revisto. Para ele, a revisão significa um acréscimo no custo do serviço, que é mais fácil rejeitar, porque ele próprio poderá depois rever o texto. Tal não corresponde sempre à verdade, mas este é um raciocínio comum. As agências de tradução tornam-se, assim, os principais clientes do revisor, até porque a revisão de textos traduzidos faz parte do conjunto de requisitos impostos pela Norma Europeia EN 15038:2006, conforme já foi referido no início do Capítulo III.

V. CONCLUSÃO

Este *Guia Prático* foi elaborado tendo em vista duas finalidades essenciais: contribuir para a divulgação do ofício de revisor de textos no contexto específico da tradução especializada e ajudar aqueles que desejem abraçar esta profissão a dar os primeiros passos num mercado laboral simultaneamente competitivo e pouco conhecido. Neste sentido, foram apresentados vários conselhos, sugestões e exemplos relacionados com os vários domínios que o revisor de textos deverá considerar no âmbito da sua atividade.

Esperamos que tenha sido possível transmitir que a profissão de revisor requer o equilíbrio de várias vertentes para se alcançar, pelo menos, três objetivos em simultâneo: satisfazer as necessidades do cliente final, cumprir os requisitos e prazos impostos pela agência de tradução e, finalmente, entregar um texto que respeite a norma escrita da língua portuguesa, na variedade considerada.

A revisão é, assim, uma atividade que, além de exigir conhecimentos e competências específicas no domínio linguístico, requer igualmente capacidade de negociação, criatividade e fundamentação, quando estão em causa soluções consensuais em relação ao uso da língua. É, pois, nosso desejo que os conteúdos aqui apresentados lhe sejam úteis e o ajudem a esclarecer algumas das dúvidas iniciais que certamente irão surgir.

Boa sorte!

VI. GLOSSÁRIO

O glossário aqui apresentado não tem qualquer pretensão de exaustividade, uma vez que inclui apenas os conceitos que se relacionam exclusivamente com o léxico de especialidade, frequentemente utilizado no domínio da tradução e revisão de textos técnicos, e que ocorrem no presente trabalho de projeto. A incorporação deste glossário no guia visa a clarificação dos termos em causa, na medida em que se fornece uma breve explicação de cada conceito. No quotidiano profissional, o recurso às expressões inglesas (ou às formas híbridas) prevalece, em muitos casos, sobre a utilização de conceitos equivalentes apenas em língua portuguesa. Por este motivo, as entradas iniciais do glossário correspondem à variante mais comumente usada – nalguns casos trata-se de uma expressão híbrida, que combina o português e o inglês, noutros utiliza-se apenas a variante inglesa e, noutros casos ainda, é mais frequente recorrer somente à sigla. O critério que presidiu à organização das entradas abaixo elencadas pretende, assim, refletir também o respetivo uso em contexto profissional.

exact match ou correspondência exata – segmento da memória de tradução ao qual é atribuída uma concordância sintática e terminológica integral, quando o conteúdo da memória é comparado com o do texto a traduzir/rever. Como o grau de concordância deste tipo de segmento é total, as correspondências identificadas apresentam um nível de concordância de 100%.

ferramenta CAT (computer-assisted translation ou computer-aided translation) ou ferramenta TAC – programa informático para a tradução assistida por computador, que visa facilitar e agilizar o processo de tradução/revisão de documentos mediante o uso de memórias de tradução.

ferramenta de QA (quality assurance) ou ferramenta de controlo da qualidade – instrumento de apoio utilizado na revisão de um texto durante a fase de quality check, com o objetivo de garantir o cumprimento das normas ortográficas, o uso uniformizado da terminologia imposta e a formatação adequada. Por vezes, também se utiliza a expressão ferramenta de QC (*quality control*), ainda que menos frequentemente.

fuzzy match ou correspondência parcial – segmento da memória de tradução ao qual é atribuída uma percentagem de concordância sintática e terminológica parcial, quando o conteúdo da memória é comparado com o do texto a traduzir/rever. Como o grau de concordância deste tipo de segmento é variável, as correspondências identificadas subdividem-se em diversos níveis de percentagem. É igualmente comum utilizar o conceito abreviado de *fuzzies* para fazer referência ao conjunto das correspondências parciais.

PM (project manager) ou gestor de projeto – pessoa responsável pelo registo, processamento e acompanhamento de um projeto de tradução. É funcionário da agência de tradução e receciona os pedidos dos clientes finais, adjudicando os trabalhos a tradutores e revisores.

quality check ou verificação da qualidade – conjunto de operações finais a que um texto é sujeito após a sua tradução/revisão e antes da sua entrega, com o objetivo de garantir o cumprimento das normas ortográficas, o uso uniformizado da terminologia imposta e a formatação adequada.

source text ou texto de partida – texto a traduzir para a língua de chegada, escrito na língua de partida. É também comum falar-se apenas em original.

spot check ou revisão aleatória – verificação de apenas algumas partes do texto traduzido escolhidas ao acaso pelo revisor.

target text ou texto de chegada – texto escrito na língua de chegada, que resulta do processo de tradução e revisão. É também comum falar-se apenas em tradução ou revisão, respetivamente.

TM (translation memory) ou memória de tradução – sistema de armazenamento de informação integrado numa ferramenta CAT e que constitui uma base de dados bilingue composta por segmentos. Estes são armazenados em pares linguísticos, sendo apresentados simultaneamente na língua de partida e na língua de chegada. Cada par constitui, assim, uma unidade de tradução, que pode incluir palavras isoladas, orações, frases ou mesmo parágrafos inteiros em duas línguas. O conteúdo dos segmentos na

língua de chegada pode ser reproduzido integral (*exact match*) ou parcialmente (*fuzzy match*) no texto que está a ser traduzido/revisto. A sigla MT é menos utilizada em português como referência a uma memória de tradução, porque pode ser confundida com a sigla inglesa referente a *machine translation* (tradução automática).

versão clean ou versão limpa – texto já revisto, mas no qual as alterações inseridas pelo revisor não são visíveis por já terem sido integradas no texto (pelo próprio revisor ou pelo PM). É o texto habitualmente entregue ao cliente final e refere-se a uma versão monolíngue do texto revisto.

versão unclean ou versão não limpa – texto já revisto, mas no qual as alterações inseridas pelo revisor estão claramente destacadas, por exemplo, através do uso de marcas de revisão. É o texto habitualmente entregue à agência e refere-se normalmente a uma versão bilingue do texto revisto, apesar de também se poder aplicar a uma versão monolíngue. Neste caso, a expressão portuguesa equivalente não é utilizada e apenas é aqui apresentada por uma questão de sistematicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bechara, E. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bergström, M. & Reis, N. (2011⁵⁰). *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Casa das Letras.
- Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (1998¹⁴). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- DECO (2013). *IRS para independentes*. Lisboa: Edideco.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). (dir. J. M. Casteleiro). Lisboa: Verbo.
- Dicionário Editora da Língua Portuguesa* (2013). Porto: Porto Editora.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003). (dir. Houaiss, A. & Villar, M. S.) Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Lisboa: Círculo de Leitores [Houaiss].
- Dicionário Sintático de Verbos Portugueses* (1994). (coord. Busse, W.). Coimbra: Almedina.
- Instituto da Segurança Social [ISS] (2013). *Guia Prático – Inscrição, Alteração e Cessação de Atividade de Trabalhador Independente*. Lisboa: ISS.
- Künzli, A. (2007). Translation Revision: A study of the performance of ten professional translators revising a legal text. *Translation Studies: Doubts and directions*. Amesterdão: Benjamins, pp. 115-126.
- Mossop, B. (2014³). *Revising and editing for translators*. Nova Iorque: Routledge.
- Paiva Raposo, E. B. et al. (orgs.) (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, J. M. C. (2011). *Novo Prontuário Ortográfico*. Lisboa: Plátano.
- Prontuário da Língua Portuguesa* (2012). Porto: Porto Editora.
- Saramago, J. (2008⁸). *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho.
- Simões, A. (2007). *Profissões Liberais. Rendimentos Empresariais & Rendimentos Profissionais*. Lisboa: Lidel.

Fontes dos exemplos (documentos institucionais)

Louvor n.º 445/2007, de 28 de junho de 2007. Diário da República, 2.ª série, n.º 159, de 20 de agosto 2007, pp. 23787-23788.

Regulamento n.º 94 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE). Jornal Oficial da União Europeia, L 254, de 20 de setembro de 2012, pp. 77-135.

* Todos os endereços URL indicados neste guia estavam ativos a 25 de março de 2014.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Os 5 pés do revisor.....	70
Diagramas 2a e 2b – Circuitos básicos	93
Diagrama 3 – Circuito complexo	94
Diagrama 4 – Informações relativas ao cálculo de preços no domínio da revisão	99

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – “APENAS tradutor?”	66
Imagem 2 – “Eu não julgo as pessoas”	68
Imagem 3 – Exemplo de uma memória de tradução aberta, para utilização com o processador de texto	89
Imagem 4 – Louvor n.º 445/2007, publicado no <i>Diário da República</i>	90
Imagem 5 – Instruções traduzidas para português através de um sistema de tradução automática	96
Imagem 6 – Pedido de tradução para “português europeu africano subsariano”	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Oportunidades de formação no domínio da revisão de textos.....	57-59
Quadro 2 – Exemplos de anúncios de emprego.....	60
Quadro 3 – Informações básicas sobre assuntos fiscais	61-62
Quadro 4 – Exemplos de blogues e fóruns	63
Quadro 5 – Competências do revisor de textos técnicos traduzidos	66
Quadro 6 – Desconstrução de preconceitos acerca do revisor	67-68
Quadro 7 – Conceções de revisor e respetivas implicações para as práticas de revisão	72-73
Quadro 8 – Tipologia de alterações	73
Quadro 9 – Exemplos de alterações justificadas	74
Quadro 10 – Exemplos de alterações desnecessárias.....	75
Quadro 11 – Exemplos de INL em suporte impresso	78
Quadro 12 – Exemplos de INL disponíveis na Internet	78-79
Quadro 13 – Principais ferramentas de tradução assistida por computador	87-88
Quadro 14 – Recursos de pesquisa multilingue disponíveis na Internet	91-92